



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

RAFAEL MENDES MOREIRA

**MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL:
O CASO DE LONDRINA/PR**

RAFAEL MENDES MOREIRA

**MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL:
O CASO DE LONDRINA/PR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia, Dinâmica Espaço-Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Ideni Terezinha Antonello

Londrina
2011

Catalogação Elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M838m Moreira, Rafael Mendes
Microcrédito e desenvolvimento socioespacial: o caso de Londrina/
Rafael Mendes Moreira. – Londrina, 2011. 139 f .:il.

Orientadora: Ideni Terezinha Antonello
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, 2011.
Inclui bibliografia

1. Geografia econômica – Teses. 2. Empreendedorismo –Créditos
– Teses. 3. Desenvolvimento regional – Teses. 4. Pequenas e médias
empresas – Créditos – Teses. I. Antonello, Ideni Terezinha. II.
Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911.3::33

RAFAEL MENDES MOREIRA

**MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL: O CASO
DE LONDRINA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ideni Terezinha Antonello
(Orientadora)
UEL – Londrina –PR

Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza
UNIOESTE – Paraná – PR

Prof. Dr. Edilson Luis de Oliveira
UEL – Londrina –PR

Londrina, 09 de setembro de 2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de mais nada, a meus Pais, Sergio e Janete, que deram todo o apoio que se pode esperar, acreditando a todo momento em meus objetivos e sonhos. Sem eles a realização deste trabalho não seria possível e nem teria sentido. Agradeço também a meus irmãos, Fe e Lali, pelo apoio e carinho nessa jornada. Estendo ainda meus agradecimentos a toda minha família, que nos eventuais encontros familiares sempre demonstraram apoio aos rumos que venho tomando.

Agradeço também os amigos que fiz em Londrina, em especial Aline Ana do Nascimento, Ana, Denilson de Souza, Deyvid Fernando dos Reis, Eduardo Parro de Oliveira, Ferdinando Andrade, Grasieli Martins Aliano de Moura, Guilherme dos Santos Demarchi, Gustavo, Lucas Ratti, Luís Fernando Ferrari Danna, Márcio Catharin Marchetti, Maria Trindade, Matheus Krause, Rafael Mendes (sim, conheci outro Rafael Mendes!), Renata Gará Silva e Tatiana Colasante. A convivência com essas pessoas certamente fizeram a caminhada pela realização deste trabalho ser mais prazerosa, simplesmente por sua amizade e pelos momentos juntos.

Agradeço também a diversos amigos que, mesmo espacialmente distantes devido às proporções continentais e dificuldades de vencer as escala reais do nosso Brasil, sempre mantivemos contato e procuramos nos encontrar quando possível, recebendo também apoio e desfrutando da amizade dessas pessoas, em especial Anderson Cunha, André Carvalho, Arnaldo Augusto Chagas, Clayton José Budin, Eric Oishi, Jacqueline Aparecida Bernardes, Janaína Francisca, Jaqueline Muriel, Leonardo Trevizan Costa, Lucila Alvim, Luis Henrique Cavalcanti, Luiza Silva, Orlando Moreira Júnior, Pâmela Nakatsugi, Patricia Moreira, Paulo Henrique Gallis e Vanessa Palomo.

Agradeço também a gerente administrativa da Casa do Empreendedor de Londrina, Andresa de Lima Rossato, que sempre se demonstrou solícita quando precisei dos dados para a pesquisa.

Agradeço ainda minha orientadora Ideni Terezinha Antonello, por ter me guiado nessa maravilhosa e complexa tarefa que é a produção do conhecimento científico.

Por último, não posso deixar de citar ainda meu orgulho e agradecimento para com o meu país, que propicia a alguns de seus estudantes de pós-graduação, como no meu caso, o recebimento de uma bolsa de estudos, o que permite sem dúvida alguma uma maior dedicação a realização da pesquisa. Mesmo que o montante total de recursos direcionados não seja o ideal e necessite de aportes, para contemplar mais estudantes com essas bolsas, serei eternamente grato ao meu Estado.

*Eu desejo,
Que você ganhe dinheiro
Pois é preciso
Viver também
E que você, diga a ele [dinheiro]
Pelo menos uma vez
Quem é mesmo
O dono de quem...*

Trecho da música *Amor pra Recomeçar* – Frejat (modificado).

MOREIRA, Rafael Mendes. **Microcrédito e desenvolvimento socioespacial: o caso de Londrina.** 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2011.

RESUMO

O histórico processo de precarização do trabalho desenvolve-se e toma novas formas desde o advento do sistema capitalista de produção como dominante no mundo, trazendo diversas consequências indesejáveis aos trabalhadores, como desemprego, atividades precárias, busca de rendas no setor informal, entre outras. Podemos observar, no entanto, algumas iniciativas governamentais de políticas públicas que atendem esse público, como o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Os microcréditos são operações de empréstimos de pequenos valores direcionados aos pequenos empreendedores, normalmente menos burocráticos e com juros mais baixos que os encontrados em bancos convencionais ou financeiras, e tem como objetivo a geração de trabalho e renda. Este trabalho analisa a atuação da Casa do Empreendedor de Londrina, Instituição que oferece microcréditos na cidade de Londrina/PR e trabalha com recursos do programa BNDES Microcrédito, um dos braços operacionais do PNMPO, sob o viés do conceito de desenvolvimento socioespacial.

Palavras-chave: Microcrédito. Desenvolvimento socioespacial. Precarização do trabalho. Políticas públicas. Casa do empreendedor de Londrina.

MOREIRA, Rafael Mendes. **Microcredit and sócio-spatial development: the case of Londrina.** 2011. 139 f. Dissertation (Master's degree in Geography) – State University of Londrina, Londrina. 2011.

ABSTRACT

The historical process of precarious employment is growing and taking new forms since the advent of the capitalist system of production as dominant in the world, bringing many workers to undesirable consequences, such as unemployment, precarious activities, rent-seeking in the informal sector, among others. We note, however, some government initiatives of public policies that serve this audience, such as the National Program of Oriented Productive Microcredit - PNMPO. Microcredit loans are operations directed at small values of small entrepreneurs, usually less bureaucratic and with lower interest rates than those found in conventional banks or financial institutions, and aims to generate employment and income. This paper analyzes the performance of the Entrepreneur of the House of Londrina, which provides microcredit institution in the city of Londrina / PR and working with resources from BNDES Microcredit Program, an arm PNMPO operating under the bias of the concept of socio-spatial development.

Keywords: Microcredit. Socio-spatial development. Precarious work. Public policy. Entrepreneur of the house of Londrina.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tomadores de microcrédito entrevitados, segundo o sexo	99
Gráfico 2 – Faixa etária dos tomadores entrevistados	99
Gráfico 3 – Escolaridade dos tomadores entrevistados	100
Gráfico 4 – Setor de atividade dos entrevistados	104
Gráfico 5 – Motivo da escolha de seus empreendimentos	104
Gráfico 6 – Características do desenvolvimento da atividade	106
Gráfico 7 – Situação da residência, quanto a posse	108
Gráfico 8 – Itens na casa dos entrevistados	109
Gráfico 9 – Número de moradores em suas residências	110
Gráfico 10 – Número de pessoas na residência dos entrevistados que possuíam algum trabalho	111
Gráfico 11 – Trabalhadores com registro em carteira de trabalho, por residência dos entrevistados	112
Gráfico 12 – Trabalhadores sem registro em carteira de trabalho, por residência dos entrevistados	113
Gráfico 13 – Renda total mensal, por residência	114
Gráfico 14 – Como ficaram sabendo da Casa do Empreendedor de Londrina	116
Gráfico 15 – Motivo que os levaram a procurar a Casa do Empreendedor, e não bancos convencionais ou financeiras	117
Gráfico 16 – Renda mensal dos entrevistados, conseguida com seus empreendimentos	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DEFINIÇÕES E CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEGORIA “TRABALHO”.....	13
1.1 TRABALHO: CARACTERÍSTICAS INTRÍNSECAS E MUTAÇÕES	13
1.2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO APÓS O ADVENTO DO SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA	19
1.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DO FORDISMO AO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	22
1.3.1 O Taylorismo-Fordismo	22
1.3.2 O Regime de Acumulação Flexível/Toyotismo	26
1.3.3 A Terceirização como Ímpeto do Regime de Acumulação Flexível	36
2 O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	40
2.1 O SETOR DE SERVIÇOS	45
2.2 TERCEIRIZAÇÃO	48
2.3 MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	49
2.4 DESEMPREGO	55
2.5 SETOR INFORMAL	61
3 DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	65
3.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL.....	65
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITO E EVOLUÇÃO DA INSERÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA DO BRASIL	78
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: O MICROCRÉDITO	85
4 OS DESDOBRAMENTOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE MICROCRÉDITO EM LONDRINA/PR	94
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA CASA DO EMPREENDEDOR DE LONDRINA	94
4.2 O REBATIMENTO SOCIOESPACIAL DO MICROCRÉDITO EM LONDRINA.....	97
4.2.1 Identificação dos Tomadores de Microcrédito Entrevistados	98
4.2.2 Trabalho: Histórico e Período Atual dos Entrevistados.....	102

4.2.3 Caracterização do Contexto Socioeconômico dos Entrevistados.....	108
4.2.4 Melhorias, Dificuldades e Transformações Socioeconômicas e Sociespaciais a partir do Crédito	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXOS	135
ANEXO 1 – Questionário	136

INTRODUÇÃO

O processo de precarização do trabalho diz respeito às situações cada vez mais precárias que os trabalhadores estão sendo submetidos desde o advento do capitalismo como sistema econômico dominante no mundo. Tal situação decorre das transformações e reestruturações do capital ao longo da história, que acabam por gerar diversas consequências nefastas para o mundo do trabalho.

Uma dessas consequências é, sem dúvida, o desemprego estrutural, o que obriga parte significativa dos trabalhadores a se submeter a atividades precárias e a conseguir seu sustento no setor informal da economia, distante dos direitos assegurados pela seguridade social, como aposentadoria, férias, falta médica remunerada, entre outros. Mesmo nessas condições, é inegável que este setor vem cumprindo um papel importante no oferecimento de trabalho e ocupação para milhões de pessoas, sendo fonte de renda e responsável pelo sustento de inúmeras famílias.

Assim, podemos observar algumas iniciativas governamentais para atender esse público, como a política pública do governo federal PNMP - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. O microcrédito constitui-se no empréstimo de pequenos valores, a fim de que o tomador desse crédito inicie ou desenvolva uma atividade empreendedora já exercida anteriormente, e tem o intuito de combater a pobreza por meio da geração de trabalho e renda.

O objetivo central de nossa pesquisa é analisar se as políticas públicas de microcrédito podem propiciar uma maior qualidade de vida a seus tomadores, amenizando as consequências do processo histórico de precarização do trabalho, permitindo assim um maior e melhor desenvolvimento socioespacial local. Para isso, desenvolvemos uma metodologia com a finalidade de ouvir dos próprios tomadores de microcrédito desta Instituição sobre o desenvolvimento de seus negócios após a tomada do crédito. Assim, fez-se necessário a realização de entrevistas com a aplicação de questionário (ANEXO 1) aberto a esses tomadores, que puderam indicar e especificar abertamente quais foram às melhorias ou pioras em seus negócios.

O questionário utilizado na entrevista é composto por 44 perguntas, subdivididas em quatro partes: identificação, trabalho, residência e Casa do

Empreendedor de Londrina. A metodologia será melhor detalhada durante o trabalho.

A presente pesquisa divide-se em quatro capítulos distintos. Por se tratar de uma pesquisa em que um dos intuitos é analisar uma possível amenização das consequências da precarização do trabalho para uma parcela específica da população, e, este processo sendo consequência das transformações históricas ocorridas no mundo do trabalho, faz-se pertinente uma análise sobre a categoria trabalho e sobre os processos que culminam na precarização do trabalho, bem como algumas características de ambos.

Assim, o primeiro capítulo apresenta definições a respeito da categoria trabalho, mostrando também as transformações ocorridas no mundo do trabalho após o advento do sistema capitalista de produção, sobretudo a partir do século XX no pós Segunda Guerra Mundial, demonstrando a passagem do sistema fordista para o regime de acumulação flexível e apontando as características desses dois sistemas para o mundo do trabalho.

O segundo capítulo tem como objetivo demonstrar a evolução do processo de precarização do trabalho, procurando situar o leitor na problemática a respeito das condições degradantes que muitos trabalhadores estão submetidos. Esta realidade serviu de estímulo para esta pesquisa, que busca analisar se a ação do Estado, por meio de políticas públicas de microcrédito, pode ajudar a amenizar as consequências desse processo, resultando em melhores condições para uma parcela de trabalhadores.

O terceiro capítulo discute concepções de desenvolvimento, apresentando ainda o conceito de política pública, sendo entendida como um instrumento do planejamento urbano para se atingir um maior desenvolvimento. Esse capítulo apresenta ainda as diretrizes gerais e o funcionamento da política pública de microcrédito do governo federal, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.

O quarto e último capítulo apresenta o funcionamento da Casa do Empreendedor de Londrina e contem a análise dos dados levantados pelas entrevistas realizadas com os tomadores de microcrédito dessa instituição.

1 DEFINIÇÕES E CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEGORIA “TRABALHO”

1.1 TRABALHO: CARACTERÍSTICAS INTRÍNSECAS E MUTAÇÕES

A temática a respeito da categoria *trabalho* vem suscitando diversos debates acadêmicos ao longo dos anos. Diversos são os autores que buscam um maior entendimento sobre o conceito de trabalho (ALVES, 2005; FORRESTER, 1997; GORZ, 2001; MARX, 1982, 1996; SINGER, 2003; entre outros), sobre as transformações históricas ocorridas no mundo do trabalho tanto em espaços de tempo maiores, remetendo a séculos passados (como as Divisões Internacionais do Trabalho e as Revoluções Industriais) quanto em escalas de tempo menores, remetendo as últimas décadas, como mudanças no sistema produtivo, globalização e as táticas empresariais atuais de “controle do trabalho”, como afirma Harvey (1992).

Dentro dessa discussão, o processo de transformação do trabalho ao longo das décadas foi e vem sendo alvo de pesquisa de diversos autores, permitindo a vários deles chegar à conclusão de que os empreendedores capitalistas estão cada vez ganhando mais em cima dos trabalhadores, que vem perdendo seu poder de barganha e de reivindicação de melhores condições e conteúdos de trabalho, em um processo conhecido como *precarização do trabalho*. Diversas são as teorias que tentam explicar esse processo, mas suas consequências são comuns e aceitas por todas essas teorias, isto é: aumento da alienação do trabalho, aumento do estranhamento e da exploração do trabalhador, perda da consciência de classe por parte dos trabalhadores, enfraquecimento dos sindicatos, surgimento de formas alternativas de trabalho e geração de renda, como trabalho informal, trabalho temporário, trabalho em tempo parcial, entre outros.

Alguns autores, em períodos históricos distintos, propuseram sugestões e idéias para amenizar ou até mesmo modificar radicalmente essa situação, como o fim da propriedade privada e a tomada das forças produtivas pelos trabalhadores (MARX; ENGELS, 1996). Gorz (2001), defende a implantação do “tempo liberado”, o qual se constitui em jornadas de trabalho com menor duração de tempo, o que poderia proporcionar o aumento do número de postos de trabalho, bem como os trabalhadores, com maior tempo disponível, poderiam alcançar autonomia existencial (GORZ, 2001). Já Forrester (1997) defende a substituição total

da categoria trabalho como norteadora do desenvolvimento e das relações sociais, posto que, segundo a autora, esta não seria mais capaz de gerar renda e garantir a sobrevivência de todas as pessoas.

Nessa discussão sobre a categoria trabalho cabe retomarmos Marx, para adentrar na análise sobre as concepções e características intrínsecas do trabalho, pois para Marx (1996, p. 297) “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Poderíamos então entender o trabalho como sendo fruto de seu esforço e sua intermediação com os elementos da natureza, a fim de satisfazer suas necessidades. De acordo com essa concepção, poderíamos incluir como trabalho as atividades que o homem faz para garantir sua sobrevivência, ou seja, as atividades mais elementares feitas há milhares de anos.

Nesse sentido, Antunes também da uma contribuição valiosa:

Na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital. Sendo uma realização essencialmente humana, foi no trabalho que os indivíduos, homens e mulheres, distinguiram-se das formas de vida dos animais. (ANTUNES, 2009a, p. 47)

Assim, o trabalho existiria anteriormente a qualquer forma de comercialização ou produção voltada a fins mercantis, e até mesmo antes de qualquer tipo de organização social. Marx (1996, p. 297) confirma isso ao afirmar que o trabalho, no início, independe de qualquer forma social determinada, sendo considerado uma “[...] atividade orientada a um fim [...]” (MARX, 1996, p. 298). Dessa forma, fica claro que o trabalho, em sua forma concreta, não é uma mercadoria, uma vez que apareceu antes do sistema capitalista, tendo como características intrínsecas a relação metabólica do homem com a natureza para satisfazer suas necessidades, em atividades orientadas a algum fim, que nada tem há ver com a relação mercadológica capitalista do trabalho atualmente, onde esse é realizado unicamente em troca de salário/dinheiro.

No entanto, a partir do advento do sistema capitalista de produção e acumulação, a categoria trabalho ganha outra conotação, e passa a ser concebida como mercadoria. Essa mercadoria seria a força de trabalho, vendida pela “classe-

que-vive-do-trabalho¹” (ANTUNES, 2006, p. 101) aos capitalistas. Assim, Marx (1982, p. 262) afirma que “O capitalismo compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor-de-uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho.”

Segundo as interpretações citadas de Marx sobre o trabalho antes e após o advento e avanço do sistema capitalista de produção, podemos observar mudanças substanciais quanto aos conteúdos e propósitos do trabalho. Se o trabalho era concebido como uma atividade orientada a um fim, a partir da relação metabólica do homem com a natureza para sua própria reprodução e satisfação das necessidades, no sistema capitalista isso passa a não ser mais verdade, posto que trabalho agora é uma mercadoria a ser vendida e comprada, em verdade o único meio de sustento (sendo, pois, a única forma de conseguir dinheiro) da “classe-que-vive-do-trabalho”. Assim, o trabalho teve seu conteúdo mudado, pois não é o trabalhador que decide o que e como irá fazer, e sim aquele que compra sua força de trabalho; teve seu propósito mudado porque o resultado do trabalho não ficará com o trabalhador, mas mais uma vez com o comprador da sua força de trabalho. A alienação e o estranhamento do trabalho são então impostos pela lógica capitalista.

Ainda sobre a mudança do trabalho com o advento do sistema capitalista de produção, Antunes fornece-nos uma passagem bastante ilustrativa:

¹ Ricardo Antunes defende uma concepção ampliada de classe trabalhadora, utilizando a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” para dar uma conotação mais atual ao conceito de classe trabalhadora apresentado por Marx, buscando apreender as características atuais e as mutações por que passaram e passa a classe trabalhadora atualmente. Este autor afirma que o proletário industrial, por ser um trabalhador produtivo (pois gera mais valia, contribuindo diretamente para a valorização do capital), é o representante central da classe-que-vive-do-trabalho. No entanto, deixa claro que o critério para pertencer à classe-que-vive-do-trabalho é o assalariamento, ou seja, a venda da sua força de trabalho. Assim, estão inclusos também neste conceito os trabalhadores improdutivos, os no setor de serviços, os trabalhadores individuais por conta própria, os informais (entendido como aqueles que não possuem registro em carteira de trabalho), os que trabalham por tempo determinado, os proletários rurais, e os desempregados, que foram expulsos do mercado de trabalho devido aos processos de reestruturação produtiva capitalista, excluindo, entretanto, os proprietários de microempresas. Exclui-se também os gestores do capital e seus altos funcionários que exercem controle sobre o trabalho, de valorização e reprodução do capital, além dos que vivem de especulação e juros de capital acumulado. Exclui, por fim, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária (ANTUNES, 2006, p. 101-103).

[...] a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana. (ANTUNES, 2009a, p. 49)

Podemos perceber, de acordo com Antunes, que o sistema capitalista transformou o trabalho, antes tido como uma finalidade central do ser social, em trabalho assalariado, convertendo-se no único meio de subsistência dos trabalhadores. A força de trabalho torna-se, definitivamente, uma mercadoria.

Marx atenta, entretanto, que a mercadoria força de trabalho do sistema capitalista possui características diferentes dos outros tipos de mercadoria, pois “A mercadoria que te vendo se distingue da multidão das outras porque seu consumo cria valor e valor maior que seu custo. Este foi o motivo porque a compraste.” (MARX, 1982, p. 263). A citação do autor apresenta a idéia de que a força de trabalho, considerada mercadoria no sistema capitalista, é uma mercadoria diferente das demais, pois seu consumo gera valor maior que seu custo, sendo a única razão para que o capitalista a compre. Na realidade, essa relação entre (maior) valor produzido pelo trabalhador e valor pago para o trabalhador, que é a essência do lucro capitalista, só é possível devido à extração da mais-valia por parte do capitalista, que é justamente o valor produzido pelo trabalho do trabalhador que não lhe é pago e fica com o capitalista.

Outro autor que trabalha com a categoria trabalho é André Gorz (2001). Segundo esse autor, atualmente podemos destacar elementos presentes no mundo do trabalho que nada tem a ver com as características intrínsecas quando do surgimento do trabalho. Assim, o autor utiliza uma abordagem que dá ênfase no entendimento do trabalho alienado:

O ‘trabalho’, no sentido contemporâneo do termo, não se confunde nem com os afazeres, repetidos dia após dia, necessários à manutenção e à reprodução da vida de cada um; nem com o labor, por mais penoso que seja, que um indivíduo realiza para cumprir uma tarefa da qual ele mesmo e seus próximos serão os destinatários e os beneficiários; nem com o que o empreendemos por conta própria, sem medir nosso tempo e esforço, cuja finalidade só interessa a nós mesmos e que ninguém poderia realizar em nosso lugar. Se chamamos a essas atividades ‘trabalho’ – o ‘trabalho doméstico’, o ‘trabalho do artista’, o ‘trabalho’ de autoprodução -,

fazemo-lo em um sentido radicalmente diverso do sentido que se empresta à noção de trabalho, fundamento da existência da sociedade, ao mesmo tempo sua essência e sua finalidade última. (GORZ, 2001, p. 21, grifos do autor)

Posteriormente, Gorz (2001) complementa seu raciocínio, revelando o que acredita ser a característica mais importante do trabalho atualmente, que vigora sob as relações capitalistas de produção:

[...] a característica mais importante desse trabalho – aquele que ‘temos’, ‘procuramos’, ‘oferecemos’ – é ser uma atividade que se realiza na esfera *pública*, solicitada, definida, e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho *remunerado* (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma profissão), inserimo-nos em uma rede relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres. (GORZ, 2001, p. 21, grifo do autor.)

Podemos perceber a partir dessas citações de Gorz que a atualidade do mundo do trabalho concebe este apenas como uma mercadoria, como uma atividade que deve ser desenvolvida em troca de uma remuneração, propiciando sustento a quem a exerce. Na segunda citação, o autor aponta ainda o caráter de socialização propiciada pelo trabalho, que insere o cidadão na esfera pública, através da dotação de identidades sociais e do fato de este inserir-se em uma rede de relações. No entanto, Gorz salienta que a diminuição da jornada de trabalho traria consigo a redistribuição dos empregos, única alternativa viável para impedir a “[...] desintegração da sociedade e a divisão dos próprios assalariados entre, de um lado, elites profissionais e, de outro, massas de desempregados e de trabalhadores em situação precária [...]” (GORZ, 2001, p. 94). Essa diminuição do tempo de trabalho resultaria ainda em outros benefícios, pois as pessoas utilizariam o tempo de outras formas que não trabalhando, seja se divertindo, desenvolvendo habilidades, capacidades, entre outras coisas, permitindo novos espaços de socialização que não seu espaço de trabalho:

O local de trabalho e o emprego podem então deixar de ser os únicos espaços de socialização e as únicas fontes de identidade social; o domínio do não-trabalho pode deixar de ser o domínio do privado e do consumo. Novas relações de cooperação, comunicação, de troca, podem ser tecidas no tempo disponível e inaugurar um novo espaço societal e cultural, feito de atividades autônomas, de fins livremente escolhidos. (GORZ, 2001, p. 95)

Cabe salientar que tanto o trabalho concreto quanto o trabalho feito para outro podem ser entendidos como geradores de meios de sobrevivência para quem os pratica, mas observamos uma mudança substancial quanto ao conteúdo desse trabalho. O trabalho, em sua forma concreta, pode e deve ser provido para os fins de quem o realiza, ou seja, sem pressupor uma relação de remuneração e apropriação do produto do trabalho; entretanto, atualmente, o trabalho é visto como útil para outra pessoa, que irá se apossar do trabalho feito por alguém, em troca de um salário. Tanto o trabalho feito para si como a renda gerada pela venda da força de trabalho irá permitir que seus feitores sobrevivam, porém, com conteúdos de trabalho (e seu propósito) radicalmente diferentes entre si. Tomemos como exemplo um agricultor que cultiva para si próprio e vende o excedente e um trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de um salário: ambas as atividades permitem a sobrevivência desses trabalhadores, mas os conteúdos e propósitos de seus trabalhos são radicalmente distintos, ao passo que o primeiro trabalha para si próprio sem relação de exploração e com total conhecimento sobre o que faz e o porquê faz, enquanto o segundo trabalha unicamente em troca da remuneração, não estabelecendo relações diretas com o fruto de seu trabalho e, em muitos casos, nem sabendo ao certo qual a serventia exata de seu trabalho. Não significa, entretanto, que o trabalho feito para si e o trabalho feito para outro, em troca de um salário, convivam no mesmo espaço, e nem que existam na mesma proporção.

Outro autor que se preocupa com essa temática é Paul Singer (2003), porém, utilizando mais a expressão *emprego*, que, em um sentido mais atual, está intimamente ligado a noção de trabalho.

Singer (2003, p. 12) define emprego como sendo a compra da força de trabalho ou da capacidade de produzir de um trabalhador por um empregador. Com base nesse conceito, critica o termo *oferta de emprego*, pois, na realidade, quem oferece alguma coisa, a sua força de trabalho, é o trabalhador, sendo que o empregador seria o comprador desta “mercadoria”. O autor ainda faz uma

importante diferenciação sobre os conceitos de *emprego* e *ocupação*, esta última sendo entendida como “[...] toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce.” (Singer, 2003, p. 14). Compreende as atividades autônomas que, segundo o autor, aumentam na medida em que o capitalismo reduz o volume da força de trabalho que emprega.

Entendemos que *emprego* e *ocupação* são formas distintas, mas não menos expressivas, da atualidade da categoria trabalho. Enquanto que o *emprego* subentende-se a contratação de um (trabalhador) perante outro (empregador), por sua vez a *ocupação* engloba as diversas formas autônomas de atividades que possam gerar renda para o sustento de alguém, sem, necessariamente, vender sua força de trabalho e permitir a apropriação de seu esforço por outro, em troca de um salário. No entanto, a noção de trabalho feito para si (não no sentido de geração de valor de uso, mas no sentido de não expropriação do produto feito por outro) aqui não é a mesma apontada por Marx (1996) quando este afirma que o trabalho em sua forma concreta é uma atividade orientada para um fim como controle de seu metabolismo com a natureza, devido às atividades autônomas estarem ligadas, atualmente, a geração de valores de troca, tendo como fins únicos a comercialização e geração de renda para quem as produz ou as vende (sejam mercadorias ou serviços).

A análise desses autores é ilustrativa no sentido de demonstrar as diversas leituras que são feitas sobre a temática do trabalho, hora enfatizando a mudança de seu conteúdo ao longo do tempo, hora abordando os aspectos intrínsecos a categoria, passando também por algumas concepções atuais características no mundo do trabalho.

Adentremos, agora, em uma breve análise sobre as consequências do advento do sistema capitalista de produção para o mundo do trabalho.

1.2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO APÓS O ADVENTO DO SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA

Segundo Gorz (2001), pautado em Max Weber (1985)², o advento do capitalismo trouxe consigo uma “racionalidade econômica” que é indiferente a

² Gorz faz esta análise baseado em WEBER, Max. *L'Éthique Protestante et l'Esprit Du Capitalisme*. Paris, Plon/Agora, 1985.

outros valores e outros objetivos que não os da acumulação do capital. Essa racionalidade busca racionalizar a produção, dominar os custos, torná-los rigorosamente calculáveis e previsíveis, graças à quantificação e normatização de seus elementos. A racionalidade econômica veio se contrapor à sociedade existente anteriormente, regida por tradições “irracionais” do ponto de vista econômico, portanto, contrário aos interesses capitalistas; mas essa sociedade, que em nada almejava os ideais capitalistas de acumulação e lucro, era o modo de vida vivenciado e apreciado pela sociedade à época. Em outras palavras, não existia o rigor de calcular o preço de cada parte do processo produtivo, bem como estabelecer um preço da mão de obra, pois a acumulação da maior quantidade de lucro não era um fim a ser perseguido. Tanto as tradições como outros tipos de racionalidade impediram durante algum tempo o desenvolvimento da racionalidade econômica, até esta ganhar forças e submeter todas as outras racionalidades aos seus desejos. A racionalidade econômica precisou calcular salários, para poder calcular rendimentos e prever os lucros; além, é claro, de convencer os trabalhadores a trabalhar servindo fins que lhes eram estranhos e indiferentes. Assim,

[...] o reducionismo unidimensional da racionalidade econômica própria do capitalismo teria um alcance potencialmente emancipador porque faz tábua rasa de todos os valores e fins irracionais do ponto de vista econômico e só mantém, entre os indivíduos, relações monetárias, entre as classes, relações de forças, entre o homem e a natureza uma relação instrumental, fazendo nascer com isso uma classe de operários-proletários totalmente despossuídos, reduzidos a nada mais que a força de trabalho indefinidamente intercambiável, sem nenhum interesse particular a defender. (GORZ, 2001, p. 27-28)

O capitalismo trouxe consigo a alienação do trabalhador e seu estranhamento ao trabalho. Em outras palavras, a propriedade privada dos meios de produção fez com que aqueles que não possuíssem forças produtivas tivessem como única alternativa de sobrevivência a venda da sua força de trabalho, em troca de um salário que garantisse a sua sobrevivência. Dessa forma, o trabalhador não trabalha mais para si, não trabalha para produzir coisas para satisfazer suas necessidades, trabalha almejando apenas um salário, ou seja, o produto de seu trabalho não é seu, é expropriado pelo capitalista que lucra com o resultado do trabalho do outro.

O estranhamento quanto ao trabalho está justamente no fato de que o trabalhador não trabalha porque quer, não tem interesse no resultado de seu trabalho e tão pouco sabe para que serve o seu trabalho, de forma que, trabalhando unicamente por um salário, seu trabalho fica totalmente estranho a si mesmo. Sobre isso, Marx (2006, p. 112, grifos do autor) afirma que “[...] o trabalhador se relaciona com o produto *do seu trabalho* como a um objeto estranho”.

Em sua forma concreta, o trabalho deve ser provido para satisfazer as necessidades de quem o realiza, exercendo um papel central na sociedade, mediando à relação metabólica entre homem e natureza para sua reprodução, como nos confirma Thomaz Júnior, ao afirmar que

[...] o trabalho, em todas suas dimensões é, pois, a base fundante do autodesenvolvimento da vida material e espiritual, sendo que circunscrito à sua forma concreta garantiria a realização de uma vida cheia de sentidos, emancipada para o ser social que trabalha. (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 21).

Com a alienação e o estranhamento do trabalhador em relação ao fruto do seu trabalho, impostos pelo sistema capitalista, observa-se a separação entre o trabalho e a vida, entre o trabalhador e o sentido empregado ao resultado do seu trabalho, posto que este não mais lhe pertence. Assim,

Sob a condição da separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de *perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada*, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na *sociedade do trabalho*. (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 348, grifos dos autores).

Percebe-se, então, que a perda da centralidade do trabalho enquanto fundamento e dotador de sentido na vida dos homens, mediante a alienação e do estranhamento ao trabalho, provocam graves consequências a estes trabalhadores, afetando de todo modo sua vida, tanto em sua esfera pública como privada.

Antunes (2006) pautado em István Mészáros (1995)³, faz uma análise interessante, em que distingue dois níveis de mediação no sistema de metabolismo social do capital: o *sistema de mediações de primeira ordem* e o

³ Antunes faz esta análise baseado em MÉSZÁROS, István. *Beyond Capital (Towards a Theory of Transition)*, Merlin Press, Londres, 1995.

sistema de mediações de segunda ordem. O sistema de mediações de primeira ordem diz respeito à manutenção das funções vitais da reprodução individual e societal, por meio da relação do homem com a natureza (ANTUNES, 2006, p. 19-20). Parece-nos, assim, ser mais representativo deste o período histórico anterior ao advento do capitalismo como sistema econômico dominante no mundo. O sistema de mediações de segunda ordem corresponde às mediações feitas pelo capital (sendo, portanto, específica ao período da história após o advento do sistema econômico capitalista), que fetichizam, alienam e subordinam as mediações de primeira ordem (ANTUNES, 2006, p. 21-22). Podemos perceber nesta análise uma clara distinção entre aspectos da vida cotidiana das pessoas, uma enfocando o período antes e outro após o advento do sistema capitalista. Assim, sobre a natureza do capital, Antunes (2006, p. 23, grifos do autor) afirma que: “Não sendo uma *entidade material* que possa ser racionalmente controlável, o capital se constitui uma poderosíssima estrutura *totalizante* de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar.”

Nesse processo de transformação do trabalho concreto para o trabalho alienado, segundo HARVEY (1992, p. 118 - 119) a principal dificuldade encontrada pelo capitalismo foi garantir que os produtos (e, consequentemente, o trabalho) feitos pelos trabalhadores pudessem ser expropriados pelos capitalistas. Para isso, o autor afirma que foi necessária uma “disciplinação da força de trabalho para os propósitos da acumulação do capital”, em um processo que denominou de “*controle do trabalho*”.

Veremos agora, como o surgimento do sistema fordista contribuiu para isso.

1.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DO FORDISMO AO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

1.3.1 O Taylorismo-Fordismo

Uma das facetas desse processo de controle do trabalho é o sistema produtivo conhecido como taylorismo-fordismo, com a implantação da linha de montagem e das tarefas repetitivas feitas pelos trabalhadores, reguladas rigidamente, não necessitando de seu trabalho intelectual, apenas de seu trabalho mecânico-braçal. Foi nesse sistema que teve início à disseminação do salário fixo e

da jornada de oito horas de trabalho. Assim, o fordismo não foi somente um processo de disciplinação do trabalhador à linha de montagem, mas também tinha o intuito de dar ao trabalhador tempo e renda para consumir o que se estava produzindo em massa pelas grandes corporações. Dessa forma, o fordismo foi uma revolução nos meios de produção e produtividade, trazendo profundas transformações na sociedade, ao estimular o consumo de massa, permitindo um menor tempo de trabalho e maiores salários.

Uma das principais características do taylorismo/fordismo é a total separação entre *planejamento* e *execução* das tarefas. O planejamento ficava a cargo da chefia e dos funcionários diretamente ligados a ela, utilizando-se (em verdade, expropriando, sem nenhum ganho para o trabalhador) da técnica mecânico-braçal do operário para melhorar e incrementar o processo produtivo. Para os operários, restava apenas cumprir suas tarefas dentro do processo produtivo, que eram atividades pré-determinadas que deveriam ser cumpridas a risca, de forma repetitiva, dia após dia. Estes, não participavam em momento algum das decisões e do planejamento da empresa. Assim, Wolff (2005, p. 254-255) afirma que:

O taylorismo [...] instaura a separação entre o saber e o fazer no plano microeconômico, isto é, no interior das organizações empresariais, criando uma divisão do trabalho marcada pela fragmentação entre o trabalho manual, ou de execução, e o trabalho intelectual, o qual se encarrega da concepção ou planejamento do processo produtivo a partir da apropriação prévia do saber-fazer operário.

Antunes (2006) ilustra bem essas características do sistema taylorista/fordista:

O taylorismo/fordismo realizava uma *expropriação intensificada* do operário massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido. Ao mesmo tempo, o operário massa era frequentemente chamado a corrigir as deformações e enganos cometidos pela 'gerência científica' e pelos quadros administrativos. (ANTUNES, 2006, p. 41, grifos do autor)

Veremos, mais adiante, que essas características intrínsecas ao sistema fordista contribuíram para o seu enfraquecimento e sua consequente

substituição, em um processo denominado de reestruturação produtiva, surgindo, dessa forma, um outro sistema produtivo⁴.

Mesmo sendo desenvolvido em décadas anteriores, é somente no pós Segunda Guerra Mundial que o fordismo alcança um amadurecimento a ponto de sair dos Estados Unidos e começar a se espalhar pela Europa. Evidentemente isso não aconteceu por acaso, posto que o financiamento da reconstrução dos países da Europa, encabeçado pelos Estados Unidos mediante o plano Marshall, ocorreu na condição de aquele continente se abrir para as grandes firmas e corporações estadunidenses, disseminando-se assim o fordismo. Outro fator que contribuiu para esse amadurecimento foi à ascensão do sistema keynesiano⁵ de governança em diversos países, sendo que agora esses governos e Estados trabalhavam para estimular o que antes fora pregado pelo sistema fordista, ou seja, a produção e o consumo de massa.

Outra manobra essencial para a aceitação e consequente expansão do sistema fordista foi a cooptação dos sindicatos. Levando em consideração que a concentração de trabalhadores aumentava o poder destes e de suas entidades representativas, no pós Segunda Guerra Mundial os sindicatos foram aceitos pelas empresas na medida em que colaborassem com a administração no sentido de influenciar seus membros para aumentar a produtividade, e controlassem estes utilizando compensações de ganhos de salários (HARVEY, 1992, p. 129). Nesse aspecto, a cooptação dos movimentos operários no pós-guerra foi característica fundamental para o controle do trabalho que permitiu o desenvolvimento do fordismo (HARVEY, 1992, p. 125).

O sistema fordista manteve-se estável até o início da crise mundial no início da década de 1970. Até essa data, o fordismo tinha assegurado bons índices de crescimento econômico e relativa melhora nas condições e salários dos trabalhadores. Porém, as contradições existentes dentro do capitalismo regido pelo

⁴ Embora seja muito empregado o termo “reestruturação produtiva” para indicar a passagem do sistema taylorista/fordista para o regime de acumulação flexível/toyotismo, Ricardo Antunes cita a existência de autores que defendem que não houve mudanças de um sistema produtivo para outro, mas apenas a intensificação de tendências já existentes dentro do próprio sistema fordista. (ANTUNES, 2006, p.48)

⁵ O keynesianismo é um sistema de governo que nasceu das teorias do economista inglês John Maynard Keynes, tendo vigorado principalmente no pós Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970. Tem como característica principal a centralidade do Estado no controle da economia, delegando a este a responsabilidade de proporcionar benefícios sociais aos cidadãos, para garantir um padrão mínimo de vida, perseguindo também o objetivo de se chegar a uma situação de pleno emprego.

sistema fordista, ocasionadas sobretudo pela rigidez produtiva, levaram inevitavelmente a transformações que culminariam na transição para um novo regime de acumulação do capital.

Segundo HARVEY (1992, p. 135-136), essa rigidez sistêmica do fordismo impedia uma flexibilização produtiva, operava sob a lógica de crescimento estável dos mercados consumidores (o que, na prática, durou apenas até o início da década de 1970) e era configurada por uma significativa organização e consequente poder dos trabalhadores, impedindo maiores artimanhas por parte dos industriais para driblar a rigidez. O Estado era forçado a alimentar o regime de programas assistencialistas sob risco de perder a legitimidade do sistema. Assim, a única forma de conter, mesmo que momentaneamente, a crise que se alastrava, estava na política monetária, ou seja, impressão de papel-moeda até quanto fosse necessário. Essa atitude gerou a onda inflacionária no início da década de 1970, gerando a crise que acabou por tornar inviável o sistema fordista do ponto de vista da reprodução e ampliação do capital, abrindo caminho para um novo sistema econômico de acumulação do capital.

Antunes (2006, p. 29-30, grifos do autor) aponta seis características como sendo as mais evidentes da crise do capitalismo no início da década de 1970:

- 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o *controle social da produção*. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
- 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao *desemprego estrutural* que então se iniciava;
- 3) hipertrofia da *esfera financeira*, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;
- 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolísticas e oligopolistas;
- 5) a crise do *welfare state* ou do 'Estado do bem-estar social' e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;

- 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos *contingentes* que exprimiam esse novo quadro crítico.

O resultado da combinação desses fenômenos foi à crise do capitalismo (representada, sobretudo, pela crise do sistema produtivo fordista), que necessitava buscar novas formas de produção, a fim de poder manter e expandir o processo de acumulação. Tal fato redunda na transição para uma novo regime de acumulação do capital, denominado por Harvey (1992) de “regime de acumulação flexível”.

1.3.2 O Regime de Acumulação Flexível/Toyotismo

Assim, em uma nova empreitada do capital para a sua reprodução, um novo sistema produtivo ganha impulso em meados da década de 1970, sendo denominado de diversas formas por diversos autores distintos. Harvey (1992) chama esse novo sistema de “regime de acumulação flexível”; Alves e Antunes (2004) usam o termo “toyotismo”; não é incomum também encontrarmos o termo “pós-fordismo”. No entanto, todos os autores falam do mesmo processo, na transição para um novo regime de acumulação do capital, a qual tem profundas mudanças e trás inúmeras consequências não só para o mundo do trabalho, mas para toda a sociedade.

O sistema toyotista de produção tem sua origem no Japão, no pós Segunda Guerra Mundial. No entanto, só passa a chamar atenção a partir do início da década de 1970, com a ânsia das economias ocidentais em conseguir engendrar novas formas de acumulação do capital, posto que o capitalismo enfrentava uma crise em que o sistema fordista de produção não mais apresentava a mesma lucratividade e a mesma possibilidade de acumulação apresentados logo após a Segunda Grande Guerra. Assim, a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, o advento do sistema toyotista de produção intensifica-se nas economias ocidentais. Ressaltamos ainda a importância desse sistema produtivo para o Japão que, através da reestruturação produtiva e consequente surgimento do sistema toyotista, esse país, que saiu derrotado da Segunda Guerra Mundial, alcançou uma posição de destaque no capitalismo mundial no final da década de 1970 (ANTUNES, 2006, p. 57-58).

Sobre a transição do regime de acumulação do capital em resposta a crise do capitalismo e do sistema fordista na década de 1970, Antunes afirma que:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seus sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso, seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2006, p.31)

Antunes (2006) deixa claro então que a reestruturação produtiva do capital que culminou no regime de acumulação flexível, assim como no fordismo, não trouxe consigo mudanças apenas nos processos produtivos e no mundo do trabalho, mas em toda a sociedade. A reestruturação produtiva do capital no pós-fordismo trouxe a disseminação, principalmente a partir da crise do estado keynesiano no final da década de 1960, da tendência neoliberal da forma de governar, através da tendência do Estado Mínimo não intervencionista, que passa a privilegiar o crescimento econômico (mascarado por meio de uma postura ideológica economicista em que prevalece a tese em que o crescimento econômico traria por si só o desenvolvimento) em detrimento do desenvolvimento social assistencialista assumido pelo Estado, em que o crescimento econômico e atração de empresas e fábricas passa a ser o principal objetivo do Estado, que por sua vez observa seu poder de atuação diminuir concomitantemente ao crescimento do poder das grandes corporações privadas.

Harvey (1992) denomina de *regime de acumulação flexível* o novo sistema produtivo que emerge a partir da reestruturação produtiva do capital no início da década de 1970. Assim, esse novo regime é marcado

[...] por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um

vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1992, p. 140)

Essa passagem ilustra bem os novos ditames do processo de acumulação flexível. O novo regime vem contrastar diretamente com o rígido sistema produtivo fordista, buscando formas flexíveis de adentrar no mercado, na produção das mercadorias, nos padrões de consumo e no mundo do trabalho. Os sistemas produtivos são completamente modificados, agora equipados com novas maquinarias que desempenham novas e variadas funções. A inovação também se faz sentir nos produtos e no aspecto organizacional da empresa, que agora utiliza novas abordagens para produzir, para se relacionar com fornecedores, para garantir a boa eficiência dos trabalhadores, entre outras inovações.

Quando Harvey (1992) fala sobre a compressão do espaço-tempo no regime de acumulação flexível, certamente está se referindo aos novos padrões organizacionais e novos critérios de tomadas de decisões adotados pelas empresas a partir da revolução dos meios de telecomunicações e de transportes. A utilização de satélites e o consequente desenvolvimento de tecnologias que permitiram comunicação praticamente instantânea mudaram completamente o universo empresarial, que agora via nessas ferramentas uma arma poderosa no processo de tomada de decisões, capaz de influenciar diretamente sua produção, seu nicho e perspectivas de mercado e consequentemente todo seu processo produtivo, a fim de obter maiores possibilidades de lucro. A evolução e barateamento dos meios de transporte permitiram uma atuação em um espaço cada vez mais amplo por parte das empresas, que agora agiam não apenas em um país ou a nível local, mas tinham a possibilidade de agir em todo o mundo.

Ricardo Antunes (2003, p. 55; 2009, p. 53), afirma que o desenvolvimento da telemática, em conjunção com outros elementos, permitiu a comunicação entre empresas através de distâncias muito grandes, permitindo maior exploração de trabalho terceirizado e/ou doméstico, diminuindo assim a quantidade de trabalhadores estáveis, típicos da era fordista.

O avanço das tecnologias empregadas no processo produtivo é fator fundamental para explicar os desdobramentos da reestruturação produtiva, que ocasionaram diversas consequências no mundo do trabalho. Os avanços na informática, microeletrônica, biotecnologia, mecatrônica, entre outros, permitiram uma série de inovações nos processos produtivos e permitiram sua flexibilização, que influenciaram de maneiras distintas as relações de trabalho. Como nos afirma Ferreira,

Não existem dúvidas quanto à revolução originada pelas novas tecnologias. A invenção e a inovação de novos materiais, de novos mecanismos automáticos e de novas energias não param de crescer. Depreende-se que tudo isso faz parte de um contínuo lógico de progresso e de desenvolvimento no qual a ciência e a técnica foram objetos de uma grande integração e racionalização. Estes fenômenos fazem parte do processo histórico que acompanha a racionalidade instrumental do capitalismo. (FERREIRA, 2000, p. 99)

Embora a visibilidade social das novas tecnologias na vida quotidiana dos indivíduos e dos grupos seja cada vez mais representativa, as mudanças emergentes na organização do trabalho também se revelam importantes. [...] novas tecnologias e organização do trabalho dão subsistemas da sociedade global. Por essa razão são complementares e interdependentes uma da outra. Quando se desenvolve a interação entre ambas existem inevitavelmente fenômenos de reação, adaptação e ajustamento. Neste sentido, as mudanças operadas no domínio da organização do trabalho podem ser vistas como o resultado das contingências da invenção e da inovação das novas tecnologias. [...] Estes pressupostos levam-me a compreender e a explicitar os contornos das mudanças operadas pelas novas tecnologias da organização do trabalho [...]. (FERREIRA, 2000, p. 100)

Com a flexibilização do processo produtivo e a cada vez maior utilização de tecnologia, este se torna mais complexo, e a mão de obra exigida para trabalhar nesse processo necessita ser de maior instrução, ter cursos especializados, ou seja, precisa de maior qualificação. O conteúdo do trabalho também é drasticamente modificado no regime de acumulação flexível. Enquanto o fordismo necessitava de operários unicamente para desempenhar atividades mecânico-braçais, o novo regime de acumulação busca trabalhadores polivalentes, que possam desempenhar mais de uma função, sendo que o aspecto intelectual-criativo passa a ser o item mais valorizado nos trabalhadores.

Essas transformações ocorreram em uma época em que uma das facetas da crise do capitalismo era justamente a intensificação da coisificação do trabalho do homem, em que este era utilizado unicamente como uma coisa, como a

peça de uma engrenagem de uma máquina, de forma que executava movimentos repetitivos desprovidos de qualquer habilidade intelectual. Assim, o fordismo enquanto sistema organizacional estava entrando em colapso, uma vez que a classe trabalhadora organizada almejava novas formas e novos conteúdos de trabalho. Os capitalistas viram então uma chance de explorar não mais apenas o trabalho mecânico-braçal dos trabalhadores, mas também seus aspectos psicológicos e intelectuais. Em comparação ao regime de acumulação flexível, o sistema fordista era uma forma de racionalização incompleta do capital, posto que as variáveis psicológicas não eram incorporadas (na verdade, exploradas) nessa racionalização, no processo produtivo. (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 344-345).

O regime de acumulação flexível foi desenvolvido com o intuito de se estabelecer novas formas de exploração e controle dos trabalhadores. Para isso, utilizou-se de discursos ideológicos que fazem os trabalhadores acreditarem que o novo sistema vinha justamente atender suas expectativas e desejos de novos conteúdos de trabalho. No entanto, essa aparente assunção dos capitalistas quanto ao atendimento dos interesses dos trabalhadores se deu unicamente com o objetivo de reinventar o processo de acumulação do capital, de forma que permitisse a continuação de sua reprodução, propiciada por um maior controle do trabalho.

Esse maior controle do trabalho foi possível quando o capitalismo tomou para si a tarefa de criar um sistema organizacional que fizesse os trabalhadores acreditarem que seus desejos de novos conteúdos do trabalho e maior autonomia seriam atendidos. Assim, com o regime de acumulação flexível, a classe dominante atendeu prontamente os interesses do sistema capitalista (continuação da reprodução e aumento dos processos de acumulação do capital), e fez os trabalhadores acreditarem que seus anseios estavam sendo atendidos, utilizando o discurso da união entre *planejamento* e *execução* do trabalho, que o fordismo tinha separado, quando na realidade sabemos que esse novo sistema trouxe níveis de exploração qualitativamente maiores dos trabalhadores, através da “subsunção da subjetividade operária à lógica do capital” (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 344).

Antunes (1999) confirma isso ao afirmar que a passagem do fordismo para o regime de acumulação flexível não é mais do que uma transição entre um sistema claramente despótico para um outro aparentemente menos despótico que, na realidade, tem como objetivo principal subordinar os aspectos

intelectuais e subjetivos dos trabalhadores, configurando assim graus superiores de exploração:

O taylorismo reduzia, na medida em que separava gerência científica e execução, o trabalhador a um executor brutalizado, uma vez que esse trabalhador ou trabalhadora executava operações rigidamente programadas, definidas e controladas. O toyotismo, como um experimento do capital, avançou ainda mais profundamente, percebendo que era possível se apropriar do saber fazer intelectual do trabalho. Mas para isso era preciso envolver o trabalhador nesse processo, dar ao trabalhador a aparência de que efetivamente dispunha de autonomia para pensar no que é melhor para a empresa. Foi o trânsito de uma forma mais claramente despótica, para uma outra forma, digamos assim, aparentemente menos despótica. Uma forma relativamente menos despótica, mas que tem como contrapartida a condição para envolver a subjetividade do trabalhador nesse processo, de envolvê-lo de modo completamente manipulado e subordinado aos interesses exclusivos da empresa e do capital [...]. (ANTUNES, 1999, p. 56)

Uma das formas de se implantar esse sistema de expropriação também da atividade intelectual dos trabalhadores foi à estratégia utilizada pelas empresas de criar um sistema produtivo que permitisse a participação dos trabalhadores no processo de melhoria da produção, aumentando a autonomia e propiciando novos conteúdos de trabalho. Agora, todos os trabalhadores são responsáveis pelo processo produtivo, de forma que todos podem dar sugestões de melhorias para que aumente a eficiência de seus trabalhos. Uma das formas de organização desse novo sistema é a divisão de trabalhadores em grupos, em que cada grupo seria responsável pela elaboração, criação e resolução de problemas em uma determinada etapa do processo produtivo. Dessa forma, cada trabalhador do grupo seria responsável por todo um processo dentro de uma cadeia produtiva, sem hierarquias dentro do grupo, ou seja, todos seriam livres para propor idéias e soluções de melhorias no processo produtivo. Na verdade, todo esse processo tratar-se de um discurso arquitetado com a intenção de conseguir um maior engajamento dos trabalhadores, aumentando a produtividade e o controle sobre eles. Dessa forma, a “inserção engajada” dos trabalhadores, tão almejada pelos capitalistas, tem o objetivo único de propiciar à “captura integral da subjetividade operária” (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 345), para atender aos princípios do capital de aumento do lucro e do processo de acumulação.

Assim, Wolff (2005, p. 232) nos mostra como o *autocontrole* presente implicitamente no sistema de acumulação flexível age como um fiscalizador psicológico dentro de cada trabalhador no processo produtivo. No novo regime de acumulação, some a figura do fiscalizador na linha de produção (como era prática no sistema fordista), daquele trabalhador que era responsável por fiscalizar e ter certeza de que a produção estava fluindo bem. A partir do autocontrole, os próprios funcionários se autocontrolam com o aumento de suas responsabilidades, em uma condição que só é possível de ser conseguida se houver um intenso engajamento dos operários quanto aos objetivos da empresa. Este, no entanto, é um imperativo muito mais cruel e eficiente do ponto de vista da produtividade, posto que o trabalhador busca cumprir sua meta e se martiriza caso não consiga, ou caso saia algo errado no processo produtivo, acreditando ser um mau trabalhador ou que não tem as competências necessárias para cumprir tal função. Mais uma vez, vemos o caráter perverso existente nas entrelinhas do novo processo empreitado pelo capitalismo.

Para conseguir esse autocontrole, é essencial que a empresa utilize um discurso em que o trabalhador tenha que entender e se engajar com os objetivos da empresa, tendo uma visão geral de que seu trabalho é condição necessária para o bom andamento da empresa. Dessa forma, o operário sente-se importante, engajando-se com os objetivos da empresa, o que por sua vez facilita a implantação do autocontrole (WOLFF, 2005, p. 232-235). Assim,

A noção de autocontrole [...] prescreve a necessidade de o operário estar devidamente a par de suas 'responsabilidades' no interior do processo produtivo e dos prejuízos que qualquer 'erro técnico' possa causar a empresa. Além disso, deve ter conhecimento do processo como um todo – e não apenas de suas funções específicas, como ocorria sob o taylorismo –, para que saiba como agir e ajudar no caso de o 'erro técnico' ter sido provocado por outro operário. Conscientes de suas 'responsabilidades', do que devem fazer e de como devem fazer, os operários podem exercer suas funções sem que seja necessária a figura do capataz. Igualmente, podem agregar às suas atividades produtivas outras tantas que gravitam em torno dos processos automatizados. Assim, um operário em 'estado de autocontrole' torna-se amplamente versátil, polivalente e subjetivamente controlado para agir e pensar segundo os ditames da produção capitalista, em sua configuração tecnologicamente mais avançada. (WOLFF, 2005, p. 270-271)

Diante deste sistema, Antunes afirma que o trabalhador se torna “déspota de si mesmo” (1999, p. 58), pois ele é responsável por controlar a produtividade de seu trabalho e se fiscalizar. Todos os membros do grupo estariam sujeitos a essa situação, em um processo em que os funcionários seriam responsáveis pela auto-fiscalização do seu trabalho e fiscalização do trabalho dos outros membros do grupo do qual faz parte. Assim, “[...] a supervisão capitalista é introjetada na subjetividade operária, dispensando a presença de uma série de níveis hierárquicos” (ALVES, 2005, p. 264).

Segundo Simone Wolff (2005, p. 180) a resposta para a crise capitalista iniciada na década de 1960 foram os Programas de Qualidade Total (doravante, PQT). Tais programas, assim como todas as outras empreitadas no regime de acumulação flexível, visavam aumentar o engajamento dos trabalhadores para com a fábrica, objetivando que o trabalhador sinta-se sujeito do seu próprio trabalho, orgulhoso de seu ofício e satisfeito em ajudar a empresa. Esse novo trabalhador, dotado de habilidades mais complexas que no regime fordista, uma vez que seu trabalho exige seu esforço intelectual, é mais comprometido com a empresa e engajado com seus objetivos.

Ao analisar os PQT's, Antunes (2006) pauta-se no pensamento de István Mészáros (1995) sobre a “tendência decrescente do valor de uso das mercadorias”, sendo entendida como a diminuição da vida útil das mercadorias, agilizando assim seu ciclo reprodutivo. Tal tendência ganha impulso na década de 1970, quando o capital precisa se reestruturar frente à crise, para permitir a continuidade do processo de acumulação (ANTUNES, 2006, p. 27). Partindo dessa análise, Antunes (2006, p. 50) afirma que “[...] a falácia da *qualidade total*, tão difundida no “mundo empresarial moderno”, na empresa *enxuta* da era da reestruturação produtiva, torna-se evidente: quanto mais “qualidade total” os produtos devem ter, *menor deve ser seu tempo de duração*”, e também que “A “qualidade total” torna-se [...] a negação da durabilidade das mercadorias.” (ANTUNES, 2006, p. 51, grifo do autor).

Dessa forma, entendemos então que o termo “qualidade total” e suas formas de implantação, como os PQT's e os Círculos de Controle de Qualidade, são expressões de uma lógica que atua única e exclusivamente para fins da reprodução e acumulação do capital, utilizando-se não mais apenas da força mecânico-braçal dos trabalhadores, mas também de seus aspectos cognitivos e

intelectuais, expropriando até mesmo a subjetividade dos trabalhadores, em uma condição de intensa alienação e exploração do trabalhador e controle do trabalho, mascaradas pelo discurso de maior autonomia e novos conteúdos de trabalho, ocasionando assim uma aparente satisfação dos trabalhadores, e plena satisfação dos patrões capitalistas.

Longe de ser a perfeita adequação entre interesses das empresas e desejos dos trabalhadores, Wolff afirma que as novas abordagens na gestão do trabalho atuam “[...] para além da expropriação do saber operário, pela expropriação e objetivação das capacidades cognitivas, de criação ou prévia ideação, de iniciativa, enfim, pela ‘apropriação da dimensão intelectual da atividade criativa.’” (WOLFF, 2005, p. 173). Assim, além do capital se usar da expropriação da capacidade de *agir* do trabalhador, passa também a expropriar o *pensar* do trabalhador (WOLFF, 2005, p. 174), aproveitando-se de suas capacidades físicas e agora também das psicológicas, única e exclusivamente para aumentar seu poder na dinâmica competitiva capitalista, a fim de auferir maiores lucros. Wolff (2005) diz ainda que essa é outra forma de dominação e controle dos trabalhadores por parte dos capitalistas, mas muito mais sutil e dissimulada do que no sistema fordista, uma vez que está mascarada pela aparente autonomia e junção entre concepção e execução no trabalho. Assim, essas novas formas de dominação são qualitativamente superiores em relação ao fordismo (WOLFF, 2005, p. 174 - 175).

A questão da autonomia conseguida pelos trabalhadores no regime de acumulação flexível é questionada pela mesma autora, que não enxerga autonomia em atividades previamente determinadas e com objetivos e finalidades alheias ao trabalhador, de interesse unicamente da empresa, de forma que a queda das barreiras entre planejamento e execução seja apenas um discurso utilizado como forma de manipulação (WOLFF, 2005, p. 232). Assim, cabe-nos afirmar que pequenos graus de autonomia no trabalho não significam necessariamente autonomia do trabalho.

Mesmo utilizando-se de um arsenal ideológico objetivando a manipulação dos trabalhadores, Antunes afirma que os capitalistas vêm encontrando alguns elementos que dificultam o total controle dos mesmos:

[...] ao mesmo tempo em que os trabalhadores devem demonstrar 'espírito de cooperação' com as empresas, condição geral para a 'boa implementação' do modelo de tipo toyotista, sua efetivação concreta tem se dado em um solo de freqüente instabilidade. A possibilidade de perda de emprego, ao mesmo tempo em que empurra o trabalhador para a aceitação desses novos condicionantes cria uma base desfavorável para o capital nesse processo de 'integração', na medida em que o trabalhador se vê constantemente sob a ameaça do desemprego. Essa contradição no interior do espaço fabril tem se mostrado como um dos elementos que mais dificultam para o capital a implementação de um processo de 'envolvimento' da classe trabalhadora (ANTUNES, 2006, p. 83).

Percebemos então que as próprias contradições do atual modelo de produção capitalista dificultam sua implantação, tendo em vista o constante risco de ficar desempregado a que os trabalhadores estão sujeitos. Como, assim, exigir engajamento e cooperação desses mesmos trabalhadores para com o objetivo da empresa? Antunes mesmo nos fornece pistas explicativas da aceitação dessas condicionantes, ao afirmar que a instabilidade e possibilidade de perda do emprego acarretam na aceitação (forçada) por parte dos trabalhadores. Observamos assim que os mesmos processos de instabilidade no emprego, sob o regime de acumulação flexível, exercem influência tanto no sentido de dificultar sua implantação e consequente cooperação por parte dos trabalhadores, como garante o engajamento, mesmo que forçado, dos mesmos.

O discurso do novo regime de acumulação flexível para convencer e engajar os trabalhadores aos objetivos da empresa é de que está havendo uma humanização do trabalho do homem, com a inserção de novos conteúdos que permitem um maior e melhor desenvolvimento do homem no trabalho. No entanto, Gorz demonstra bem qual o real objetivo e a estratégia utilizada pelos capitalistas para conseguir convencer os trabalhadores a se doarem às empresas:

A figura desse trabalhador de novo tipo, orgulhoso de seu ofício, soberano em seu trabalho, capaz de evoluir no mesmo passo da técnica, tal figura não nasceu de uma concessão tardia do patronato ao humanismo do trabalho. Corresponde, antes, a uma necessidade originada das transformações da técnica. [...] Bastou, para tanto, que *retomasse por sua conta os valores da utopia do trabalho*: domínio (quer dizer, reapropriação técnica), pelos trabalhadores, dos meios de produção, desenvolvimento pleno das capacidades individuais no trabalho, valorização do ofício e da ética profissional. (GORZ, 2001, p. 72-73, grifo do autor)

Dessa forma, consideramos o discurso utilizado, de humanização do trabalho, como sendo de caráter manipulatório e ideológico, sendo que, na realidade, produz um quadro de extrema precarização do trabalho para a maioria dos trabalhadores, que são submetidos a condições degradantes e desumanas para garantir sua sobrevivência, enquanto uma pequena minoria consegue atingir altos níveis de padrão de vida.

Veremos agora outra característica que ganha grande impulso a partir da difusão do regime de acumulação flexível: a terceirização.

1.3.3 A Terceirização como Ímpeto do Regime de Acumulação Flexível

Outra característica que merece ser mencionada é o surgimento e impulsionamento dos processos de terceirização no regime de acumulação flexível.

Com o desenvolvimento de novas técnicas de gestão empresarial, como a produção enxuta, os padrões produtivos são alterados, sendo que as empresas passam a não mais concentrar e controlar todo o processo produtivo dentro de um único espaço físico, terceirizando assim partes complementares da produção. Assim, afirma Alves (2005, p. 203) que “A passagem para a “acumulação flexível” implica (re)compor o espaço-território da produção capitalista, que se torna, deste modo, descentrado e segmentado [...]”.

Anteriormente, a terceirização dava apenas como um apoio, realizado em partes não estratégicas da produção (como alimentação, vigilância, transportes, entre outros). Entretanto, atualmente até mesmo setores estratégicos, que exigem trabalhadores mais qualificados, estão sendo terceirizados, como manutenção, ferramentaria, etc., antes feitos por operários da própria empresa/fábrica (ALVES, 2005, p. 205).

A terceirização trás diversas vantagens as empresas. Com a terceirização de determinadas atividades de seu setor produtivo, a empresa deixa de contratar um número significativo de empregados, consequentemente diminuindo os valores pagos em salários e em encargos trabalhistas. Cria-se assim também uma forma de exploração de trabalho sem no entanto criar vínculos empregatícios com os trabalhadores, posto que são as firmas contratadas para executar os serviços terceirizados que tem a maior parte da responsabilidade diante dos funcionários que contratar para realizar os serviços. Em outras palavras, a empresa matriz tem

relação jurídica com a empresa que contrata para realizar determinados serviços, tendo poucas responsabilidades para com os empregados dessas empresas. Como consequência, percebemos que os processos de terceirização trazem inúmeras consequências negativas aos trabalhadores. Exploraremos melhor esse ponto no segundo capítulo de nossa pesquisa, destinado a discutir o processo de precarização do trabalho.

Todos os processos analisados até o presente momento aconteceram em momentos distintos nos países, tendo suas implantações e impactos primeiro nos países centrais de capitalismo avançado e, apenas posteriormente, nos países de capitalismo periférico e semi-periféricos.

No início da década de 1980, o Brasil passa pelos primeiros processos de reestruturação produtiva em seus aspectos organizacionais e tecnológicos, obviamente em ritmo muito mais lento que os países centrais, que viviam sobre as premissas dos ideais neoliberais, encontrando-se assim ainda distante do projeto neoliberal de um processo de intensa reestruturação produtiva (ANTUNES; POCHMANN, 2008, p. 3-4). Dessa forma, Antunes afirma que a reestruturação produtiva no Brasil, na década de 1980, aconteceu de forma muito limitada e seletiva (ANTUNES, 2009b, p. 40).

É somente no início da década de 1990 que o Brasil passa a impulsionar e a fazer parte de forma efetiva do processo de reestruturação produtiva do capital. Alves faz uma distinção do toyotismo no Brasil nessas duas décadas: em 1980 houve no Brasil, segundo o autor, um *toyotismo restrito*, com anexação parcial do toyotismo no país, com adesão de algum grau de componentes microeletrônicos; em 1990 Alves chama o toyotismo brasileiro de *toyotismo sistêmico*, caracterizado pela maior anexação do novo sistema produtivo no país, com descentralização produtiva e maior automação microeletrônica da produção (ALVES, 2005, p.249-250).

Sobre este período, Antunes e Pochmann (2008, p. 02) afirmam que:

Foram profundas as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, a década da nossa 'desertificação neoliberal', quando, com o advento do receituário e da pragmática desenhada pelo Consenso de Washington, desencadeou-se uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho.

Com o Consenso de Washington no fim da década de 1980 e a reformulação da política e formas de atuação do Fundo Monetário Internacional (doravante, FMI), este passa a recomendar uma série de medidas aos países de capitalismo periférico e semi-periférico para que estes pudessem dinamizar e desenvolver suas economias. Entre essas medidas, estavam à abertura comercial e a desregulamentação e afrouxamento das leis trabalhistas. Assim, a desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro, principalmente a partir da década de 1990, é resultado da implantação das medidas sugeridas pelo Consenso de Washington e da nova Divisão Internacional do Trabalho (ANTUNES, 2009b, p. 36). Desta forma, podemos dizer que a década de 1990 trouxe profundas transformações no setor econômico e no mundo do trabalho para o Brasil, inclusive com a aprovação da Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado.

Segundo Alves (2005 p. 201), o novo complexo de reestruturação produtiva tem como principal característica seu potencial erosivo sobre o trabalho, tanto em seu aspecto material quanto subjetivo, causando sua precarização. Antunes (2006, p. 53) aponta alguns aspectos negativos ao mundo do trabalho como consequência dos novos processos da reestruturação produtiva, como desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, aumento da fragmentação da classe trabalhadora, destruição dos sindicatos, precarização do trabalho, entre outros.

Diante da análise aqui realizada, fica claro que a reestruturação produtiva é, antes de tudo, uma nova empreitada do capital para garantir sua reprodução e acumulação. Assim, o regime de acumulação flexível trás uma série de sequelas para o mundo do trabalho, sobretudo um quadro de precarização em todos seus níveis.

Abordamos até este momento alguns aspectos conceituais do trabalho, buscando compreender suas transformações após o advento do sistema capitalista de produção, sobretudo a partir do início do século XX, apresentando a transição do sistema fordista de produção para o regime de acumulação flexível, enfatizando as condições de trabalho em cada um desses sistemas e demonstrando as mutações e consequências desta transição para o mundo do trabalho e para os trabalhadores. Tal discussão é necessária para contextualizar e entender melhor o processo de precarização do trabalho, que acomete o globo desde o advento do

sistema capitalista como hegemônico no mundo. O entendimento sobre estes processos é de fundamental importância para nossa pesquisa, uma vez que esta tem como foco e hipótese central uma possibilidade de enfrentamento e amenização das conseqüências do processo de precarização do trabalho, por meio do alcance de um maior e melhor desenvolvimento socioespacial, possibilitado por políticas públicas de microcrédito.

Vejamos melhor, então, a seguir, o fenômeno da precarização do trabalho.

2 O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O termo “precarização do trabalho” vem sendo bastante utilizado por inúmeros autores para designar a crescente precarização das condições de trabalho a que os trabalhadores estão submetidos ao longo do processo histórico metamórfico e reestruturante do capital, sobretudo para caracterizar o período após o início da década de 1970, em que há a emergência de um novo sistema produtivo, o regime de acumulação flexível, originado devido a reestruturação produtiva do capital para garantir sua reprodução e manter os padrões de acumulação que o sistema produtivo anterior, o fordismo, propiciara em décadas passadas, mas que não foi capaz de manter.

Singer (2003, p. 25), utiliza o termo para indicar as situações de insegurança no emprego, mediante as relações informais ou incompletas de emprego, diminuição dos empregos estáveis e aumento do trabalho temporário, parcial, domiciliar, autônomo, entre outras formas. O autor aponta que a precarização do trabalho “[...] inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e agravamento de suas condições”, e completa “[...] a precarização do trabalho tornou sem efeito para uma parcela crescente da força de trabalho a legislação do trabalho, inclusive a que limita a jornada de trabalho a 8 horas, determinando ainda descanso semanal e férias.” (SINGER, 2003, p. 29).

Antunes, sobre o processo de precarização do trabalho, afirma que:

Existe um bilhão e duzentos milhões de homens e mulheres hoje que estão ou precarizados ou trabalhando em tempo parcial, sem direitos consolidados. É isso que eu entendo e estou chamando aqui de trabalho precarizado. Não importa se o trabalhador dispõe de um alto capital cultural, se ele é um inspetor de qualidade etc. Ele tem seus direitos do trabalho completamente precarizados e se coloca diuturnamente em disponibilidade para o capital. (ANTUNES, 1999, p. 57)

Destacamos a contribuição de Alves e Antunes, em que apontam que “[...] nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário e precarizado.” (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 348).

Podemos observar que os três autores apontam características semelhantes quanto aos aspectos inerentes a precarização do trabalho, como a ausência de direitos trabalhistas, instabilidade e existência de relações incompletas de emprego, como trabalho temporário, domiciliar, autônomo, dentre outros.

Consideramos, então, que o processo de precarização do trabalho diz respeito à situação cada vez mais precária e a constante perda de direitos que os trabalhadores estão submetidos desde o advento do capitalismo como principal sistema econômico no mundo, principalmente após a década de 1970 com a emergência do regime de acumulação flexível. Segundo VASAPOLLO (2005, p. 61), “[...] é justamente com a flexibilização imposta pelas regras de eficiência das empresas que se chega à condição de trabalho precarizado, não continuado e temporário”.

A flexibilização imposta pelas empresas no sistema de acumulação flexível foi a “grande jogada” das corporações privadas em resposta a crise do capitalismo e a crise do fordismo no início da década de 1970. Destacaremos a seguir quatro pontos fundamentais para o entendimento do êxito da flexibilização no mundo empresarial. É importante frisar, no entanto, que esses quatro processos se perpassam e se influenciam mutuamente, de forma que sua separação se dá unicamente para fins de entendimento dos processos, não sendo possível estabelecer fronteiras rígidas entre eles.

O primeiro ponto a ser ressaltado é a pressão das empresas privadas para que os países aprovem leis de flexibilização do contrato de trabalho, permitindo a essas corporações contratarem e/ou demitirem funcionários a qualquer momento, podendo também regulamentar a realização de contratos de trabalho temporário, parcial, possibilidade de contratação de estagiários, entre outros. O caráter perverso da flexibilização dos contratos de trabalho nos é bem apresentado por Antunes:

A flexibilização pode ser entendida como ‘liberdade da empresa’ para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho. (ANTUNES, 2009a, p. 50-51)

Assim, em meados da década de 1970, para continuar garantindo seu lucro e acumulação, mediante a reestruturação produtiva, os capitalistas flexibilizam os contratos de trabalho, obrigando os trabalhadores a trabalhar mais em períodos de maior demanda, compensando com menos horas de trabalho em períodos com menor demanda. Percebe-se no novo sistema, a diminuição de contratos de trabalho completos e o aumento de contratos de trabalho precarizados, como trabalho por período determinado, parcial, subcontratação, entre outros (HARVEY, 1992, p. 143).

Argumenta-se que, com a redução dos encargos trabalhistas, propiciados pelas leis que possibilitam o trabalho temporário, há um significativo aumento do trabalho formal. Em outras palavras, o empresário defende que o trabalho temporário é bom pois diminui custos para a empresa, que pode assim contratar mais funcionários. No entanto, este é apenas um discurso utilizado pelas empresas para que a flexibilização ganhe legitimidade e possa ser colocada em prática. A citação acima de Antunes ilustra de forma bastante realista o que significa atualmente e como é verdadeiramente utilizada à flexibilização dos contratos de trabalho por parte das empresas, que fazem dos trabalhadores suas marionetes, objetivando unicamente aumentar seus lucros.

No Brasil, a Lei 9.621, de 21 de janeiro de 1998, é a que regulamenta o trabalho temporário e a flexibilização da jornada de trabalho. Aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso, essa lei certamente é uma vitória dos empresários, que passam a ter legitimidade legislativa para explorar os trabalhadores de forma a ter menos custos, menos burocracias e menos obrigações trabalhistas. Alves afirma que a aprovação dessa lei, representando a flexibilização do contrato de trabalho, tem por objetivo “[...] constituir novas estratégias de racionalizações de custo da produção capitalista no país” (ALVES, 2005, p. 201). Já

para os trabalhadores as consequências dessa lei são nefastas, ocasionando a flexibilização de sua jornada de trabalho, a instabilidade no emprego com risco de demissão a qualquer momento, aumento da exploração e consequentemente da subordinação dos trabalhadores aos patrões, entre outros. Percebemos, então, um quadro de crescente precarização do trabalho.

O segundo ponto a ser salientado para o êxito dos processos de flexibilização no novo regime de acumulação flexível são as novas formas de organização e gestão empresariais do ponto de vista produtivo, totalmente reformulados se comparados ao sistema produtivo dominante anterior, o taylorismo/fordismo. A adesão de novas técnicas no processo produtivo e organização interna, como o sistema *just-in-time* e o *kanban*, propiciaram aos empresários adotar um padrão mais flexível no processo produtivo, tendo como resultado a possibilidade das empresas passarem a produzir mercadorias menos genéricas e mais específicas, variando a produção e incorporando novas características aos produtos. Essas novas técnicas representaram um contraste violento com o rígido padrão de produção em massa da era fordista, no qual as possibilidades de atendimento e oferecimento de mercadorias personalizadas de acordo com os gostos dos clientes era limitadíssima.

O terceiro ponto diz respeito à flexibilização por parte dos (na verdade, imposta aos) trabalhadores que, no regime de acumulação flexível, devem ser multifuncionais, polivalentes, tendo a capacidade de atuarem em diversos locais no processo produtivo.

O quarto e último ponto a ser destacado é a emergência de técnicas organizacionais produtivas que permitissem um maior controle dos trabalhadores por parte do patronato. A era fordista demonstrou que a concentração de trabalhadores fortalece a noção e os movimentos reivindicatórios de classe, o que deveria ser combatido do ponto de vista empresarial. O estágio fordista também demonstrara que os trabalhadores necessitavam e almejavam novos conteúdos de trabalho. Mais do que apenas desenvolver atividades mecânico-braçais, os trabalhadores desejavam autonomia e maior liderança, em termos decisórios, dentro do processo produtivo.

Foi justamente pensando nessas características presentes no fordismo que os capitalistas desenvolveram métodos eficientes de controlar e engajar os trabalhadores para com os objetivos da empresa, utilizando técnicas

como gestão participativa, Programas de Qualidade Total, Círculos de Controle de Qualidade, *kanban*, entre outros (WOLFF, 2005, p. 175). A utilização dessas técnicas deu a falsa impressão de que os capitalistas estariam atendendo as demandas dos trabalhadores, enquanto, na realidade, eram formas de controlá-lo e expropriar não mais apenas seu trabalho mecânico-braçal, mas também sua dimensão intelectual e criativa.

Destacamos até aqui quatro elementos que consideramos centrais para o êxito dos processos de flexibilização das empresas: a imposição das grandes corporações privadas e o aceite por parte do Estado de uma legislação que legitime e regule a flexibilização dos contratos de trabalho; a flexibilização dos processos organizacionais internos das empresas; a flexibilização funcional e qualitativa dos trabalhadores; a emergência de novas técnicas que permitam um maior controle dos trabalhadores.

A junção desses elementos culmina em um quadro de extrema precarização para a maioria dos trabalhadores. Na realidade, o fim do binômio taylorismo-fordismo diminui em muito os trabalhadores estáveis (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 336), tendo como consequência o surgimento cada vez mais intenso de formas de trabalho precarizado. Os trabalhos dessa natureza, nos países centrais, eram preenchidos por imigrantes; no entanto, atualmente, vem servindo de alternativa de trabalho para a população nativa, que encontra nessas atividades uma forma de sustento (ANTUNES, 2006, p. 104-105).

Antunes (2009) apresenta ainda nove características do que chama de nova morfologia do trabalho, resultado das consequências das atuais metamorfoses do trabalho: 1) redução de trabalhadores estáveis, herdeiros da era fordista; 2) aumento do número de trabalhadores em condições precários, devido a desestruturação do *Welfare State* e desregulamentação do trabalho nos países do Sul (sendo 50% da população economicamente ativa no Brasil se encontra em situações de informalidade); 3) aumento do trabalho feminino, sendo este de menor remuneração que o masculino; 4) expansão dos assalariados no setor de serviços, resultado dos processos de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, que expulsaram muitos trabalhadores do mundo produtivo industrial, sendo este setor também incorporado a racionalidade capitalista; 5) crescente exclusão dos jovens do mundo do trabalho; 6) exclusão também dos trabalhadores acima de 40 anos, considerados velhos para o capital; 7) utilização cada vez maior de crianças em

diversas atividades produtivas; 8) expansão do chamado “Terceiro Setor”, sendo atividades de caráter mais comunitário, assistencial e não inserido na lógica mercantil, utilizando trabalho voluntário. A expansão dessas atividades é uma resposta direta da retração do trabalho, mas revela-se como uma alternativa limitadíssima; 9) por último, a expansão do trabalho a domicílio, permitida pelo avanço da telemática.

Percebemos então que a nova morfologia do trabalho diz respeito então a um quadro de extrema precarização do trabalho em todos os níveis, atingindo grande número de pessoas. Queremos destacar, entretanto, dois processos: o crescimento e a importância do setor de serviços como oferecedor de alternativas de trabalho e o fenômeno da terceirização.

2.1 O SETOR DE SERVIÇOS

É justamente no setor de serviços que se encontra a pior face da precarização do trabalho. Todos os dias, quando saímos nas ruas, podemos observar diversas formas de trabalhos precários, ocasionados principalmente pela falta de oportunidades dessas pessoas em obterem um emprego formal, devido, normalmente a sua baixa escolaridade. Salientamos que não estamos entrando no mérito sobre a qualidade dos empregos que uma escolarização melhor poderia proporcionar, e sim que, com uma maior escolarização, essas pessoas teriam maiores chances de conseguir um emprego formal, independente de ser um emprego considerado bom ou ruim. Exemplos comuns desses trabalhadores precarizados, normalmente inseridos no mercado informal, são os camelôs, vendedores autônomos, engraxates de rua, pessoas oferecendo serviços e produtos em semáforos, vendedores de salgados/bolos/cafê que perambulam a cidade com suas bicicletas atrás de clientes, “flanelinhas”, panfleteiros, empregadas domésticas, eletricistas, encanadores, entre outros. São pessoas inseridas em um contexto de carência de criação de postos de trabalho para todos, devido ao sistema de reprodução do capital vigente, tendo sua condição ainda piorada e precarizada devido à sua baixa escolaridade.

Diante deste quadro, uma forma de expressão da precarização do trabalho seria o desemprego estrutural. Este desemprego, no entanto, parece ser inerente a nova reestruturação produtiva do capitalismo, o regime de acumulação

flexível, posto que, desde seu advento, o número relativo de empregos no setor produtivo vem decrescendo, ao passo que o setor de serviços vem desempenhando um papel fundamental na geração de renda para a população, crescendo de forma surpreendente. Não coincidentemente, o número de pessoas que desempenham atividades informais é maior no setor de serviços, ou seja, este setor acaba sendo uma das últimas alternativas de obtenção de renda para quem não consegue se inserir no mercado formal de trabalho. Segundo Alves e Antunes (2004, p. 338), houve

[...] particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no 'setor de serviços', que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização.

Sendo assim, atualmente, a falta de empregos é amenizada sobretudo pela expansão e inchamento do setor de serviços, principalmente devido às atividades informais.

Uma das possíveis respostas para esse vertiginoso crescimento do setor de serviços pode ser encontrado nas novas características empresariais que o processo produtivo de acumulação flexível trouxe. Esse processo é a *descentralização de capitais*, via terceirização (SINGER, 2003, p. 17). Tal fenômeno configura-se com grandes empresas verticais se desintegrando, separando-se de atividades complementares e comprando-as no mercado (terceirização). Dessa forma, Singer (SINGER, 2003, p. 18) levanta a hipótese de estar ocorrendo uma mudança paradigmática da reprodução capitalista: se o capital descentralizado prefere explorar trabalho mediante a compra de serviços, ao invés de força de trabalho, o capitalismo está sofrendo uma transformação radical, e seria um erro diagnosticar a crescente exclusão social como resultado do desemprego. Essa é apenas uma hipótese apontada por Singer, sendo importante no sentido de demonstrar a existência de outras interpretações sobre as mutações no mundo do trabalho ocorridas no capitalismo, sendo o desemprego um conceito de fundamental importância para a presente pesquisa.

Harvey (1992) nos fornece também outras hipóteses para explicar o crescimento do setor de serviços. A partir de 1972, com a reestruturação produtiva e organizacional se consolidando, a acumulação flexível trouxe como uma de suas consequências o aumento do número de empregos no setor de serviços. O autor aponta como hipótese para esse fenômeno o crescimento da subcontratação e consultoria (atividades antes internalizadas e realizadas pelas próprias empresas), ou necessidade de se alterar o padrão de produção para bens com tempo de giro menor (HARVEY, 1992, p. 148-149).

Outra possível resposta para o inchamento do setor de serviços nos países de industrialização intermediária são os processos de desindustrialização conhecidos por esses países. Países como Argentina, Brasil e México passaram por um período de industrialização e consequente aumento do proletariado industrial, passando posteriormente por um período de enfraquecimento da atividade industrial. Esse processo dissemina formas precárias de trabalho, pois os antigos trabalhadores da indústria necessitam agora se inserir em outras atividades, frequentemente conseguidas no setor de serviços (ANTUNES, 2006, 104-111).

Porém, não é somente com o desemprego e no setor de serviços que vemos as condições precárias do mundo do trabalho. Podemos percebê-la também em trabalhadores empregados e naqueles que exercem alguma ocupação (no sentido que Singer dá a este termo), mesmo que informal. O quadro de precarização se expressa na medida em que o salário do trabalhador diminui, este precisa trabalhar mais horas durante o dia e mais dias na semana para garantir sua sobrevivência. Se expressa na perda de direitos trabalhistas conseguidos historicamente pela classe trabalhadora, como férias, descanso remunerado semanal, falta médica remunerada, contribuição previdenciária, estabilidade, entre outros. Bem como se expressa nas múltiplas formas de trabalhos precários que surgem quando da falta de alternativas de conseguir renda em um emprego formal (registrado). Thomaz Júnior (2004, p. 12) chama de “plasticidade do trabalho” as diferentes formas de trabalho que os trabalhadores se submetem para vencer a lógica capitalista de reestruturação produtiva, como trabalho temporário, em tempo parcial, informal, entre outros. Beynon (1998, apud THOMAZ JÚNIOR), usa o termo “operários hifenizados” para designar aqueles que estão ocupados em alguma atividade precária.

Já Vasapollo (2005, p. 60) utiliza a expressão “trabalho atípico” para tratar do mesmo processo, dando como exemplos planos de recolocação profissional, contrato temporário para idosos, entre outros.

2.2 TERCEIRIZAÇÃO

A descentralização de capitais, via terceirização, apontada por Singer (2003), parece ser mais uma estratégia engendrada pelas empresas para um maior controle do trabalho e maximização dos lucros. Com a terceirização, as empresas têm menos responsabilidades com contratos e registros de trabalho, menos trabalhadores atuando em um mesmo espaço (o que, consequentemente, diminui o poder de organização dos trabalhadores), preferindo comprar determinados produtos/serviços de outras empresas ao invés de eles mesmos manterem um efetivo de força de trabalho dentro de suas linhas produtivas para realizar determinadas tarefas. Assim, Singer (2003, p. 25) afirma que, com a terceirização, “[...] o ex-empregador ganha novos graus de liberdade, e os ex-empregados perdem a segurança que tinham”.

A atualidade das políticas de terceirização das empresas trás consequências nefastas para os trabalhadores das subcontratadas. O sistema *keiretsu* é um dos exemplos disso. Segundo Alves (2005) tal sistema configura-se como uma hierarquização de empresas subcontratadas por uma empresa matriz, na qual as principais subcontratadas configuram o nível 1, e estão diretamente ligadas a empresa matriz; as empresas de nível 1, por sua vez, terceirizam e subcontratam outras empresas, configurando o nível 2; as empresas de nível 2 também terceirizam e subcontratam outras empresas, que configuram o nível 3, e assim por diante. Tal estratégia permite a empresa matriz criar uma relação de dependência de todos os níveis das subcontratadas para com ela, possibilitando o controle das mesmas sem a formalização/existência de contratos com a maioria delas (ALVES, 2005, p. 220).

Antunes (2006, p. 57) aponta que quanto maior a distância das subcontratadas em relação à empresa matriz, maior é o índice de precarização do trabalho nessas empresas. O autor utiliza o exemplo da Toyota, em que os funcionários trabalham cerca de 2.300 horas por ano, enquanto que nas empresas subcontratadas e terceirizadas que prestam serviços a Toyota, os empregados trabalham cerca de 2.800 horas por ano. Alves (2005, p. 269) destaca ainda que “[...]

a terceirização tem permitido às empresas contratantes livrarem-se dos encargos sociais e legais, além de não repassarem as conquistas dos acordos coletivos aos trabalhadores das empresas contratadas. Ela surge como estratégia de redução de custos de produção que atinge, de modo irruptivo, o mundo do trabalho.”

Alves (2005, p. 222) aponta que as grandes corporações privadas terceirizam apenas as partes menos rentáveis da produção, obrigando as empresas subcontratadas a pagar baixos salários e não agir de acordo com a legislação trabalhista e tributária. Assim, acreditamos ser assertiva a afirmação de Alves, apontando que “A cadeia de subcontratações é permeada em seus últimos níveis, por fornecedores de peças e componentes que praticam os piores salários e péssimas condições de trabalho” (ALVES, 2005, p. 220).

Percebemos então que o fenômeno da terceirização, nos moldes como é feito atualmente, atende aos interesses principalmente das grandes empresas, trazendo um quadro de profunda precarização nos postos de trabalho oferecidos pelas empresas subcontratadas. Assim, a externalização e terceirização de partes da produção diminuem custos para as empresas a custas dos direitos sociais dos trabalhadores, como décimo terceiro salário, descanso semanal remunerado, férias remuneradas, aposentadoria, entre outros, tornando todos esses direitos trabalhistas burláveis. Essa transferência do trabalho produtivo no espaço fabril para um trabalho produtivo terceirizado, muitas vezes realizado em domicílios, culmina também no aumento da exploração do trabalho infantil e na complexificação de sua identificação e controle (ANTUNES, 2009, p. 43-44).

2.3 MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Atualmente, o capitalismo esconde suas contradições intrínsecas, sobretudo o fato de precisar de cada vez menos trabalhadores para ser auto-sustentado e garantir sua reprodução. Segundo Santos,

Se por um lado, a economia incorpora um certo número de pessoas ao mercado de trabalho efetivo, através de empregos recém-criados, por outro ela expulsa um número muito maior, criando de um golpe o subemprego, o desemprego e a marginalidade. O número desses ‘postergados’ aumenta cada vez mais. (SANTOS, 2009, p. 42)

Tal fato é comprovado pela existência nos dias de hoje de um imenso exército de reserva de trabalhadores altamente qualificados, com cursos superiores e até mesmo pós-graduações. Comprova também este fenômeno o fato de empregadores exigirem altos níveis de escolarização para realizar tarefas e trabalhos relativamente simples. Antunes (1999) afirma que para a ocupação de muitos postos de trabalho são exigidos altos índices de escolaridade não porque a atividade seja complexa e exija uma maior qualificação, mas sim porque existe um exército de trabalhadores sem emprego, permitindo ao empregador que opte por aqueles com maior nível de estudo, mesmo para desempenhar atividades simples, que não utilizem a capacidade criativa do trabalhador. (ANTUNES, 1999, p. 58). Sobre isso, Pochmann (2001, p. 63) afirma:

Em geral, o aumento dos índices de escolaridade não aponta necessariamente para a existência de requisitos adicionais no conteúdo dos postos de trabalho, mas possivelmente para a demanda insuficiente de trabalho por parte das empresas. Com o maior desemprego, os empresários terminam por privilegiar a contratação sobretudo dos trabalhadores mais escolarizados, independentemente de haver mudanças no conteúdo do trabalho.

O crescente desenvolvimento tecnológico faz com que as empresas criem um discurso de que os trabalhadores precisam ser cada vez mais qualificados, treinados e com conhecimentos múltiplos, para poderem operar em diversos setores e ocupar diversos cargos. No entanto, o avanço tecnológico não tem trazido, ao longo da história, boas condições para todos os trabalhadores, agindo de forma a propiciar boas condições para apenas um pequeno número destes, criando um quadro de precarização para os demais, como nos afirma Oliveira:

A intelectualização do trabalho, associada ao avanço tecnológico, é, valorizada pelo capital, que na sua contradição, também se nutre da desqualificação ou da subproletarização presentes no trabalho temporário, informal, parcial, etc., configurando assim um processo contraditório que superqualifica em alguns setores e desqualifica em outros. (OLIVEIRA, 2004, p. 75)

Concomitante a existência de uma nova classe operária, mais qualificada e estável, desenvolve-se o mundo do trabalho precarizado (ALVES, 2005, p. 265). Antunes pontua:

[...] em plena era da *informatização do trabalho*, do mundo maquinial da era da acumulação digital, estamos presenciando a época da *informalização do trabalho*, caracterizada pela ampliação dos terceirizados, pela expansão dos assalariados do *call center*, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, pelo *cyberproletariado*, o proletariado que trabalha com a informática e vivencia outra pragmática moldada pela desrealização, pela vivência da precarização [...] (ANTUNES, 2009b, p. 47, grifos do autor)

Wolff (2005) aponta dois movimentos com posições contrárias sobre as consequências do avanço tecnológico para o mundo do trabalho e do progresso social: os *luddistas* e os *triunfalistas*. Os primeiros repudiavam a tecnologia e as máquinas, pois acreditavam que estas roubavam os postos de trabalhos; os segundos acreditavam que somente o avanço tecnológico poderia proporcionar o progresso social para todos. Na realidade, os dois movimentos revelam alienação quanto ao entendimento da estrutura do funcionamento social, pois: os luddistas responsabilizavam as coisas (máquinas) como sendo ruins, e não a estrutura social capitalista que fazia uso das máquinas; já os triunfalistas louvavam as máquinas, acreditando que estas trariam progressos para todos, quando a realidade demonstrava que os reais beneficiários das inovações tecnológicas eram os capitalistas, que aumentavam seu poder de exploração dos trabalhadores (WOLFF, 2005, p. 240-242).

De qualquer forma, o que percebemos concretamente é que o desenvolvimento científico e tecnológico não vem sendo utilizado de forma a propiciar melhores condições de vida a todos, sobretudo no que diz respeito ao mundo do trabalho. O resultado disso é a existência de um pequeno grupo de trabalhadores estáveis, com altos rendimentos anuais através de salários, bonificações, participação nos lucros, e com boas possibilidades de consumir itens e/ou bens variados, ao mesmo tempo em que a grande maioria da população enfrenta uma situação completamente distinta, com insegurança e formas precárias de trabalho, baixa remuneração, não atendimento de direitos legais da segurança social, entre outros. O desenvolvimento tecnológico no mundo do trabalho parece, então, criar postos de trabalhos com possibilidades de altos rendimentos para uma parcela limitadíssima dos trabalhadores, a custas da construção de um quadro de grande precarização para os demais. Assim, Gorz aponta que

Não é a *classe operária* que acede a possibilidades de auto-organização e a crescentes poderes técnicos; é um pequeno núcleo de trabalhadores privilegiados que é integrado em empresas de novo tipo, às custas da marginalização e da precarização de uma massa de pessoas que passam de um trabalho ingrato e ocasional a um trabalho qualquer, sem nenhum interesse, com freqüência reduzidas a disputarem o privilégio de vender serviços pessoais (inclusive de engraxate, de empregado ou empregada doméstica) àqueles e àquelas que conservam uma renda estável. (GORZ, 2001, p. 76, grifos do autor)

Não podemos, entretanto, como aponta Wolff (2005), seguir a linha de pensamento pregada pelos luddistas e os triunfalistas, que colocam no desenvolvimento tecnológico em si a culpa pelo fracasso ou progresso da sociedade. É, antes de mais nada, o modo como o sistema capitalista vem se apropriando do desenvolvimento tecnológico que cria uma estrutura social capaz de explorar de forma tão injusta os trabalhadores, criando um quadro de extrema precarização para a maioria, enquanto poucos gozam de todos os direitos e boas condições e salários.

Milton Santos trás uma contribuição valiosa para o entendimento desta realidade, segundo o autor, cada período tem suas características em seus diversos elementos econômicos, sociais, políticos e morais. Cada período desse Santos denomina de *modernização*, isto é, “[...] a generalização de uma *inovação* vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente” (SANTOS, 2008, p. 31, grifos do autor). A partir desse entendimento e de um viés especificamente tecnológico, Santos afirma ainda que “É antes a modernização pela forma que assume em pleno período tecnológico, que é responsável pelo desenvolvimento do subemprego e da marginalidade” (SANTOS, 2009, p. 27-28).

A partir do entendimento dos períodos de modernização, atrelados a seus respectivos sistemas tecnológicos, Santos aponta uma série de características e consequências das atuais modernizações tecnológicas nos países subdesenvolvidos, as quais podemos trazer com grande ganho para as discussões sobre o mundo do trabalho:

Essas modernizações atuais nos países do Terceiro Mundo só criam um número limitado de empregos [...]. Por outro lado, uma boa parte dos empregos indiretos são criados nos países centrais ou para os naturais desses países. A indústria, portanto, responde cada vez menos às necessidades de criação de empregos. Quanto à agricultura, ela também vê diminuir seus efetivos, ou porque é

atrasada ou porque está se modernizando. Essa é uma das explicações do êxodo rural e da urbanização terciária; nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades nem rendas permanentes. (SANTOS, 2008, p. 37)

A primeira edição da obra da qual foi retirada a citação acima data do ano de 1979, e obviamente suas ideias foram concebidas para demonstrar o contexto à época; no entanto, a ideia presente na citação pode ser utilizada para exemplificarmos os processos atuais de modernização tecnológica e seus desdobramentos para o mundo do trabalho, que foram intensificados. Percebemos então que, para o autor, a modernização tecnológica atual dos países de terceiro mundo cria apenas um número limitado de empregos, fato este ainda agravado pelos processos globalizantes atuais que criam e/ou transferem parte dos empregos indiretos desses países para os países centrais, devido sobretudo a estes abrigarem as matrizes das grandes corporações privadas transnacionais, tendo como resultado interno a diminuição da importância da indústria como geradora de empregos. Apontando ainda algumas dificuldades no meio rural e uma possível explicação para o êxodo no campo e inchamento das cidades, o autor destaca elementos presentes em praticamente todas as cidades dos países de terceiro mundo: a deterioração do mercado de trabalho e o número crescente de pessoas que não tem atividades que geram rendas de forma permanente.

Santos trás ainda outras consequências do modelo de modernização tecnológica, os quais podemos trazer para os dias de hoje, tamanha a atualidade que ainda representam:

[...] onde antes dois, três ou às vezes uma dúzia de trabalhadores dividiam o trabalho, agora basta um trabalhador. E frequentemente esse novo cargo não caberá a nenhum daqueles que antes desempenhavam as atividades tradicionais originais. (SANTOS, 2009, p. 42)

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria, ao mesmo tempo, diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. (SANTOS, 2008, p. 37)

O atual modelo de modernização tecnológica trás diversas implicação ao mundo do trabalho, e a obra de Santos (2008), mesmo escrita há mais de 30 anos, contempla ainda diversos fenômenos da realidade atual, como a afirmação de que onde antes eram necessários diversos trabalhadores, hoje basta apenas um funcionário, e frequentemente este não é nenhum daqueles que antes realizavam a atividade. Certamente o autor está se referindo ao desenvolvimento tecnológico dos processos produtivos, que desencadearam uma série de transformações no mundo do trabalho.

No entanto, Santos também nos fornece elementos para acreditar que essa modernização tecnológica gerou transformações que não ficaram restritas apenas aos sistemas produtivos e ao mundo do trabalho, mas também as estruturas sociais como um todo. Como podemos observar na citação do autor, o modelo de modernização tecnológica cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, ao permitir que apenas uma pequena parcela da população tenha rendas permanentes e elevadas, ao mesmo tempo em que a maioria da população tenha que se submeter a ocupações e situações precárias de trabalho, sem as mesmas condições de consumo que os primeiros. Observarmos, então, claramente uma divisão social, entre os (poucos) inseridos em um contexto de bons salários e boas condições, em oposição aos (muitos) trabalhadores que não tem as mesmas condições.

No entanto, cabe-nos frisar também que os trabalhadores devidamente registrados também sofrem o processo de precarização do trabalho. Trabalhadores do ramo comercial, por exemplo, estão submetidos a pressões e metas de vendas cada vez mais abusivas por parte de seus empregadores. Diversas categorias profissionais são obrigadas a trabalhar além da sua jornada de trabalho, muitas vezes sem ganhar absolutamente nada para isso. Atualmente, além do trabalho manual, as empresas buscam a apropriação do trabalho intelectual do trabalhador, ou seja, “não é somente o ‘saber’ e o ‘fazer’ do trabalhador que são capturados, mas também a sua capacidade de se dispor intelectual e afetivamente em benefício da equipe, cooperando assim com a lógica de valorização do capital” (OLIVEIRA, 2004, p. 81). Ou seja, a forma de exploração do novo tipo de acumulação flexível é ainda mais perversa do que a visualizada anteriormente.

A ênfase do nosso estudo, entretanto, é para com aqueles que acreditamos serem os atingidos de forma mais degradante pelos processos de precarização do trabalho, que são, a nosso ver, os desempregados que são

2.4 DESEMPREGO

Como já apontado no ítem 1.1 deste trabalho, Singer diferencia emprego de ocupação, o primeiro sendo entendido como a compra da força de trabalho de um trabalhador por um empregador (SINGER, 2003, p. 12), e o segundo sendo toda atividade que proporcione sustento a quem a exerce, compreendendo sobretudo as atividades autônomas (SINGER, 2003, p. 14).

De forma bastante simples, de acordo com os conceitos apresentados por Singer (2003), podemos supor o desemprego então como a situação daqueles em idade ativa que não possuem um emprego, ou seja, não vendem sua força de trabalho a um empregador. No entanto, como considerar os trabalhadores que não possuem vínculos empregatícios do estilo clássico capitalista, isto é, das relações em que exista um trabalhador submetido a um empregador? Seria correto chamar esses ocupados, de desempregados?

O problema revela-se complexo. Dentro da categoria dos ocupados, pode-se encontrar uma infinidade de situações, desde prestadores de serviços relativamente bem estruturados e que, em hipótese alguma se diriam desempregados, até mesmo aqueles que fazem pequenos serviços gerais no dia a dia, os famosos “bicos”, em que muitos se consideram desempregados.

Embora o recorte analítico de nossa pesquisa seja a cidade de Londrina/PR, e objetivando demonstrar em dados os efeitos do processo de precarização do trabalho, acreditamos ser pertinente utilizar a valiosa contribuição de Nadya Araujo Guimarães (2009), que faz uma análise bastante interessante sobre as condições de emprego e desemprego na região metropolitana de São Paulo, levando em consideração as trajetórias ocupacionais dos entrevistados. Analisando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego entre o período de 1994 a 2001 na região metropolitana de São Paulo, onde 53.170 indivíduos foram entrevistados, 28.189, cerca de 53% do total, foram classificados como pessoas ocupadas, ou seja, pessoas ativas que obteram renda de alguma forma. Entretanto, analisando a trajetória ocupacional dos entrevistados no período da pesquisa, foi

possível a autora elaborar sete classificações distintas sobre a predominância de ocupação desses indivíduos no período, configurados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Ocupados em São Paulo: Trajetórias agregadas 1994-2001

Classes de Trajetórias	Frequência Absoluta	Percentual
1 - Assalariados com carteira	8439	29,9
2 - Empregadores	619	2,2
3 - Desempregados ou inativos	1725	6,1
4 - Transições intensas, percurso ignorados	6694	23,7
5 - Autônomos	2730	9,7
6 - Domésticos	1264	4,5
7 - Assalariados sem carteira	6718	23,8
Total dos ocupados	28189	100%

Fonte: Guimarães (2009, p. 27. Adaptado).

Embora o número de pessoas que se disseram desempregadas seja relativamente baixo, os dados destacados por Guimarães (2009) revelam a precariedade das relações de trabalho e das ocupações destas pessoas, posto que um núcleo mais estável, com seus direitos assegurados devido a existência do registro em carteira de trabalho ou sob condição de empregador (itens 1 e 2 da tabela), representa apenas 32,1% dos que se disseram ocupados (GUIMARÃES, 2009, p. 26).

O item 4 da tabela também chama atenção, pois demonstra uma percentagem muito elevada de entrevistados em que não foi possível classificar em nenhuma das outras seis categorias ocupacionais, devido principalmente a intensa freqüência de transições entre uma categoria e outra no período da pesquisa.

A pesquisa de Guimarães (2009) é bastante ilustrativa no sentido de demonstrar a instabilidade da maioria dos trabalhadores e das condições de segurança empregatícia e social dos que afirmaram ser ocupados, demonstrando à intensa precarização a que os trabalhadores estão submetidos nos tempos atuais. O item 7 da tabela demonstra muito bem essa situação, ao mostrar um número demasiadamente alto de trabalhadores que não possuem registro em carteira de trabalho.

Um quadro ainda pior revela-se se juntarmos em percentual e em números absolutos as categorias *desempregados ou inativos, transições intensas com percursos ignorados e assalariados sem carteira*, que são, a nosso ver, aqueles que expressam de forma mais veemente a situação de precarização exposta na tabela. Em percentual, essas três categorias respondem por 53,6% dos entrevistados, e em números absolutos teríamos uma massa de 15.137 pessoas expostas diretamente aos efeitos da precarização do mercado de trabalho. Isso porque não estamos levando em consideração as categorias de *autônomos* e *trabalhadores domésticos*, os quais elevariam significativamente esses números.

Adentremos, agora, em algumas considerações sobre as pesquisas de emprego e desemprego realizadas por dois órgãos distintos: IBGE e DIEESE.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – doravante, IBGE – realiza desde 1980 a Pesquisa Mensal de Emprego – doravante, PME - coletando e analisando diversos dados, como mercado de trabalho, condição das atividades, rendimento médio, formalidade da ocupação, posse de registro em carteira de trabalho, entre outros, sendo considerado um importante banco de dados sobre a categoria trabalho, utilizado tanto por cientistas de diversas áreas como para o planejamento urbano.

No entanto, a utilização e interpretação desses dados deve ser feita com certa cautela. Em um país de proporções continentais como o Brasil, revela-se um desafio atormentador conseguir dados que descrevam a totalidade das situações e dos fenômenos, seja qual for à variável estudada. Dessa forma, alguns elementos e/ou regiões são priorizados em detrimento de outros.

A PME realizada pelo IBGE tem como recorte analítico, desde 1980, as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. É inegável que as PME vem cumprindo um papel importantíssimo para o entendimento do mercado e das condições de trabalho e suas oscilações nas principais regiões metropolitanas do país; no entanto, é claro também que a pesquisa não engloba a totalidade das situações de trabalho, tampouco todas as regiões brasileiras, deixando assim uma lacuna para o entendimento das situações e condições de trabalho em diversos pontos do território brasileiro.

A PME passou por diversas revisões metodológicas desde seu início. No entanto, chama-nos atenção algumas mudanças ocorridas a partir da

metodologia utilizada experimentalmente em 2001, colocada em prática concretamente em 2003, no que tange o termo *desemprego*.

Em uma breve nota metodológica disponível no *site* do IBGE sobre a metodologia utilizada anteriormente a 2001, podemos observar a utilização do conceito de *desemprego aberto*, definido como “[...] relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas num determinado período de referência.” (IBGE), na qual população desocupada é entendida como “[...] aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).” (IBGE). Percebemos então que o conceito de desemprego aberto leva em consideração apenas as pessoas que tomaram alguma providência efetiva para conseguir emprego no mês da pesquisa, o que pode mascarar e/ou diminuir o número real de desempregados e/ou pessoas em busca de ocupação, posto que não leva em consideração aquele trabalhador que não tenha procurado emprego naquele mês pois quaisquer motivos. Sobre isso, Antunes e Pochmann (2008) afirmam que:

Com o avanço do desemprego aberto, que desde 1998 encontra-se acima de 9% do total da força de trabalho no Brasil, pode-se ter uma dimensão quantitativa do processo de degradação do trabalho na periferia do capitalismo mundial. Mas se tomarmos como referência a situação mais ampla do desemprego estrutural, como uma pressão contínua por demanda de trabalho, a taxa de desemprego chega a alcançar 27% do total da força de trabalho, caso se incorpore não somente o desemprego aberto, mas também os trabalhadores com atividades inferiores a 15 horas semanais e com remuneração abaixo de meio salário mínimo mensal e que demandam ocupação. (ANTUNES; POCHMANN, 2008, p. 06)

Percebemos então que, se analisados a partir de outras variáveis, a taxa de desemprego e/ou pessoas a procura de ocupação pode mais do que triplicar.

Ao consultar a metodologia mais atual utilizada pelo IBGE para realização das PME, efetivamente posta em prática a partir de 2003, também disponível no *site* da Instituição, observamos que em nenhum momento aparece o termo *desemprego*, que parece ter sido substituído definitivamente pelo termo

desocupação. Segundo a nova metodologia, são consideradas pessoas desocupadas:

[...] as pessoas sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias [...] (IBGE, 2007)

Podemos observar então que a nova metodologia utilizada nas PME continua a considerar em suas estatísticas de emprego e desocupação como pessoas a procura de ocupação apenas aquelas que efetivamente tomaram alguma providência para conseguir ocupação, deixando de lado os índices de desocupação aquelas que não tomaram providências efetivas no período de referência da pesquisa por quaisquer motivos.

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – de agora em diante, DIEESE – também realiza uma pesquisa mensal do mercado de trabalho, desde 1984, denominada de Pesquisa de Emprego e Desemprego – doravante, PED. A pesquisa é realizada na região metropolitana de São Paulo e, em parceria com órgãos públicos locais, no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Belém. No entanto, segue uma metodologia distinta que, segundo a própria Instituição, se adequa mais a realidade do mercado de trabalho brasileiro:

[...] a dinâmica desse mercado [brasileiro] de trabalho não é suficientemente captada se adotadas as noções usuais de emprego - exercício de qualquer atividade por no mínimo uma hora na semana da entrevista - e desemprego - ausência de trabalho combinada à procura e disponibilidade para trabalhar. Ou seja, a dicotomia emprego/desemprego aberto é insuficiente para descrevê-lo.

Frente às limitações impostas às análises sobre o mercado de trabalho brasileiro pelo uso dos conceitos mais tradicionais, o propósito básico da PED foi construir indicadores mais adequados à situação nacional [...] (DIEESE)

Buscando essa análise mais adequada ao mercado de trabalho brasileiro, o DIEESE utiliza conceitos diferentes sobre os indicadores. Dentre os vários conceitos utilizados, queremos destacar os conceitos de *desempregado*, que se desagrega em outros três conceitos: *desemprego aberto*, *desemprego oculto pelo trabalho precário*, e *desemprego oculto pelo desalento*:

Desempregados - São indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego:

desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;

desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;

desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses. (DIEESE)

Podemos perceber então que a metodologia utilizada pela PED do DIEESE trás novos elementos e novas abordagens para se trabalhar a questão do desemprego, ao levar em consideração o desemprego que permanece oculto pelas formas precárias e ocasionais de trabalho, e o desemprego oculto também pelo desalento, ou seja, aqueles que não procuraram trabalho por desmotivação no mercado de trabalho ou devido a situações eventuais.

As diferenças metodológicas entre PME (IBGE) e a PED (DIEESE) trazem resultados substancialmente diferentes, como podemos ver nos índices de desemprego registrados pelas duas instituições para a região metropolitana de São Paulo, na tabela a seguir:

Tabela 2 – Níveis de desemprego na região metropolitana de São Paulo nos meses de novembro de 2008, 2009 e 2010, de acordo com o IBGE e com o DIEESE (%)

	IBGE	DIEESE
Nov - 2008	8,2	12,3
Nov - 2009	8,1	12,8
Nov - 2010	5,5	10,7

Fonte: IBGE (2008, 2010). Indicadores IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego; DIEESE (2010). Pesquisa de Emprego e Desemprego. Região Metropolitana de São Paulo. Processamentos próprios.

Em novembro de 2008, enquanto o IBGE apontava um índice de desemprego de 8,2% para a região metropolitana de São Paulo, o DIEESE apresentava um número 50% maior, de 12,3%. Em novembro de 2009, enquanto o IBGE registrava leve queda no percentual de desemprego, apontando 8,1%, o DIEESE apontava índices maiores dos que o ano anterior, 12,8%, 58% a mais do que indicava o índice do IBGE para o mesmo ano. No entanto, é em novembro do ano de 2010 que percebemos a maior discrepância entre os dados das duas instituições, embora a duas tenham indicado queda nos níveis de desemprego. Nessa ocasião, o IBGE registrou 5,5% de desemprego, uma queda de 47% em relação ao ano anterior; já o DIEESE, no mesmo período, apontou um índice de 10,7% de desemprego, uma diminuição de cerca de 20% em relação a 2009. Assim, em novembro de 2010, mesmo após os dois órgãos registrarem queda no nível de desemprego em relação ao ano anterior, a diferença dos índices apontados pelas duas instituições chega a beirar os 95%. Uma diferença extremamente significativa.

2.5 SETOR INFORMAL

A informalidade é sem dúvida alguma mais uma das expressões visíveis da dinâmica econômica capitalista, predominante no mundo contemporâneo. Embora sua existência seja do conhecimento do meio acadêmico e dos planejadores públicos, permanecem diversas lacunas a respeito da definição e do entendimento da informalidade e sua dinâmica de funcionamento, tamanha a variedade de situações encontradas nas análises sobre essa realidade. Não obstante, mesmo com inúmeras pesquisas que englobam desde os estudos de caso mais específicos até os levantamentos de dados mais genéricos em escala continental, a informalidade ainda carece de elementos que permitam uma definição precisa que possa dar conta de abranger as diversas realidades. Sobre isso, Manoel Luiz Malaguti (2001) afirma que:

Da forma como a entendemos, a informalidade é uma dimensão atemporal da sociedade do capital. Sempre presente, mas ao mesmo tempo fugidia. Uma face obscura da modernidade, de difícil percepção, gelatinosa e escorregadia. Um fenômeno que tem conseguido frustrar todos os esforços despendidos em sua compreensão ou mensuração, parecendo querer 'envergonhar' as pesquisas de campo e as teorias mais rigorosas. (MALAGUTI, 2001, p. 13, grifo do autor)

Utilizando o conceito de *setor informal*, Oliveira (2008) aponta as dificuldades da geografia em utilizar esse conceito, parafraseando Bachelard ao afirmar que esse conceito aproxima-se de um "obstáculo epistemológico" para esta ciência:

Essa condição deriva, entre outros aspectos, da generalidade que permeia o conceito, da heterogeneidade das atividades que ela pretende abranger, da ausência de uma perspectiva espacial na abordagem que ele preconiza e, sobretudo, de uma ausência de perspectiva acerca das relações que são tecidas entre esse setor e as demais atividades. (OLIVEIRA, 2008, p. 55-56)

Percebemos então que o entendimento da informalidade encontra dificuldade devido à heterogeneidade das situações encontradas, condição essa enfrentada também pelos geógrafos que trabalham com esse conceito.

Malaguti (2001) faz uma interessante análise sobre a informalidade. Para este autor, informalidade e setor informal são realidades distintas, argumentando que o segundo seria apenas um aspecto do primeiro, ou seja, informalidade seria um conceito muito mais amplo e complexo que setor informal, que seria apenas um aspecto da informalidade:

Em geral, os especialistas em Economia e Sociologia do Trabalho utilizam indistintamente os dois conceitos. No entanto, a 'informalidade' é um conceito muito mais amplo do que o de 'setor informal'. O setor informal expressa apenas um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo: a segunda engloba o primeiro. Numerosos casos de informalidade podem ser observados nos setores chamados, impropriamente, de formais: o funcionário público que durante o expediente vende peças de roupas, perfumes e sabonetes; o assalariado de uma empresa multinacional que trabalha sem utensílios de proteção etc. Mesmo possuindo carteira de trabalho assinada, estes trabalhadores não estariam vivenciando situações de informalidade? Parece-nos que sim. No exemplo do funcionário público, ele próprio estaria fraudando seu contrato de trabalho. O assalariado da multinacional, por sua vez, teria seus direitos trabalhistas usurpados: aqui a empresa seria a infratora. O

mesmo acontecendo com o mestre-de-obras obrigado a arriscar sua vida. Nestas 3 situações, a carteira de trabalho assinada nada mais é do que um ‘documento de fachada’, com pouca ou nenhuma relação com o quotidiano de trabalho ou com os direitos dos trabalhadores. Logo, tudo se passa à margem da legislação trabalhista: na informalidade. (MALAGUTI, 2001, p. 99-100, grifos do autor)

Podemos perceber a análise dialética que o autor faz na citação, ao explorar as contradições existentes dentro do que é comumente aceito como setor formal da economia. Malaguti demonstra com clareza que mesmo os setores considerados formais podem apresentar situações de informalidade, como o funcionário público que vende coisas em seu local de trabalho e o funcionário de uma empresa e/ou um mestre-de-obras que não possui utensílios de segurança para realizar suas atividades. O autor distingue ainda que a informalidade nesses casos tem origens diferentes: uma partindo do empregado e a outra da empresa.

De acordo ainda com a citação de Malaguti (2001), o autor demonstra o entendimento clássico sobre a informalidade, ao afirmar que determinadas situações são informais por se concretizarem a margem da legislação trabalhista.

A etimologia da palavra “informalidade” e/ou “informal” nos remete quase que de imediato a associar essa realidade com as atividades que são desenvolvidas as margens da lei, e de certo é um parâmetro válido que se presta a diversas análises e estudos científicos. No entanto, não é o único possível.

O IBGE realizou em 1997 e 2003 um estudo sobre a Economia Informal Urbana no país – ECINF. Na pesquisa mais recente, trás uma abordagem diferente sobre o setor informal, seguindo critérios estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. Assim,

- para delimitar o âmbito do setor informal, o ponto de partida é a unidade econômica - entendida como unidade de produção - e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo;
- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção;

- embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; e
- que a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.

Na operacionalização estatística desta definição, decidiu-se que pertencem, ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias. (IBGE)

Percebemos então que o IBGE trabalha com uma perspectiva diferente do setor informal, trazendo uma metodologia que segue padrões internacionais para definir essa realidade.

Assim sendo, o setor informal seria definido então mais pelas suas características e dinâmica de funcionamento do que propriamente pela sua situação legal. Segundo o IBGE, o ponto de partida para se entender esse setor seria a unidade econômica, independente da ocupação do trabalhador: tem como característica o objetivo de geração de ocupação e renda aos envolvidos, excluindo aqueles que produzem para o autoconsumo; produção em baixa escala, pouca organização e uso intensivo do trabalho, praticamente sem distinção de trabalho e capital; trabalhadores por conta própria e empregadores com até 5 empregados, entre outros elementos apontados.

Embora com limitações, inerentes a qualquer estudo científico, parece-nos uma metodologia conceitual bastante interessante, ao não levar em consideração apenas a situação jurídico-formal dos trabalhadores, mas também sua lógica de funcionamento e escala produtiva.

3 DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL

O termo desenvolvimento vem suscitando ao longo das últimas décadas diversos debates sobre seu significado, seu conteúdo e ainda sobre a quem este visa atender.

Após a Segunda Guerra Mundial a discussão sobre desenvolvimento ganha importância, sobretudo à visão de um desenvolvimento com base no crescimento econômico, pautado na lógica e no modelo da sociedade capitalista ocidental (SOUZA, 2010, p.60).

Esta concepção coloca o crescimento econômico como norteador e principal objetivo a ser perseguido pelo Estado, pois pregam seus defensores que, com o crescimento econômico, todas as outras áreas seriam atingidas, ou seja, este traria por si só, o desenvolvimento para outras áreas que não a econômica, como a social, cultural, administrativa, entre outras. No entanto, diversos são os autores que contestam essa visão:

[...] nos países subdesenvolvidos o crescimento econômico parece ser, *a priori*, o remédio miraculoso para a pobreza em razão da crença de que o aumento da produtividade faz crescer o emprego e, por consequência, os salários. Este raciocínio parece estabelecer com perfeição a relação entre crescimento e pobreza. Por esta razão é que tem prevalecido, no pensamento econômico dominante, a tendência de se investir no crescimento econômico para diminuir a pobreza, ao invés de se implantar políticas redistributivas que poderiam não só garantir uma distribuição menos desigual como ampliaria e consolidaria o crescimento [...] (FREITAS, 2004, p.95).

Podemos observar a partir da citação de Freitas (2004) que o pensamento econômico dominante tende a vincular a pobreza a falta de crescimento econômico. Essa forma de pensar influenciou e continua influenciando diversos governos a tomar medidas pautadas quase que exclusivamente em prol de um maior crescimento econômico, acreditando realmente que este é um remédio miraculoso, para utilizar as palavras de Freitas, que pode resolver os problemas da pobreza e do desemprego por si só. O resultado disso é a propagação, a partir da crise do Estado keynesiano no final da década de 1960, da tendência neoliberal como forma e ideologia de governo. Pode-se observar a partir de então o crescimento da

perspectiva do Estado Mínimo não intervencionista, que privilegia o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, onde a atração de empresas e fábricas passam a ser o principal objetivo do Estado, que por sua vez observa seu poder de atuação diminuir concomitantemente ao crescimento do poder das grandes corporações privadas.

Outros autores que contestam o crescimento econômico como fim último do Estado são Ferraz e Ortigosa:

[...] o desenvolvimento deve se expressar não somente por cifras econômicas, mas principalmente por indicadores sociais positivos, resultando na superação da pobreza, sendo esta entendida não apenas pela carência financeira, mas de um modo mais amplo, como a incapacidade de se procurar o bem-estar. (FERRAZ; ORTIGOSA, 2008, p.231)

Tanto Freitas (2004) como Ferraz e Ortigosa (2008) apresentam a idéia de que o desenvolvimento não deve ser medido exclusivamente por índices econômicos, nem a ação do Estado deve se pautar unicamente em seu crescimento, deixando de lado outros setores. Freitas (2004) aponta que deveria se pensar em políticas redistributivas, o que diminuiria a desigualdade social e consolidaria o crescimento. Já Ferraz e Ortigosa (2008) falam que o desenvolvimento deveria ser medido principalmente por outros fatores, como indicadores sociais positivos de superação da pobreza.

Outro autor que tem se preocupado com o conceito de desenvolvimento é Souza:

A rigor, o desenvolvimento econômico resume-se a uma conjugação de *crescimento* (expresso através do incremento do PIB, do PNB ou da renda nacional per capita) com *modernização tecnológica*. Ele abrange, portanto, um aspecto meramente quantitativo, mas o ultrapassa, pois comprehende também o aspecto qualitativo que é uma crescente complexidade da *estrutura da economia* (progresso técnico, crescente integração intersetorial etc.), tudo isso traduzindo-se através de um aumento da produtividade média do trabalho. Ademais, não são incomuns, nos manuais de Economia do Desenvolvimento, alusões complementares a objetivos como a melhoria dos níveis de educação e saúde da população. Infelizmente, entretanto, há limites para o que se pode fazer com as palavras: ou bem a dimensão econômica da sociedade passa a englobar todas as demais (religião, poder etc.), coisa que nem mesmo os economistas sugerem, ou então deve-se reconhecer que, enquanto o desenvolvimento econômico seja dependente, a longo

prazo, de fatores tais como investimentos em ‘capital humano’, ele não necessariamente se faz acompanhar por uma diminuição dos problemas sociais - aliás, nem sequer das disparidades sócio-econômicas. (SOUZA, 1997, p. 14, grifos do autor)

Souza (1997) aponta na citação acima que o desenvolvimento econômico seria então crescimento econômico, medido por meio de índices econômicos per capita nacionais, conjuntamente com a modernização tecnológica da sociedade. Nesses moldes, o crescimento abarcaria não somente um aspecto quantitativo, mas também um qualitativo, ao demandar e consequentemente complexificar a estrutura econômica como prerrogativa para continuação de seu desenvolvimento. No entanto, como afirma Souza (1997), nem os economistas fazem crer que a dimensão econômica abrange todas as outras dimensões socioespaciais, de forma que esta não pode, por si só e através unicamente de seu crescimento (números!), diminuir as desigualdades e as disparidades socioeconômicas (-espaciais).

Souza (1997) vai ainda mais fundo às críticas sobre o desenvolvimento estritamente econômico, ao qual afirma possuir uma carga ideológica para manutenção e reprodução do *status quo* da sociedade capitalista:

[...] o desenvolvimento estritamente econômico só pode ser, *na melhor das hipóteses*, um meio, e jamais um fim, não sendo razoável, por conseguinte, ‘economicizar’ o conceito de desenvolvimento em geral. É óbvio que ninguém, em sã consciência, proporia que o objetivo do desenvolvimento se limita ao crescimento e à modernização tecnológica. No entanto, precisamente porque a *ideologia* do desenvolvimento hegemônica recobre interesses vinculados ao *fim* (no sentido de *meta*) que é a perpetuação do modelo social capitalista e, neste contexto, dos benefícios de determinados grupos ou classes, ela privilegia um conceito que coloca em primeiro plano os *meios* pelos quais se pode *aprimorar* esse modelo. No interior desse conceito fortemente ideologizado a discussão ética e política sobre os fins é sacrificada (ou mesmo desaparece), silenciosamente, em favor de uma discussão instrumental sobre os meios. (SOUZA, 1997, p. 15, grifos do autor)

Segundo este autor, a ideologia dominante está vinculada ao fim máximo de manter o *status quo* capitalista, deixando de lado a discussão sobre quaisquer outros fins, contrapondo um discurso altamente ideologizado sobre os meios para se manter a perpetuação do sistema. A “economicização” do conceito de desenvolvimento, imposta pela maioria dos economistas e encabeçada direta e

interessadamente pela classe que se beneficia com o sistema, atende prontamente este objetivo.

Souza (1997) não se limita, entretanto, a criticar as concepções de desenvolvimento defendidas pelos economistas, mas também propõe e explicita em diversos trabalhos sobre o que, para este autor, seria um autêntico processo de desenvolvimento:

[...] o conteúdo do desenvolvimento (o fim, no sentido de meta aceita pelos/acordada entre os membros de uma sociedade) deve ser entendido como atrelado a cada universo cultural e social particular, sendo logo, em um nível de detalhe que se preste à operacionalização, *variável, plural*. No entanto, em um plano de elevada abstração, uma formulação filosófica do desenvolvimento que deseje evitar a visão instrumental-economicista, conservadora, etnocêntrica e historicista da ideologia do desenvolvimento hegemônico poderia ser a seguinte: um movimento (sem fim - ou seja, sem 'estágio final' ou mesmo direção concreta predeterminados ou previsíveis e que não poderá jamais ser declarado como 'acabado' - e sujeito a retrocessos) em cuja esteira uma sociedade torna-se mais justa e aceitável para seus membros. (SOUZA, 1997, p.19, grifos do autor)

A partir desta citação, fica claro que, para o autor, o desenvolvimento não deve ser concebido de acordo com modelos rígidos de caráter universalista, posto que a noção de desenvolvimento pode mudar de acordo com as particularidades e os aspectos culturais de cada coletividade. Dessa forma, Souza (1997) propõe um entendimento diferente da visão ideológica hegemônica-economicista, alertando que o desenvolvimento não pode ser encarado como estágio final, mas sim a busca incessante da sociedade para tornar-se mais justa e aceitável para seus membros.

Em outro trabalho, Souza (2010, p. 61-64) aponta que desenvolvimento seria uma *mudança social positiva*, e leva em consideração os desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, ou seja, da coletividade envolvida, pautado na melhoria da qualidade de vida e aumento da justiça social. A melhoria da qualidade de vida é sucintamente entendida pelo autor como a crescente satisfação das necessidades - básicas e não básicas, materiais e imateriais, como educação, saúde, moradia, trabalho, privacidade, segurança, entre outros – de um grupo cada vez maior de pessoas. Já o conceito de justiça social é mais amplo, dependendo de lugar para lugar e de acordo com diferentes períodos

históricos. No entanto, o autor deixa claro seu ponto de vista sobre a justiça social nos moldes das sociedades capitalistas ocidentais, alegando que os cidadãos devem ter acesso às infraestruturas urbanas, que deve ser garantido não apenas por lei, mas também de forma material, com possibilidade efetiva de acesso, independente da sua condição física ou etnia, partindo-se da premissa da “[...] igualdade dos indivíduos enquanto seres humanos merecedores de tratamento digno e respeitoso” (SOUZA, 2010, p. 62). Assim, o conceito de justiça social, para Souza, tem a ver com as garantias político-institucionais de acesso igualitário e confiável ao conjunto de serviços de caráter coletivo estruturais urbanos. Assim, o objetivo de aumento da justiça social calibra e contextualiza o objetivo de melhoria da qualidade de vida.

A grande maioria dos debates sobre o termo desenvolvimento oscila entre o econômico e o social, de forma que Souza (2010) aponta que historicamente existe uma negligência em relação ao espaço nas concepções e discussões sobre desenvolvimento. Assim, o autor busca explicar essa negligência e a falta de discussões e trabalhos com enfoque geográfico sobre desenvolvimento, fornecendo-nos uma passagem bastante interessante que ilustra a importância do espaço nesse debate:

O espaço, produto social, é um suporte para a vida em sociedade e, ao mesmo tempo, um condicionador dos projetos humanos; um referencial simbólico, afetivo e, também, para a organização política; uma arena de luta; uma fonte de recursos (sendo a própria localização geográfica, que é algo essencialmente relacional, um recurso a ser aproveitado). A autonomia de uma coletividade traz subentendida uma territorialidade autônoma, ou seja, a gestão autônoma, por parte da coletividade em questão, dos recursos contidos em seu território, que é o espaço por ela controlado e influenciado (SOUZA, 1995). Por isso o desenvolvimento é, necessariamente, sócio-espacial, ou seja, da sociedade e do espaço: tão tola quanto a crença de se transformar substantivamente as relações sociais apenas por meio de intervenções no espaço ('fetichismo espacial' tipificado por certos urbanistas) é a negligência para com o fato de que a mudança social demanda, concomitantemente (mesmo que isso nem sempre ocorra), a mudança da organização espacial que amparava as velhas relações sociais. (SOUZA, 1996, p. 11)

Para preencher esta lacuna, o autor propõe o conceito de “desenvolvimento sócio-espacial” (SOUZA, 2010, p. 60), ao invés de se falar apenas em desenvolvimento social. Para este autor, estamos diante de um autêntico

processo de desenvolvimento quando se está diante de uma mudança social positiva, baseadas em maior qualidade de vida e aumento da justiça social, como já frisado em parágrafo precedente.

O conceito de desenvolvimento socioespacial defendido pelo autor é amplo. Em seu livro “Mudar a Cidade”, Souza (2010) faz uma série de reflexões conceituais sobre categorias de análise que, a seu ver, podem contribuir para o aumento da qualidade de vida e justiça social para as coletividades, além de explicitar de forma crítica diversos instrumentos e técnicas que são utilizados pelos planejadores. Destacamos então alguns pontos trabalhados pelo autor nesta obra, tendo em vista que a presente pesquisa tem como pressuposto que a política pública de microcrédito possa se constituir em potencialidade e possibilidade de criar condições para a concretização de um desenvolvimento socioespacial, a partir do conceito defendido por Souza.

Souza (2010) aponta que o planejamento urbano vem, já há algumas décadas, sofrendo críticas tanto por parte da esquerda quanto por parte dos conservadores.

As críticas empregadas pelos “esquerdistas” ao planejamento urbano recaem, sobretudo, no fato de estes acreditarem que todo e qualquer planejamento tem como finalidade única a perpetuação e reprodução do sistema vigente, do *status quo* capitalista. O autor rechaça essa visão, criticando a generalização abusiva feita por esta parcela de estudiosos, discordando então que todo e qualquer planejamento tenha, necessariamente, o objetivo de manter o sistema hegemônico e esteja a serviço das classes dominantes (SOUZA, 2010).

Já as críticas dos conservadores iniciam-se com a crise do sistema keynesiano de governar, ou seja, este não estava evitando as crises nem salvando o capitalismo de si mesmo; os altos gastos sociais do estado keynesiano com as políticas do *Welfare State* dão mostras de serem insustentáveis e incongruentes com o crescimento econômico e capacidade de investimento e regulação do Estado. Assim, diversas são as críticas feitas a esse Estado muito intervencionista. No início dos anos 1980, Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA, dão impulso ao neoliberalismo, pregando o Estado Mínimo. Alguns autores chegam até mesmo a afirmar que o thatcherismo tentou abolir o planejamento (SOUZA, 2010).

Em meio a esse turbulento processo do avanço dos ideais neoliberais, concomitante ao recuo e diminuição do poder regulatório e de

intervenção do Estado, o planejamento regulatório e o planejamento pautado em investimentos públicos, baseados e com implantação no sistema keynesiano, começam, já nos anos 1970 e com mais força nos anos 1990, a perder espaço, cedendo terreno para formas mais mercadológicas de planejamento, privilegiando os interesses do capital privado. Assim emergem os novos planejamentos ligados à lógica de mercado: planejamento subordinado às tendências de mercado (acompanhar as tendências de mercado, diferente do planejamento regulatório, que tentava regular ele); planejamento de facilitação (mais do que acompanhar as tendências de mercado, este visa estimular a iniciativa privada, oferecendo inúmeras vantagens como isenções tributárias, doação de terrenos, etc.); e o planejamento de administração privada (administração de espaços públicos confiados a iniciativa privada, sob o pretexto deste ser mais eficiente). Estas tendências estão, segundo o autor, mais atreladas ao termo gestão. (SOUZA, 2010, 31-32).

Souza (2010) afirma que o termo gestão tem sua origem nos estudos de administração, e que vem ganhando espaço em outros campos. O termo vem sendo encarado por alguns estudiosos como o substituto para o planejamento, o que na visão do autor revela uma incompreensão da natureza dos termos envolvidos, por se referirem a escalas temporais e atividades distintas, nas palavras do autor:

Planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem *referenciais temporais distintos* e, por tabela, por se referirem a *diferentes tipos de atividades*. Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao *futuro*: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizer de modo menos comprometido com o pensamento convencional, *tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios*. De sua parte, gestão remete ao *presente*: gerir significa *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas*. O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamentos e gestão são *distintos e complementares*. (SOUZA, 2010, p. 46, grifos do autor)

Assim como o autor, comprehende-se que planejamento e gestão são termos distintos e expressam atividades de natureza diferentes, sendo fundamental que ambos façam parte de toda e qualquer atividade em termos de planejamento urbano, sem supervalorizar um em detrimento do outro. Como bem afirma o autor, as atividades de planejar e de gerir são complementares, e não excludentes ou contrárias.

As idéias do autor expostas até o presente momento demonstram o que ele chama (e clama por!) planejamento urbano crítico, ao invés simplesmente de uma crítica ao planejamento urbano, vazia e carente de sentido. Destarte, Souza (2010) aponta alguns desafios para uma perspectiva realmente crítica do planejamento e gestão urbanos, a saber: a) valorização do aspecto político e do aspecto técnico-científico, sem superestimar nenhum dos dois, ou seja, sem deixar de assumir a necessidade de conhecimentos técnicos adequados, mas revelando a importância do atendimento e da participação coletiva na construção do planejamento; b) examinar os utensílios já disponíveis de planejamento, na perspectiva de mudança para que atendam a propósitos diferentes daqueles as quais foram criados, geralmente com caráter conservador; c) crítica a *racionalidade instrumental* (ação estratégica), em que a linguagem não é utilizada para fins de entendimento, e sim de manipulação e cooptação. O ideal seria a *racionalidade comunicativa* (ação comunicativa)⁶, na qual a linguagem é utilizada para fins de entendimento, no sentido de propiciar a argumentação e consenso a partir de discussões e possibilidades de debates. Esse seria o papel do planejador crítico, o de propor, ouvir e intermediar idéias a partir de suas técnicas; d) reflexão de termos e expressões como “participação popular”, muito comuns em se tratando de planejamento, mas pouco detalhadas e sem conteúdo definido; e) contextualização do planejamento nas ciências sociais e teorias de desenvolvimento. Mesmo com bastante teorização, o planejamento trabalha com conceitos consolidados e também com termos que são bastante utilizados, porém, sem um arcabouço teórico significativo. Deve-se integrar a reflexão da finalidade do planejamento e da gestão – sinteticamente, desenvolvimento urbano ou mudança social positiva da e na cidade – com as reflexões a respeito do desenvolvimento socioespacial (SOUZA, 2010).

⁶ Souza (2010) retira as idéias de rationalidade comunicativa de Habermas (1981 – Theorie des kommunikativen Handelns e 1990 – Discourse Ethics: Notes on Philosophical Justification).

Outro ponto trabalhado pelo autor é a idéia de *autonomia*, inspirado pelo filósofo Cornelius Castoriadis. O princípio da autonomia compreende, antes de mais nada, uma crítica a democracia representativa, amplamente utilizada nas sociedades ocidentais. Nesse sentido, a perspectiva de autonomia defende um maior nível de democracia com a intensa participação da população nos processos decisórios, não delegando esse papel a “representantes” eleitos ou simplesmente esperando por atitudes do Estado. Em verdade, a idéia de autonomia vem contrastar com a heteronomia das sociedades⁷, nas quais voga a democracia representativa, em que os cidadãos em geral não participam dos processos de decisão sobre os rumos de suas coletividades.

Uma sociedade basicamente autônoma significa, ‘apenas’, uma sociedade na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida, com isso dando-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes. (SOUZA, 2010, p. 175, grifos do autor)

Souza (2010) defende alicerçado nas idéias de Castoriadis, a existência de duas esferas de autonomia: a individual e a coletiva:

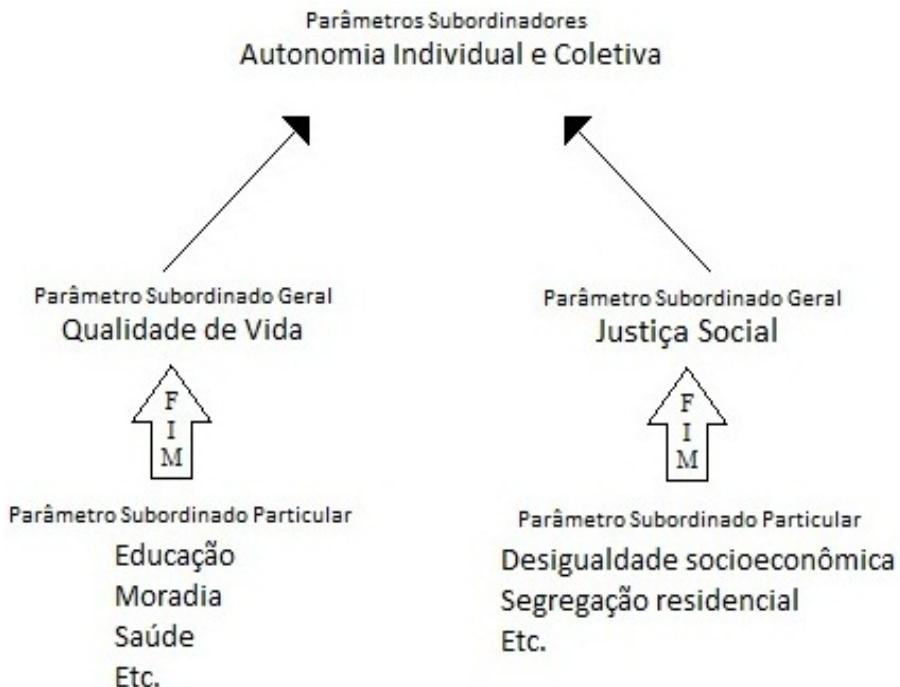
A idéia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia coletiva, ou o consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade, o que depreende garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva, e autonomia individual, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa. A autonomia coletiva refere-se, assim, às instituições e às condições materiais (o que inclui o acesso a informação suficiente e confiável) que, em conjunto, devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da coletividade. A autonomia individual depende, de sua parte, tanto de circunstâncias estritamente individuais e psicológicas quanto, também, de fatores políticos e materiais, em que os processos de socialização fazem emergir, constantemente, indivíduos lúcidos, dotados de auto-estima e infensos a tutelas políticas. É óbvio, portanto, que, mais que interdependentes, autonomia individual e coletiva são como que os dois lados de uma mesma moeda: diferentes, mas inseparáveis. (SOUZA, 2010, p. 174, grifos do autor)

⁷ Gorz utiliza o termo esfera da heteronomia para designar uma sociedade que, devido ao seu tamanho, número de pessoas e exigências, se complexifica de tal forma que os trabalhadores não teriam a visão do todo sobre o funcionamento e objetivos do conteúdo de seu trabalho, resultando em uma situação em que os trabalhadores desempenhariam suas atividades seguindo ordens pré-estabelecidas vindas “de cima”, e não através da cooperação e autogestão. (GORZ, 2001).

A autonomia individual seria então a capacidade de cada um de estabelecer seus objetivos, com o maior grau de liberdade possível, refletindo de forma crítica sobre sua situação. Para isso, é necessária a autonomia coletiva, ou seja, oferecer igualdade de oportunidades aos indivíduos, garantir justiça e liberdade, trabalhando para a formação de indivíduos lúcidos e críticos (SOUZA, 2010, p. 64-65).

O conceito de desenvolvimento socioespacial trabalhado pelo autor está intimamente ligado ao princípio da autonomia. O autor hierarquiza o conceito, afirmindo que a autonomia individual e coletiva seriam parâmetros subordinadores, ou seja, são os fins últimos e que devem ser atingidos para se alcançar um maior desenvolvimento socioespacial. Assim, qualidade de vida e justiça social são parâmetros subordinados gerais, necessários para se alcançar os parâmetros subordinadores, ou seja, autonomia individual e coletiva. Por se tratarem de parâmetros distintos, as variáveis utilizadas no que tange a qualidade de vida são distintas das utilizadas para tratar a justiça social, sendo que cada um desses parâmetros subordinados gerais deve ser operacionalizados por meio de parâmetros subordinados particulares. Parâmetros subordinados particulares da justiça social estão mais relacionados à esfera pública, como desigualdade socioeconômica, segregação residencial, entre outros; já a qualidade de vida diz respeito à esfera privada e a satisfação das necessidades individuais como educação, saúde, moradia, sendo estes exemplos de seus parâmetros subordinados particulares. A Figura 1 a seguir demonstra um esquema representando esse conceito.

Figura 1 – Parâmetro do conceito de desenvolvimento socioespacial



Organizador: Moreira (2011).

Fonte: Souza (2010). Processamentos próprios

Ao indicar que desenvolvimento seria uma mudança social positiva, baseada na qualidade de vida e justiça social, Souza (2010) aponta que a autonomia individual estaria mais vinculada a idéia da qualidade de vida, e a autonomia coletiva mais relacionada ao critério de justiça social:

Qualidade de vida (bem como necessidades, aspirações, desejos, felicidade etc.) e *justiça social* se situam, todavia, em planos ontológicos distintos. Sem perder de vista que os indivíduos são condicionados no interior de sociedades particulares que lhes incutem preferências e apresentam leques de opções determinados, convém admitir que, em um certo sentido, qualidade de vida (necessidades, aspirações...) remete a julgamentos cuja esfera própria é a *privada* (o indivíduo enquanto tal, a família, o *oikos*), ao passo que a justiça social deve realizar-se na e através da esfera *pública* (a esfera do político). Ao menos em um universo onde a liberdade seja um valor central, como ocorre no Ocidente, heteronomia implica sempre, necessariamente, injustiça. E, na ausência de um processo de aumento das condições socioeconômicas e políticas para o exercício da autonomia, não é possível falar, sem restrições, de desenvolvimento social ou sócio-espacial. Em última análise, o desenvolvimento social pautado pela autonomia individual e coletiva como princípio e parâmetro é, em um sentido profundo, um processo *político* (e apenas secundariamente 'econômico'), que corresponde exatamente a uma mudança da instituição da sociedade e da organização espacial capaz de propiciar mais justiça, nos marcos do que as escolhas individuais (a

modelagem definitiva da qualidade de vida, a satisfação das necessidades etc.) tenderão a ser, tanto quanto possível, genuinamente livres.' (SOUZA, 1998, p. 24, grifos do autor)

Percebe-se então claramente que autonomia individual e coletiva não são antagônicas, mas sim complementares e interdependentes, dependentes antes de tudo de um processo político e, apenas secundariamente, econômico.

Fica claro que a crítica empregada por Souza (2010) para com as abordagens economicistas de desenvolvimento pauta-se em uma perspectiva de mudança complexa em longo prazo em relação ao funcionamento da democracia representativa de cunho ocidental, bem como a redefinição do entendimento sobre desenvolvimento. Longe de perseguir um ideal utópico de transformação abrupta da sociedade no curto prazo, Souza fala de diferentes graus de autonomia, que é possível conseguir pequenos ganhos, contrastando e exemplificando que a mudança social, a partir da visão castoradiana de autonomia, não seria abrupta e rápida como a revolução pregada pelos marxistas, mas sim a partir de um processo histórico complexo. O autor ressalta que a ação do Estado pode, mediante políticas públicas, gerar um aumento do grau de autonomia dos desprivilegiados. No entanto, elucida que “[...] enquanto não forem ultrapassados os marcos do próprio modelo civilizatório capitalista, os ganhos de autonomia possíveis, ainda que não sejam sempre desprezíveis, serão, necessariamente, muito insuficientes” (SOUZA, 2010, p. 177).

É justamente sobre a perspectiva dos ganhos de autonomia com ações do Estado, por meio de políticas públicas, que reside nossa pesquisa, mais especificamente as políticas públicas de microcrédito popular, enfocando o caso da Casa do Empreendedor de Londrina/PR. Consequentemente, o conceito de desenvolvimento socioespacial de Souza torna-se a base da defesa de um planejamento e gestão urbanos que envolva uma questão crucial na atualidade: a pobreza que emerge das mutações do mundo do trabalho.

Os autores trabalhados até aqui são bem ilustrativos no que diz respeito ao intenso debate acadêmico feito atualmente sobre as concepções de desenvolvimento, sobretudo sua ressignificação aparente, pautada não mais exclusivamente no crescimento econômico, mas atingindo também parâmetros como qualidade de vida na área social. Sobre isso, Ferraz e Ortigosa afirmam:

[...] na atualidade, o debate sobre o desenvolvimento tem tido como foco o dito ‘desenvolvimento humano’, ou seja, a finalidade de um processo que se intitule de desenvolvimento tem de representar necessariamente uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. (FERRAZ; ORTIGOSA, 2008, p. 231, grifo dos autores)

Assim como estes autores, acreditamos que um processo real de desenvolvimento tenha, necessariamente, que indicar um aumento e uma melhoria da qualidade de vida da população e, como Souza (2010), no aumento da justiça social, o que abarca, entre outros elementos, o atendimento as necessidades básicas. Na sociedade capitalista nos moldes ocidentais, da qual fazemos parte, a forma de se obter a satisfação dessas necessidades básicas é mediante a compra desses elementos, como habitação, alimentação, produtos de higiene, serviços como rede elétrica, água tratada, entre outros, já que o Estado, embora garanta por lei o atendimento as necessidades básicas de todas as pessoas, não consegue cumprir esse papel. Dessa forma, as pessoas precisam necessariamente estabelecer relações que propiciem remuneração, seja com a venda da sua força de trabalho ou com a realização de atividades autônomas, para conseguirem custear o atendimento de suas necessidades.

No entanto, vive-se atualmente em um contexto de carência na geração de empregos. Essa situação faz com que milhares de pessoas busquem todos os anos atividades ligadas ao setor informal da economia, que Oliveira define sucintamente como sendo aquela atividade que funciona “[...] sem obedecer às regras das leis do trabalho.” (OLIVEIRA, 2004, p.23). Isso significa que estas pessoas exercem atividade remunerada sem possuir qualquer registro de vínculo empregatício, ficando totalmente excluídas de qualquer benefício e proteção de segurança e amparo social, como aposentadoria, seguro desemprego, afastamento médico remunerado, abonos salariais, férias, entre outros.

Muitas destas pessoas, para poder garantir sua sobrevivência, passam a atuar de forma autônoma e informal, trabalhando na execução de pequenos serviços ou em pequenas atividades comerciais, como camelotagem ou abrindo pequenas lojas. No entanto, até mesmo para iniciar essas pequenas atividades, que muitas vezes geram remuneração que sustenta famílias inteiras, os trabalhadores encontram dificuldades em conseguir crédito nas instituições financeiras convencionais, pois não conseguem oferecer todas as garantias exigidas pelos bancos para ter acesso ao crédito, como bens, avalistas, registros contábeis

dos últimos meses de atividade, entre outros. Para atender especificamente este público, foram criadas instituições de microcrédito. Antes de adentrarmos na discussão sobre o microcrédito, faz-se necessário, agora, uma explanação sobre políticas públicas, uma vez que uma das formas de operacionalização (e alvo de nosso pesquisa) do microcrédito no Brasil é por meio de políticas públicas. Assim, o microcrédito no Brasil constitui-se por meio de políticas públicas voltadas para as problemáticas vivenciadas pelos trabalhadores, com as transformações atuais que atinge o mundo do trabalho, principalmente os aspectos degradantes que estas causam à parcela significativa da população, impondo-lhes condições precárias de trabalho. Nesse sentido, há a preocupação em trazer para a discussão desta pesquisa as concepções de desenvolvimento e particularmente de se pensar na política pública – sobretudo a de microcrédito – como um mecanismo que possa fazer parte de um planejamento visando um maior e melhor desenvolvimento socioespacial.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITO E EVOLUÇÃO DA INSERÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA DO BRASIL

Torna-se um consenso, iniciado no século XX, que o Estado seja responsável por prover às necessidades da população de seu território, por meio de formulação e execução de políticas públicas.

Segundo Fernandes (2007) para entender esse processo histórico, é necessário observar dois fenômenos, a saber: 1º) mudança do papel do Estado na economia - entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, houve um acentuado aumento dos processos de industrialização e urbanização no mundo. O Estado até então não se fazia presente (liberalismo, Estado mínimo) em termos de planejamento e intervenção no setor econômico e social, de forma que a competição livre entre as forças de mercado ditava os rumos da economia, sobretudo as poderosas fábricas. Essas fábricas se alojavam nos melhores espaços do ponto de vista para sua reprodução e acumulação de capital, de forma que em sua volta cada vez mais pessoas se aglomeravam em habitações e condições de vida precárias, para trabalhar no processo produtivo industrial. Com o avanço do ideal socialista e aumento do poder dos sindicatos, as elites industriais sentiram-se pressionadas, dessa forma, foi necessário permitir um maior grau de participação da

sociedade e atender a algumas exigências dos trabalhadores, como melhores condições de trabalho. Gozando de maior grau de participação e representação política, os trabalhadores organizam-se e passam a reivindicar do Estado melhores condições de moradia, saneamento, saúde, educação, limpeza pública, iluminação, entre outros. A atuação do Estado para satisfazer a necessidade dessas demandas solicitadas pelos trabalhadores, constituiu-se em um importante passo para a assunção por parte do Estado de uma ação direta no que diz respeito ao oferecimento de serviços e infraestrutura a seus cidadãos. No entanto, foi somente a partir na década de 1930, particularmente com a quebra da bolsa de Nova York em 1929, que os países de capitalismo avançado passam a questionar a validade do liberalismo econômico, forçando a sedimentação de um Estado mais forte e intervencionista, que passa cada vez mais a exercer um papel chave no oferecimento de serviços que propiciassem o bem-estar de sua população, além de uma importante atuação no que diz respeito à geração de emprego e renda para os cidadãos; e 2º) o avanço dos direitos de cidadania: concomitantemente a este processo de enfraquecimento da perspectiva liberalista, há o aumento das discussões e demandas por parte da população nas áreas sociais, área essa que o Estado passa também a atuar de forma cada vez mais presente, encabeçada pelos ideais de justiça social e de oferecimento de serviços básicos para todos os cidadãos (FERNANDES, 2007).

Celina Souza (2006) nos fornece de forma sucinta uma importante contribuição sobre o surgimento da área de políticas públicas:

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição européia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2006, p. 21-22)

Assim, a autora afirma que a área de política pública enquanto atividade e disciplina acadêmica tem início dos EUA, como sub-área da ciência

política, rompendo com algumas etapas de pesquisa nesta área desenvolvidas na Europa. Assim, neste continente, a área de políticas públicas surge a partir de trabalhos com enfoque na atuação do Estado e suas instituições, enquanto nos EUA os estudos iniciam-se diretamente na academia, com ênfase nas ações do governo, sem estabelecer relações teóricas sobre o papel do Estado.

Na área de governos, a introdução efetiva de políticas públicas nos EUA inicia-se com a Guerra Fria. Diversos profissionais de áreas distintas demonstraram que a guerra poderia ser conduzida de forma racional. A partir deste pressuposto, a aplicação de métodos científicos expande-se para outras áreas de ação governamental, passando então a fazer parte dos estudos sobre problemas públicos e, ainda, formulação das políticas públicas (SOUZA, 2006).

No entanto, o que seria, conceitualmente falando, políticas públicas? Fernandes (2007) salienta que, quando pensamos em políticas públicas, automaticamente nos remetemos ao conjunto de atuações possíveis de serem feitas pelo Estado nas mais diversas áreas, como educação, saúde, previdência, entre outros. Fernandes salienta também que as atividades de políticas públicas são comumente associadas apenas ao aspecto técnico-burocrático da atividade, deixando o aspecto político de lado. O aspecto político das políticas públicas é explícito, pois o processo e a tomada de decisões é atividade inerente ao Estado: como, onde, quando e porque atuar em determinados espaços. O autor deixa claro ainda que esse processo decisório muitas vezes é influenciado por determinados grupos sociais, e cabe ao Estado fazer a mediação deste jogo de interesses.

Cena Souza define política pública como

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26, grifo da autora)

Rodrigues (2010) também fornece uma contribuição interessante quanto ao entendimento sobre políticas públicas, ao fazer uma breve diferenciação entre políticas sociais e políticas públicas:

[...] as políticas sociais constituem um subconjunto de um conjunto maior que denominamos de políticas públicas. Em outras palavras, toda a política social é uma política pública, mas nem toda a política pública é uma política social. Isso significa dizer que a política externa, econômica, administrativa, por exemplo, constituem-se como políticas públicas importantes, pois se referem diretamente à ação do Estado, mas não dizem respeito (pelo menos diretamente) às políticas sociais. Por vezes, no entanto, o bom funcionamento (ou a eficiência) de uma política social pode depender da eficácia das políticas públicas mais abrangentes. (RODRIGUES, 2010, p. 09, grifos do autor)

Podemos perceber então, por meio da análise dos autores acima, que as políticas públicas são ações antes de mais nada empregadas pelo Estado. Seguindo o pensamento de Fernandes (2007), a própria terminologia política pública nos remete as ações do Estado, justamente pelo seu caráter público. Souza (2006) também deixa claro a ação do Estado no tocante as políticas públicas, ao afirmar que colocar o governo em ação, analisar essa ação e, quando necessário, reformular essa ação, são características das políticas públicas. Por último, Rodrigues (2010) aponta que existem diversos tipos de políticas públicas, como a social, a econômica e a administrativa, mas todas se inter-relacionam e são diretamente ações do Estado.

Adentremos agora de forma resumida, pautado em Melo (2009), sobre a evolução da agenda de políticas públicas no Brasil.

Melo (2009) destaca alguns períodos da agenda pública brasileira, demonstrando qual o princípio organizador das políticas públicas e o efeito esperado destas políticas, em cada período.

O primeiro período seria entre 1930 a 1945, com a primeira era Vargas, tendo como princípio norteador da agenda pública a integração social e *nation building*⁸, sendo o início da política social na agenda brasileira. Esse período fica marcado pelo aparecimento de mecanismos institucionais que permitiram a incorporação e participação de determinados atores sociais ao sistema político brasileiro, que passaram a ter reconhecimento legítimo, principalmente por meio da crescente difusão das ideias de cidadania. Dessa forma, a política social deste

⁸ Não existe uma definição unânime sobre o termo *nation-building*. O termo pode ser entendido como o uso das forças armadas após um conflito para tentar auxiliar na reconstrução de determinada sociedade. No caso brasileiro, no entanto, pode-se entender o termo com uma conotação de desenvolvimento, com a criação de programas e políticas institucionais de crescimento econômico e melhoria do aparato administrativo, com o objetivo de transformar a sociedade para melhor (GOMES, 2008).

período tem como característica a integração social e a construção da nação, e não uma intervenção compensatória ou redistributiva de organização do mercado de trabalho, como aconteceu nos países de capitalismo avançado.

O segundo período vai de 1945 a 1960, tendo no populismo seu princípio norteador, ao rogar pela ampliação da participação, tendo como efeito esperado a submissão das políticas à lógica do mercado político e uso de políticas como moeda de troca política. Nesse período, a base estruturante das decisões de política social se desloca, tendo como parâmetros, ainda que de forma muito insípiente, a eficiência e a equidade. No entanto, os administradores públicos não avaliavam as políticas sociais de acordo com sua capacidade de reduzir as taxas de desigualdade, mas ainda como um instrumento de integração.

O terceiro período abrange a crise do populismo, entre 1960 a 1964, e tem como princípio organizador das políticas públicas a redistribuição. Nesse período, a não realização/constituição de complexos industriais para a acumulação e reprodução do sistema capitalista permitiram a convergência entre a política social e a dinâmica da acumulação do capital, situação essa não verificada no período posterior. As reformas de base eram assunto na pauta da agenda pública brasileira nesse momento histórico, pois poderiam possibilitar corrigir falhas do sistema produtivo e ao mesmo tempo alcançar o desenvolvimento social. As reformas de base tinham tanta importância na agenda pública que o populismo radical falava em reforma de base – ou, em outras palavras, socialismo – ou estagnação econômica e social.

O autor desmembra o quarto período em dois sub-períodos distintos: o primeiro abarcando o período entre 1964 a 1967, tendo como foco das políticas públicas a modernização conservadora; o segundo configura o período de 1967 a 1973, tendo o crescimento sem redistribuição sua ênfase. No período militar, observam-se diversas transformações no sistema produtivo e na ordem econômica, que verifica então um período de significativo crescimento. Não fala-se mais em estagnação, sendo o eixo organizador das políticas públicas o desenvolvimento econômico *versus* distribuição de renda. Nessa ótica, diversos debates surgiram acerca do caráter de distribuição das riquezas no regime militar, posto que este não tinha uma política social agressiva, acreditando que o desenvolvimento econômico por si só conduziria a diminuição das desigualdades. Dessa forma, observamos neste período à submissão das políticas públicas a lógica da acumulação, a

expansão dos complexos empresariais de provisão de bens e serviços sociais e disseminação do ideal de que o crescimento econômico traria desenvolvimento social por si só.

O quinto período, chamado por Melo (2009) de distensão e transição, se estende de 1974 a 1984, e tem como eixo das políticas públicas o redistributivismo conservador, tendo na desigualdade a ênfase do debate público. Esse período é marcado por uma crescente preocupação com a área social, com a criação de diversas instituições governamentais, como ministérios, tendo a área social incrementos significativos de verba. O princípio norteador das políticas públicas é novamente deslocado, passando da questão do crescimento econômico e distribuição de renda para os aspectos gerenciais e de administração dos recursos destinados à área social. Diversas são as críticas feitas em relação ao custo-benefício dos programas e políticas públicas sociais, em que alguns acreditavam que o volume de recursos alocados era tamanho e o público atingido era mínimo, de forma que essas políticas tinham sua validade questionada. Assim, as críticas à gerência quanto a má administração dos recursos públicos para a área social é a principal causa do deslocamento do princípio norteador das políticas públicas nesse período.

O sexto período corresponde à Nova República, instalado com o fim da ditadura militar, e se estende até meados de 1990. O eixo estruturador e os debates sobre as políticas públicas passam então a se concentrar no *modus operandi* da mesma, com críticas a respeito da burocracia, centralização, caráter excludente e ineficácia dessas políticas no período anterior. Para a superação destes problemas, foi proposto por especialistas e por setores organizados uma reengenharia político-institucional administrativa, que permitisse a participação de atores excluídos no processo decisório das políticas públicas, e a descentralização dessas políticas, visando a diminuição dos problemas burocráticos que traziam a excessiva centralização e controle das políticas. Percebemos então nesse período a preocupação com a maior democratização das políticas públicas, com a descentralização e transparência, além da redefinição e redesenho das mesmas para torná-las mais eficientes.

O sétimo período, que se constitui no último proposto por Melo (2009), é dividido entre o governo dos ex-presidentes Fernando Collor (1990-1992, tendo sido substituído por Itamar Franco no fim de 1992 até 1994, após sofrer o

processo de *impeachment*) e governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ambos tendo se iniciado já com a vigência da nova constituição de 1988. O princípio organizador das políticas públicas no governo Collor é marcado pelo cesarismo⁹, com a necessidade de reformas que permitissem uma melhor governabilidade; no entanto, a reestruturação das políticas públicas é pouco consistente, e passa por uma redefinição de sua natureza, com o crescimento da perspectiva público-privado das políticas. Já no governo de Cardoso, o eixo estruturador das políticas públicas é instituir a boa governança, através da diminuição da participação do Estado no oferecimento de serviços de natureza social, deixando a este a responsabilidade de ações localizadas para aqueles que não puderem satisfazer suas necessidades recorrendo ao mercado. Observamos nesse período reformas constitucionais e na arquitetura dos programas e das políticas públicas, em que se esperava maior eficiência das mesmas mediante incentivo da competição, equidade, e universalismo. Percebemos então, claramente, que o Estado passa por um processo de diminuição e enfraquecimento de seu poder de ação, ao assumir funções mais de cunho regulatório para manter a estabilidade da ordem vigente do que propriamente propor intervenções.

Estas breves considerações sobre os principais eixos norteadores das políticas públicas no Brasil ao longo do tempo, pautadas em Melo (2009), são bastante claras e ilustrativas do intenso jogo político de interesses por quais passaram as diferentes configurações das políticas públicas no Brasil. Observamos assim que as políticas públicas foram utilizadas de maneiras variadas e com objetivos distintos por diferentes governos, hora sendo chamadas a propiciar uma maior integração social e construção nacional, hora sendo utilizada como moeda de troca política, passando por redefinições e chegando ao caráter privatista e de diminuição das funções do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O esforço de análise conceitual e revisão histórica sobre a evolução das políticas públicas no Brasil servem para nos fornecer um panorama geral e resumido sobre o tema. Abordaremos, agora, reflexões mais específicas sobre as políticas públicas de microcrédito, alvo de nossa pesquisa.

⁹ Poder centrado na autoridade de uma pessoa, com base na crença de suas capacidades pessoais, que aparece para regenerar a sociedade e afastá-la dos perigos iminentes. Tem como estratégia principal o culto à personalidade, que se utiliza de propagandas para majorar as possíveis virtudes (reais ou não) dos políticos.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: O MICROCRÉDITO

Foi pensando na possibilidade de criação de pequenos negócios que pudessem gerar renda, iniciados a partir do empréstimo de pequenos valores, que Muhammad Yunus inaugurou em 1976, o *Grameen Bank*, em Bangladesh, sendo a primeira instituição mundial exclusivamente dedicada ao microcrédito. A partir da iniciativa pioneira de Yunus, o microcrédito disseminou-se no mundo, possuindo diversas formas de atuação em vários países, inclusive no Brasil.

Apesar de cada local ter um sistema de funcionamento distinto, os objetivos e características do conceito de microcrédito são mantidos, dentre os quais podemos destacar: a) o público principal deve ser as pessoas de baixa renda, que não teriam condições de conseguir um empréstimo em uma instituição financeira convencional; oferecer créditos a juros reduzidos; b) o valor emprestado deve ser investido em atividades que possam gerar renda ao tomador, ou seja, este deve iniciar uma pequena atividade ou ampliar a já exercida, como comprar máquinas que possam melhorar a eficácia de seu trabalho ou aquisição de materiais para revenda ou que sirvam de matéria-prima. Além dessas características centrais inerentes ao microcrédito, as instituições que atuam diretamente com esta modalidade de empréstimo procuram trabalhar, embora não seja uma regra e nem esteja presente em todas as instituições, com formas alternativas na avaliação do potencial de pagamento do tomador, pois em um banco convencional, estes dificilmente conseguem obter qualquer crédito. De forma geral, essa restrição ao crédito acontece devido às grandes exigências das instituições financeiras para aprovar uma operação, como comprovantes dos rendimentos, por meio da apresentação do holerite, declaração do imposto de renda, registros contábeis da empresa, comprovação de movimentação financeira em bancos, oferecimento de bens como garantia do pagamento (garantia real), entre outros; como a maioria dos tomadores de microcrédito não possui esses comprovantes, as instituições de microcrédito buscam basear-se em critérios alternativos para avaliarem o potencial de pagamento do tomador, por exemplo, consultando anotações de cadernos de venda de produtos e compras de fornecedores, pontualidade no pagamento das contas pessoais, boletos de lojas, e até mesmo entrevistas e questionamentos a pessoas próximas ao tomador, como parentes e vizinhos, sobre a idoneidade do tomador, e formas flexíveis de garantia do pagamento do empréstimo, como aval solidário (vários

tomadores se auto-avalizando), oferecimento para alienação do que está se comprando, entre outros.

Esses métodos de avaliação de potencial de pagamento são mais maleáveis, podendo ser alterados de acordo com a realidade de cada possível tomador, de forma a atender cada pessoa de maneira individualizada, contrastando com as regras rígidas e hierarquizadas encontradas nas instituições financeiras convencionais, onde as regras para acesso ao crédito são as mesmas para todos, e aqueles que não se enquadram ficam marginalizados deste processo, sem acesso ao crédito.

No Brasil, assim como em diversos países do mundo, tanto avançados como periféricos e semi-periféricos, o atual período da história tem como uma de suas características a falta da oferta de vagas de emprego no setor formal. Dessa forma, a alternativa para obtenção de algum tipo de renda e/ou ocupação, por parte de inúmeras famílias brasileiras, para poder garantir sua sobrevivência, é inserir-se no setor informal da economia. Cabe lembrar a definição de Singer (2003) sobre a diferença entre os termos emprego e ocupação, sendo o emprego o fruto da compra da força de trabalho do empregado pelo empregador, e a ocupação seria toda atividade que propicie sustento a quem a exerce.

As condições de um mercado de trabalho restrito são resultado, antes de mais nada, de um processo histórico global que vem se desenrolando nas últimas décadas, que se concretiza na precarização do trabalho. Como já salientado no capítulo precedente, esse processo nos mostra que o trabalhado vem passando por profundas transformações ao longo das últimas décadas, de forma que as novas relações entre capital e trabalho colocam o trabalhador em condições cada vez mais precárias para exercer suas atividades, além de eliminar centenas de milhões de postos de trabalho, resultando em um movimento que culmina na redução de empregos vinculados ao “núcleo estável” do mercado de trabalho, ou seja, cada vez menos trabalho formalizado, cada vez menos adesão as leis trabalhistas e, consequentemente, cada vez mais a informalidade aparecendo como meio de sustento de milhões de pessoas e famílias.

O setor informal da economia, em 2003, era alternativa de geração de emprego e renda para 13.860.868 pessoas no Brasil (IBGE), o que representava, a época, cerca de 25% da População Economicamente Ativa (PARENTE 2002, apud CRESCER CRÉDITO SOLIDÁRIO, 2008), isto é, um em cada quatro trabalhadores

dependia, para sobreviver, dos rendimentos auferidos em atividades consideradas informais. A magnitude desses dados revela a importância que o setor informal da economia representa para a geração de renda para milhões de pessoas no país que, por não conseguirem se inserir no mercado formal de trabalho, buscam outras formas de obtenção de renda para garantir sua sobrevivência (segundo a literatura estudada, podemos deduzir como sendo inexistente ou inexpressivo o número de pessoas que se inserem no mercado de trabalho informal por opção).

Além da falta do acesso ao crédito para desenvolver seus negócios, as pessoas que trabalham nesse setor encontram ainda outros problemas, como a não contribuição para o fundo previdenciário brasileiro, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, vivendo assim na condição de trabalhadores excluídos dos benefícios do amparo e seguridade social (como aposentadoria, seguro desemprego, afastamento médico remunerado, férias, etc.), a não ser que façam contribuições individuais, o que não vem se revelando prática comum (STOEF, 2003).

Diante deste quadro, e reconhecendo o importante papel desempenhado pelo setor informal da economia na geração de emprego/ocupação e renda para milhões de trabalhadores, começam, em meados da década de 1990, a surgir às primeiras iniciativas no Brasil de organizações voltadas a atender especificamente esse público por meio do oferecimento de empréstimos de pequenos valores, para o desenvolvimento e aprimoramento de suas atividades, em operações de microcrédito.

Em 1996 o Brasil conhece seu primeiro programa de microcrédito a nível nacional, o Programa de Crédito Produtivo Popular – PCPP, tendo como objetivo ofertar recursos para as agências e instituições repassadoras de microcréditos. Em 2003, o PCPP foi substituído pelo Programa de Microcrédito – PM, vigorando até 2005, quando foi criado o atual programa de microcrédito do governo federal, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Dessa forma, a Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, institui PNMPO, que defini:

[...] considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com

os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei. (BRASIL. Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005)

Esta é a definição e algumas diretrizes em que se baseia o PNMPO para colocar em prática esta política pública. Atende, portanto, pessoas físicas e jurídicas empreendedoras que exerçam atividades produtivas de pequeno porte. O Decreto nº 5.288, de 29 de novembro de 2004, regulariza a operacionalização, fiscalização e monitoramento do PNMPO e, dentre outras informações, estabelece um critério para definir o porte de sua atividade, pautado na renda bruta anual do empreendedor, que o classifica como microempreendedor popular ou tomador final, possibilitando assim seu acesso ao crédito. Este decreto considerava atividade produtiva de pequeno porte, ou seja, microempreendedor popular, aquele que auferia renda bruta anual de até R\$ 60.000,00; no entanto, o Decreto nº 6.607, de 21 de outubro de 2008, altera esse parâmetro, passando a considerar microempreendedor popular aquele que obtenha rendas brutas até R\$ 120.000,00 por ano. Essa medida, sem sombra de dúvidas, permite uma maior expressividade do programa, posto que abre a possibilidade de muitos outros empreendedores obterem o crédito.

Percebe-se claramente que a metodologia para concessão de microcréditos, no âmbito do PNMPO e previsto na lei própria, é completamente distinta daquela utilizada por bancos convencionais para concessão de créditos, o que pode explicar, em parte, a possibilidade das instituições de microcrédito poderem trabalhar com condições mais flexíveis para o oferecimento do crédito. Esta metodologia, como salienta a lei, leva em consideração o relacionamento direto com o empreendedor, inclusive em seu local de trabalho, o que permite um contato mais próximo entre o agente de crédito (que é o funcionário que trabalha nas instituições

de microcrédito, responsável pelo acompanhamento da operação de crédito e do contato direto com os empreendedores) e o microempreendedor, possibilitando uma análise mais rica e detalhada da realidade destes, em contraposição aos métodos bancários convencionais, que se baseiam em papéis comprobatórios de renda, no quais os funcionários raramente saem das agências bancárias para conhecer a realidade de seus clientes, principalmente no caso dos empreendedores na condição de pessoa física.

Outra possibilidade que também influencia e ajuda a compreender o fato de as instituições de microcrédito oferecerem créditos àqueles que não o conseguem em bancos convencionais é a natureza distinta dos objetivos dessas instituições: enquanto os bancos convencionais oferecem o produto de crédito, inclusive suas linhas destinadas ao microcrédito, objetivando auferir lucro, as instituições de microcrédito com funcionamento no âmbito da PNMPO tem como objetivo incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares (Art. 1º da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005), por meio da concessão de empréstimos de pequenos valores, possibilitando a abertura e/ou desenvolvimento e crescimento de pequenos negócios e/ou atividades que possam gerar renda ao tomador. Nesse sentido, os bancos convencionais trabalham no sentido de excluir do acesso ao crédito (segundo seus próprios critérios) qualquer pessoa que ofereça riscos de não conseguir quitar as parcelas do empréstimo, ou seja, além de não trazer lucro, trazer prejuízo ao banco; já as instituições de microcrédito, com foco no desenvolvimento social e, menos preocupados com grandes lucros, tornam o acesso ao crédito mais flexível para as pessoas que normalmente encontram bastante restrição em bancos convencionais.

A Lei 11.110, de 25 de abril de 2005 estabelece ainda, em seu artigo 4º, que é permitida a realização de operações de crédito, no âmbito das políticas do PNMPO, sem a exigência de garantias reais, cabendo a instituição credora decidir qual a garantia a ser utilizada. Embora atualmente a não exigência de garantias reais para empréstimos de pequenos valores seja uma realidade também em bancos convencionais, não se trata de uma prática que aconteça em todos os bancos. Assim, a possibilidade da realização de operações de crédito, no âmbito das instituições ligadas a PNMPO, sem a exigência de garantias reais, sem dúvida age como um facilitador e um estímulo para a tomada do crédito por parte dos excluídos ao crédito bancário comum.

Algumas dessas organizações que oferecem microcrédito aos trabalhadores informais e microempresas não se restringem apenas a disponibilizar recursos financeiros para apoiar esse público, buscando também trabalhar no sentido de promover o aperfeiçoamento e qualificação desses trabalhadores, oferecendo assistência para empreendimentos, cursos de requalificação e identificação de oportunidades, fomento de grupos de trabalhos formais, entre outros. Alguns autores defendem a ideia de que as políticas de oferecimento de microcrédito têm de vir acompanhados de outras iniciativas de apoio a esse público, como citam Toneto e Gramaud:

Muitos estudos concluem que o microcrédito deve ser combinado com outros instrumentos para ser uma política eficaz. Em vários programas de microcrédito existe uma ligação entre treinamento e crédito, o que facilita a seleção e melhora a capacidade de pagamento (Reinke, 2000). Além de treinamento, muitas vezes são necessárias certas ações para facilitar a inserção dos produtores no mercado – ou seja, o combate à pobreza requer um conjunto integrado de instrumentos. (TONETO; GREMAUD, 2002, p. 97).

Os recursos do PNMPPO são basicamente de duas fontes: 1) do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que tem como objetivo o custeio de programas de políticas públicas relacionadas ao trabalho, sendo um órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; os recursos desta fonte são utilizados pelas instituições financeiras Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, e Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, e 2) parcela dos recursos de depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003. A lei em questão especifica que:

Art. 1º Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão aplicada em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores parcela dos recursos oriundos dos depósitos à vista por eles captados, observadas as seguintes condições:

I - os tomadores dos recursos deverão ser:

a) pessoas físicas detentoras de depósitos à vista e aplicações financeiras de pequeno valor;

- b) microempreendedores que preencham os requisitos estabelecidos para operações de crédito concedidas por entidades especializadas em operações de microcrédito; ou
- c) pessoas físicas de baixa renda selecionadas por outros critérios; e

II - as taxas de juros efetivas serão limitadas, vedada a cobrança de quaisquer outras taxas ou despesas, à exceção de taxa de abertura de crédito. (BRASIL. Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003)

Observamos que a Lei nº 10.735, de 11 de dezembro de 2003, estabelece que bancos comerciais¹⁰, bancos múltiplos¹¹ com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal devem, obrigatoriamente, destinar parte dos recursos captados em depósito à vista para operações de crédito para pessoas de baixa renda e a microempreendedores, o que engloba não somente o crédito produtivo, voltado ao empreendedorismo, mas também o crédito para consumo. A Lei 11.110, de 25 de abril de 2005 regula que, para tomar este crédito, a pessoa física deve possuir somente depósitos a vista e/ou aplicações financeiras de pequeno valor, além da possibilidade das instituições estabelecerem outros critérios para selecionar as pessoas de baixa renda; já no caso dos microempreendedores, estes devem atender as exigências e critérios usualmente aceitos em uma instituição especializada em operações de microcrédito. Embora esta lei disponha sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, seu texto é vago, não sendo possível interpretar quais parâmetros são utilizados para definir uma pessoa de baixa renda, tampouco os critérios válidos para aprovação de crédito aos microempreendedores.

¹⁰ Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (Resolução CMN 2.099, de 1994).

¹¹ Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (Resolução CMN 2.099, de 1994).

Existe ainda a possibilidade de outras fontes de recursos para o PNMPO, como do orçamento geral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, somente quando forem alocados para operações de microcrédito produtivo rural efetuadas com agricultores familiares no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, incluído como possibilidade de recurso pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e ainda de outras fontes alocadas pelas instituições financeiras ou instituições de microcrédito produtivo orientado.

O BNDES participa diretamente da política pública de microcrédito nacional desde 1996, quando foi criado o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), oferecendo verba para as instituições repassadoras e que trabalham diretamente com os microempreendedores. Em 2005, buscando seguir as diretrizes da nova política de microcrédito produtivo orientado, o PNMPO, o BNDES institui o Programa de Microcrédito do BNDES - PMC, que vigora até o fim de 2009. No início de 2010, buscando, entre outros objetivos, conferir maior agilidade e rapidez no repasse de créditos as instituições financeiras de microcrédito e garantir a existência de recursos para ser passado de forma permanente a estas instituições, o PMC é substituído pelo programa BNDES Microcrédito. Assim, a instituição que tenha interesse em trabalhar com o oferecimento de microcréditos deve procurar o BNDES, um dos braços operacionais da PNMPO.

Cabe aqui salientar que as instituições de microcrédito que trabalham com recursos do BNDES têm a possibilidade de atender a um público maior, pois o programa BNDES Microcrédito considera atividades empreendedoras de pequeno porte aquelas que obtenham renda bruta anual de até R\$ 240.000,00, o dobro do que o PNMPO estabelece para outros órgãos.

No âmbito do BNDES microcrédito, os juros podem ser de até 4% ao mês, com o crédito podendo ser de até R\$ 15.000,00, com possibilidade ainda de ser cobrada uma Tarifa de Abertura de Crédito no valor de até 3% do valor financiado.

No entanto, não é apenas no âmbito do governo federal que se observa políticas públicas destinadas ao microcrédito. O governo do Estado de São Paulo, por exemplo, mantém, desde 1998, o Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular do Estado de São Paulo, conhecido como Banco do Povo Paulista. Esta política é executada pela Secretaria do Emprego e Relações do

Trabalho, atuando em parceria com os municípios do Estado. O crédito é destinado às empresas, cooperativas e associações voltadas a atividades produtivas com faturamento bruto inferior a R\$ 240.000,00 nos últimos 12 meses, e aos microempreendedores individuais e pessoas físicas que trabalhem por conta própria. O valor dos juros é pré-fixado em 0,7% ao mês, e o valor deve ser investido em capital de giro ou investimento fixo. O tomador deve residir no município há pelo menos dois anos ou ter um negócio no município há mais de dois anos, não podendo ter restrições financeiras em órgãos de proteção ao crédito (como Serasa e Serviço Central de Proteção ao Crédito - SCPC), e deve apresentar ainda um avalista.

Percebemos então que as formas de atuação e de políticas públicas sobre microcrédito podem variar, tendo como resultado das diferentes legislações específicas de cada política a diferença sobre quem pode obter o microcrédito, sua taxa de juros e formas de garantia, entre outros aspectos distintos.

Trabalhou-se neste capítulo algumas concepções sobre desenvolvimento, o questionamento sobre a ótica do desenvolvimento unicamente econômico, apresentando ainda o conceito de desenvolvimento socioespacial. Abordou-se o tema de políticas públicas sob o viés de este ser utilizado pelo Estado como possibilidade de aumentar e melhorar o desenvolvimento, por meio do aumento da qualidade de vida e justiça social dos cidadãos, mostrando alguns conceitos e apresentando, de forma sucinta, a evolução do tema no Brasil; mostrou-se também o conceito e as características do microcrédito, apresentando os principais elementos do funcionamento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, a política pública de microcrédito do governo federal.

4 OS DESDOBRAMENTOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE MICROCRÉDITO EM LONDRINA/PR

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA CASA DO EMPREENDEDOR DE LONDRINA

Londrina possui hoje uma instituição que trabalha com o oferecimento de microcréditos, a Casa do Empreendedor de Londrina. Ela fica localizada na rua Mato Grosso, número 77, no centro da cidade.

A instituição foi criada por meio da iniciativa da Prefeitura Municipal de Londrina com o escopo de implantar o microcrédito produtivo orientado no município, visando apoiar pequenos empreendimentos formais e informais com o oferecimento de crédito, objetivando principalmente a geração de trabalho e renda e combate a fome e a miséria. Assim, em 29 de agosto de 1997, é criada a instituição pela assembleia dos associados, com a forma de entidade civil sem fins lucrativos, iniciando suas atividades operacionais em 18 de novembro de 1997, com os seguintes associados:

- Companhia de Desenvolvimento de Londrina - CODEL (representante do município) - atualmente Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL;
- Sindicato dos Contabilistas de Londrina - SINCOLON;
- Sociedade Rural do Paraná;
- Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL;
- OAB - Secção Londrina;
- Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico de Londrina;
- ADIPAR - Associação do Desenvolvimento da Indústria Informal do Paraná;
- Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Londrina;
- ARATEL - Associação Recreativa e Atlética SERCOMTEL

Para o início das atividades, a prefeitura municipal fez um aporte de R\$1.000.000,00, a princípio como empréstimo a ser pago em cinco anos, sem juros. Em 2003, esse recurso foi convertido em subvenção social¹², possibilitando o

¹² Subvenção Social é uma modalidade de transferência de recursos financeiros públicos, para organizações, governamentais e não governamentais, de caráter assistencial e sem fins lucrativos, com o objetivo de cobrir despesas de custeio. (OBID)

município a ter uma vaga no Conselho de Administração da instituição, que passa a contar então com dez associados. Em 2001, a Casa do Empreendedor de Londrina passa por uma reformulação do seu estatuto social, tornando-se uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Atualmente, a fonte de recursos da Casa do Empreendedor é o BNDES Microcrédito, que é um programa do BNDES destinado a fornecer recursos as instituições que trabalham especificamente com microcrédito, a título de empréstimo, para que estas repassem este recurso em operações de microcrédito diretamente ao microempreendedor.

A Casa do Empreendedor de Londrina oferece recursos a pequenos empreendedores, tanto formais quanto informais, atendendo pessoas físicas e jurídicas. Os juros cobrados são fixos, de 3,98% ao mês, para todos os públicos¹³, sem a existência de outras tarifas, como abertura de cadastro, manutenção da operação e agregação de outros produtos para aprovar a operação¹⁴. O atendimento, além de ser realizado na própria Instituição, pode ser feito também no próprio local de atividade do microempreendedor, ou seja, um funcionário da Instituição se desloca até o solicitante, sem isso acrescentar qualquer custo à operação.

Os valores dos empréstimos podem variar entre um mínimo de R\$ 300,00 e um máximo de R\$ 10.000,00. O sistema de amortização da dívida é feito com o pagamento de parcelas mensais, no qual o tomador do crédito pode optar pela quantidade de prestações que melhor lhe convenha, com um número máximo de 12 parcelas. O prazo de carência para iniciar o pagamento do empréstimo é de 30 dias após a tomada do crédito.

O microempreendedor que queira obter um crédito junto a Casa do Empreendedor deve apresentar, no caso de pessoa física, documentos pessoal e comprovante de residência e, no caso de pessoa jurídica, documentos pessoais dos sócios e documentos da empresa. Para avaliação do potencial de pagamento é feito um levantamento socioeconômico do microempreendedor, com o objetivo de

¹³ É prática comum, em bancos convencionais, a variação da taxa de juros de acordo com o risco considerado pelo banco para o retorno financeiro de sua operação de crédito. Quanto maior o risco considerado pelo banco de inadimplência no retorno do empréstimo, maior será a taxa de juros; quanto menor o risco, menor o juro. As instituições de microcrédito não costumam fazer qualquer tipo de diferenciação, mantendo a taxa de juros igual para todos.

¹⁴ Embora ilegal, é prática comum nos bancos convencionais forçar o solicitante de crédito a comprar outros produtos da linha bancária como condição para aprovar a liberação do empréstimo.

identificar qual a real possibilidade de endividamento e qual valor o solicitante poderá pegar.

Para solicitar o crédito, o tomador não pode ter qualquer tipo de restrição junto a órgãos de proteção ao crédito. Deve ainda apresentar garantias, que são: no caso de empréstimos no valor de até R\$ 4.500,00, a apresentação de um avalista; em empréstimos superiores a este valor, deve-se apresentar uma garantia real, normalmente um imóvel ou veículo.

Embora com taxa de juros mensais bem superiores ao observado em outras instituições de microcrédito, como toda a rede de instituições do Banco do Povo Paulista que trabalha com juros de 0,7%¹⁵ ao mês, os 3,98% cobrados pela Casa do Empreendedor de Londrina ainda estão bem abaixo do que os juros praticados pelos bancos convencionais em operações de empréstimos. A burocracia quanto aos documentos e comprovantes de renda exigidos para aprovação do crédito na Casa do Empreendedor é menor se comparada a um banco convencional, pois a Instituição faz um levantamento socioeconômico do solicitante; entretanto, no que diz respeito à exigência de garantias, a necessidade de um avalista ou de garantias reais é certamente um fator burocrático que dificulta e pode até mesmo impedir alguns microempreendedores de terem acesso ao crédito.

Desde o início de suas atividades em 1997, até 10 de agosto de 2010, foram realizadas 15.724 empréstimos a microempreendedores, totalizando um montante de R\$ 50.420.536,39, o que nos remete a uma média do valor aproximado de R\$ 3.200,00 por operação, embora saibamos que trata-se de um dado estatístico que serve apenas como referência geral, pois existem operações de maior e menor valor. Com base nesses dados, a média de operações aprovadas por ano desde o início do funcionamento da Instituição é de 1.120, com valores em torno de R\$ 3.600.000,00 anuais.

Somente no ano de 2010, até o dia 10 de agosto, foram realizadas 1.124 operações, no valor total de R\$ 3.758.560,00, gerando uma média aproximada de R\$ 3.340,00 reais por operação nesse ano.

Percebe-se então que, embora o aspecto burocrático da apresentação de um avalista ou garantias reais possa ser um fator que dificulta a

¹⁵ Uma das possíveis explicações para esta grande diferença nos juros cobrados por estas instituições é o fato de O Banco do Povo Paulista estar vinculado a uma política estadual do Governo de São Paulo, enquanto a Casa do Empreendedor de Londrina está vinculada a política pública federal do PNMPO, via BNDES, ambas sendo, portanto, regidas por regras distintas.

tomada do crédito pelo microempreendedor, os dados apresentados revelam sem dúvida a grande importância que a instituição exerce no que diz respeito ao oferecimento de crédito aos detentores de pequenos negócios formais e informais, a juros menores e com operações ainda assim menos burocráticas que em um banco convencional, repassando mais de cinqüenta milhões de reais para este público em pouco mais de treze anos de existência. Números certamente bastante significativos.

4.2 O REBATIMENTO SOCIOESPACIAL DO MICROCRÉDITO EM LONDRINA

Tendo em vista que microcréditos são operações de empréstimo de pequenos valores, que devem ser investidos de forma empreendedora em atividades que gerem renda a seus tomadores, com objetivo principal de combate a pobreza com a geração de trabalho e renda, destinados a população de baixa renda e inseridos tanto no setor formal como informal, o objetivo central desta pesquisa é analisar se o crédito oferecido por instituições que trabalham com o microcrédito pode ajudar para um maior e melhor desenvolvimento socioespacial, amenizando as consequências da precarização do trabalho, por meio do aumento da qualidade de vida e da justiça social para seus tomadores, na cidade de Londrina/PR, recorte espacial da pesquisa. Para isso, contatamos a Casa do Empreendedor de Londrina, Instituição que oferece microcréditos nessa cidade.

Para atingir esse intuito, desenvolvemos uma metodologia com a finalidade de ouvir dos próprios tomadores de microcrédito desta Instituição sobre o desenvolvimento de seus negócios após a tomada do crédito. Assim, fez-se necessário a realização de entrevistas com a aplicação de questionário (ANEXO 1) aberto a esses tomadores, que puderam indicar e especificar abertamente quais foram às melhorias ou pioras em seus negócios.

A imensa maioria das entrevistas foi realizada em horário comercial. A indisponibilidade de muitos tomadores em poder parar de 20 minutos a 1 hora¹⁶ suas atividades para poder responder o questionário, que é relativamente longo, foi certamente uma dificuldade a ser vencida. Ainda assim, foi possível realizar

¹⁶ Os entrevistados mais objetivos respondiam o questionário em cerca de 20 minutos. No entanto, na maioria dos casos, as entrevistas demoravam um tempo significativamente maior, devido a exposições por parte dos entrevistados sobre as dificuldades e melhorias sobre seus negócios. A riqueza de seus comentários para a pesquisa foi certamente condição para a não interrupção dessas explanações.

entrevistas com 21 tomadores de microcrédito da Casa do Empreendedor de Londrina.

O questionário utilizado na entrevista é composto por 44 perguntas, subdivididas em quatro partes. A seguir, apresenta-se as temáticas trabalhadas no mesmo:

1 – *Identificação*: esta parte objetiva identificar o entrevistado, mediante características como sexo, idade, escolaridade, entre outros;

2 – *Trabalho*: objetiva identificar de forma breve o histórico e o atual período de trabalho do tomador, com perguntas sobre com quais atividades já trabalhou anteriormente, se já trabalhou com registro na carteira de trabalho, qual seu trabalho atualmente, entre outras;

3 – *Residencial*: busca obter diversas informações sobre a residência do tomador e seu contexto: se o imóvel é próprio, a quais itens tem acesso (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, automóveis e outros serviços), quantidade de pessoas que residem, renda total da casa, entre outros;

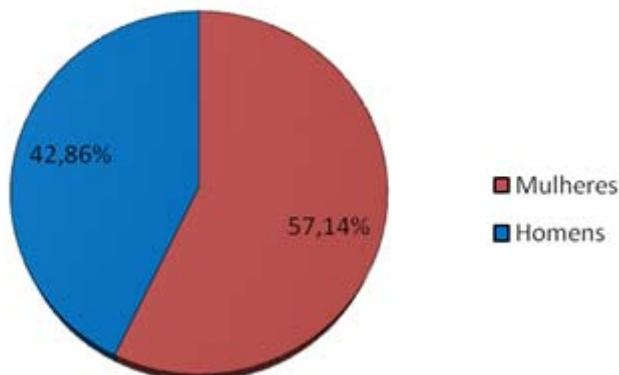
4 – *Casa do Empreendedor de Londrina*: busca levantar informações sobre o relacionamento do tomador com a instituição, questionando sobre dificuldades em obter e pagar o empréstimo, etc., e sobre os desdobramentos após a tomada do crédito, como melhorias (ou não) quanto a suas condições de vida, de trabalho e de renda mensal.

Analisaremos melhor, agora, os dados obtidos na realização das entrevistas mediante a aplicação do questionário, dessa forma a presente análise encontra-se estruturada conforme a subdivisão acima apresentada.

4.2.1 Identificação dos Tomadores de Microcrédito Entrevistados

A composição dos entrevistados por gênero revelou um número significativamente maior de mulheres (Gráfico 1).

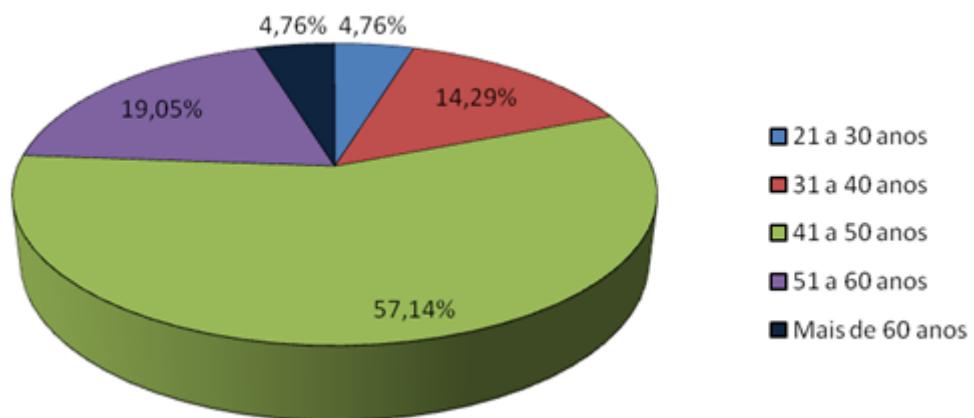
Gráfico 1 – Tomadores de microcrédito entrevistados, segundo o gênero



Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

A faixa etária dos tomadores entrevistados nos trás informações interessantes (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Faixa etária dos tomadores entrevistados



Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

Por meio da análise do Gráfico 2, percebemos que mais da metade dos entrevistados, 57,14% se situam na faixa dos 41 a 50 anos. Os tomadores com idades entre 51 a 60 anos apresentam a segunda classe com maior número de entrevistados, com 19,05%. Se juntarmos as classes 41 a 50, 51 a 60 e mais de 60 anos, teremos um total de 80,95% de microempreendedores entrevistados com mais de 41 anos de idade, contra apenas 19,05% de tomadores até 40 anos.

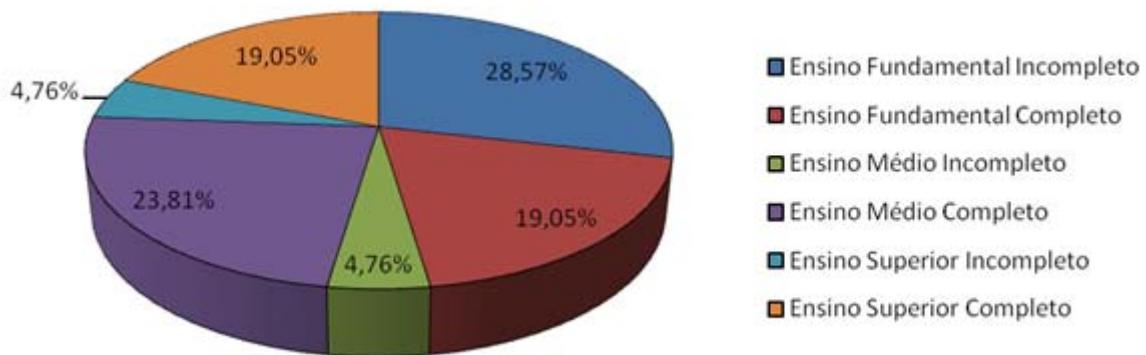
Esses dados revelam que grande parte do público do microcrédito é de pessoas com mais de 41 anos de idade. Importante frisar ainda que não houve nenhuma ocorrência na qual o entrevistado tivesse até 20 anos de idade, dentro do universo da pesquisa .

Quanto à presença de filhos, 90,47% revelaram ter filhos. Já no quesito estado civil, 80,95% dos entrevistados afirmaram serem casados.

Um dado curioso e interessante é que apenas 19,05% dos tomadores entrevistados são nascidos na cidade de Londrina. Isto mostra que os outros 80,95% são naturais de outras cidades e estados, mudando-se para Londrina em algum período da sua vida por quaisquer motivos.

A escolaridade dos microempreendedores entrevistados apresenta-se bastante variada (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Escolaridade dos tomadores entrevistados



Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011)

Percebemos que a classe com o maior número de entrevistados é a Ensino Fundamental Incompleto, com 28,57%. No entanto, outras classes apresentam números também significativos, como os que possuem o Ensino Médio Completo, abarcando 23,81% dos entrevistados; Ensino Fundamental Completo, com 19,05%; e Ensino Superior Completo, também com 19,05%. Nota-se então que a escolaridade dos microempreendedores entrevistados é bastante distinta, apresentando desde aqueles que não possuem nem o ensino fundamental completo até mesmo aqueles que possuem ensino superior completo, ambas as classes apresentando porcentagens significativas do número total de entrevistados.

Isso se deve ao fato, sem dúvida, do grande grupo de microempreendedores que pode ter acesso ao microcrédito, nos moldes como esse é feito na Casa do Empreendedor de Londrina. Como já salientado anteriormente, a Instituição está ligada e trabalha com recursos do programa BNDES Microcrédito, que considera que atividades de pequeno porte são aquelas que obtenham renda bruta anual de até R\$ 240.000,00, independente da condição de pessoa física ou jurídica, em atividades formais ou informais. Dessa forma, é de se esperar que a Instituição atenda aos mais variados públicos, com distintos níveis de escolarização e de organização interna de seus negócios, desde aqueles que auferem rendimentos brutos anuais baixíssimos até aqueles com rendimento mais elevado, beirando o limite de R\$ 240.000,00. Tal situação foi comprovada durante a realização das entrevistas, em que foram encontradas atividades que exigiam maior grau de escolarização formal e de organização interna do ponto de vista burocrático-operacional do que outros, evidenciados, por exemplo, em entrevistas realizadas em um escritório de contabilidade e em uma clínica de estética, se comparadas as atividades de uma salgadeira ou de uma costureira, também alvo de nossas entrevistas.

Com o objetivo de saber sobre a inserção dos microempreendedores no Sistema Financeiro Nacional, perguntamos ainda nesta subdivisão do questionário se os entrevistados possuíam conta corrente em algum banco: 33,33% responderam que não tinham conta corrente, sendo que alguns apontaram a existência de conta poupança; os outros 66,67% revelaram possuir conta corrente em algum banco. Esse dado é bastante significativo no que diz respeito ao acesso a diversos serviços financeiros a esses microempreendedores, apontando que dois terços dos entrevistados podem ter acesso a, por exemplo, um talonário de cheques e a utilização da opção de comprar com o cartão do banco na função de débito, entre outros serviços possíveis somente para detentores de conta corrente.

Embora não seja possível estabelecer uma generalização quanto ao perfil dos tomadores de microcrédito da Instituição, os dados apresentados sobre a identificação dos tomadores certamente nos fornecem características interessantes sobre o público desta Instituição.

Como já salientado anteriormente, o número de mulheres entrevistadas que tomaram microcrédito é significativamente maior que o de homens. A faixa etária dos tomadores está majoritariamente concentrada nas

pessoas com mais de 41 anos de idade, em sua maioria casados e pais e mães de família. A escolaridade desses mostrou-se bastante variada, apresentando desde microempreendedores com poucos até aqueles com muitos anos de estudo. Dois terços dos entrevistados possuem conta corrente, estando assim inseridos com algum grau no Sistema Financeiro Nacional.

Analisemos agora a segunda parte do questionário, referente ao histórico e ao atual período de trabalho dos entrevistados.

4.2.2 Trabalho: Histórico e Período Atual dos Entrevistados¹⁷

Dentre os indivíduos do universo da pesquisa, 95,24% afirmaram ser donos de seus próprios negócios, sozinhos ou em sociedade com outras pessoas. Apenas um dos tomadores revelou trabalhar para um empregador, no entanto, em uma situação bastante específica: esse não possui nenhum empreendimento. Este tomador trabalha como porteiro de um prédio e, embora este tenha afirmado que faz outras atividades em caráter eventual para complementar sua renda, como pintura e serviços de pedreiro, este revelou utilizar os empréstimos para financiar e dar entrada em veículos e para reformar sua casa, e não para desempenhar qualquer atividade que lhe gere renda, já tendo recorrido a empréstimos na Casa do Empreendedor cerca de sete vezes. Essa nos pareceu uma situação bastante estranha, posto que os microcréditos, entre outras características já salientadas neste trabalho, deve ser direcionado a microempreendedores, com o objetivo de combate a pobreza por meio da geração de trabalho e renda.

Os mesmos 95,24% dos entrevistados revelaram não possuir registro na carteira em seus atuais trabalhos, pois são donos de seus próprios negócios, sendo que alguns mencionaram contribuições de forma autônoma ao INSS e/ou retirada de pró-labore; mais uma vez, o porteiro, que não possui empreendimento e trabalha como empregado, foi o único que afirmou possuir registro em carteira de trabalho.

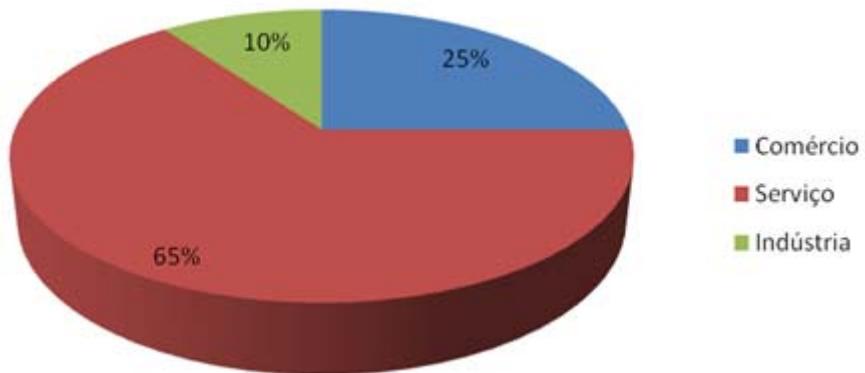
Todos os entrevistados afirmaram já ter trabalhado em algum período da sua vida com registro em carteira.

¹⁷ Todas as análises feitas a partir de dados de empreendimentos próprios dos entrevistados têm como base 20 entrevistas, pois um dos entrevistados não possuía qualquer empreendimento.

Ao serem questionados sobre os trabalhos que já haviam desempenhado anteriormente, obtivemos as seguintes respostas: açougueiro, atendimento ao público, auxiliar administrativo, auxiliar de produção, bancário, balcônista, contador, costureira, cozinheira, depiladora, digitador, doméstica, embalador, facção, mecânico de manutenção, mecânico de refrigeração, metalurgia, plotagem, professor universitário, secretária, serviços gerais, supervisor de vendas, telemarketing, torneiro mecânico, torrefação de café, trabalhador rural, vendedor, entre outros. Percebe-se claramente que, salvo algumas exceções, o predomínio é de atividades que não exigem altos níveis de escolaridade, sendo mão de obra facilmente substituível, caracterizada normalmente por baixos salários.

Todos entrevistados afirmaram que seus empreendimentos eram exercidos em locais fixos, embora saibamos da existência de microempreendedores que recorrem a créditos na Casa do Empreendedor de Londrina que exercem sua atividade com alguma mobilidade, como vendedores ambulantes. Assim, entre os entrevistados, encontramos os seguintes empreendimentos: centro de estética, comércio de produtos para atividade artística (molduras, tecidos, tintas e artesanato em geral), confecção e estamparia, corte de tecidos (industrial, semi industrial e artesanal), distribuidora de materiais e produtos de limpeza, escritório de assessoria contábil, fábrica de tintas de serigrafia, facção, imobiliária, laboratório de próteses odontológicas, lanchonete, oficina de caminhões, oficina de costura, *pet shop*, salão de cabeleireiro e sorveteria. Alguns empreendedores exerciam suas atividades em mais de um ramo, como no caso das fábrica de tintas para serigrafia e da imobiliária, ambas sendo do mesmo dono. Vale destacar ainda que os empreendimentos que mais apareceram durante as entrevistas foram salão de cabeleireiro e oficina de costura, com cinco entrevistados no primeiro e quatro no segundo.

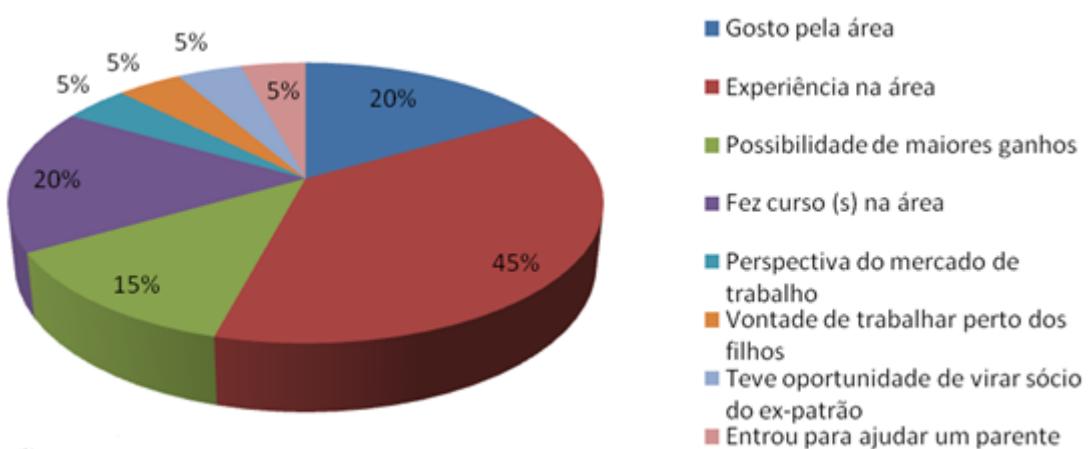
Assim, o setor de atividade dos entrevistados está concentrado majoritariamente no setor de serviços (dividido no gráfico 4 entre Comércio e outros serviços), e com menor intensidade na indústria, como apontado no Gráfico 4, que distribui os empreendimentos por setor da economia.

Gráfico 4 – Setor de atividade dos entrevistados

Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

Percebemos então em dados aquilo já salientado no ítem 2.1 deste trabalho, que o setor de serviços vem desempenhando um papel importante na geração de emprego e renda para muitos trabalhadores, servindo para amenizar a falta de empregos para parcela da população, ocasionando, entretanto, o inchamento deste setor.

Ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a optar pelo seu ramo de empreendimento (o porque da escolha desse empreendimento, e não outro), obtivemos diversas respostas, sendo que alguns dos tomadores revelaram mais de um motivo, os quais podem ser visualizados no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Motivo da escolha de seus empreendimentos

Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

O Gráfico 5 mostra a porcentagem de entrevistados que responderam um ou mais motivos. A experiência anterior de atuação na área foi o principal motivo que levou os entrevistados a optarem por determinado empreendimento, sendo que 45% dos tomadores alegaram essa como sendo a razão principal da escolha por seu negócio. Estes dado nos revela uma informação importante: embora a experiência na área não garanta por si só que o empreendimento e/ou atividade será bem sucedida, é um fator que facilita o microempreendedor a iniciar um negócio nesse ramo, da qual já tem conhecimento, tendo inclusive certamente maiores chances de sucesso no empreendimento, se comparada a um empreendedor que inicia um negócio sem experiência no ramo. Tal situação pode ser comprovada pelo significativo número de entrevistados que alegaram que a principal razão de optarem por aquele ramo é a experiência na área, isto é, o fato desses já conhecerem o funcionamento e/ou o modo de desempenhar aquela atividade/função. Em outras palavras, “arriscam” iniciar um negócio exercendo uma atividade que já conhecem.

A vontade de exercer tal atividade e a realização de cursos na área (55% dos entrevistados afirmaram ter feito um ou mais cursos na área do empreendimento) aparecem como segundo motivo principal, com 20% cada um. A possibilidade de maiores ganhos em relação a sua atividade anterior apareceu como motivo para 15% dos entrevistados. Outras razões menos alegadas, mas não menos importantes, foram a perspectiva do mercado de trabalho, vontade de trabalhar perto dos filhos, oportunidade de fazer parte de uma sociedade e ajuda para parentes, com 5% cada.

Nenhum dos entrevistados afirmou ter tido apoio de alguma instituição ou órgão para decidir sobre o empreendimento a ser aberto. No entanto, alguns revelaram a tentativa de recorrer ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, mas desistiram posteriormente, por diversos motivos, a saber: alguns afirmaram que a Instituição é muito burocrática; um entrevistado mencionou que, segundo uma consulta ao SEBRAE, esses lhe afirmaram que as perspectivas de mercado de seu negócio não eram boas, e que ele iria falir em pouco tempo; outro tomador afirmou que para se abrir um empreendimento nos moldes como a Instituição orienta, são necessárias grandes quantias de capitais, exemplificando com a experiência pela qual passou, em que, ao dispor de determinada quantia de capital para iniciar um negócio, procurou orientação do SEBRAE, onde disseram que

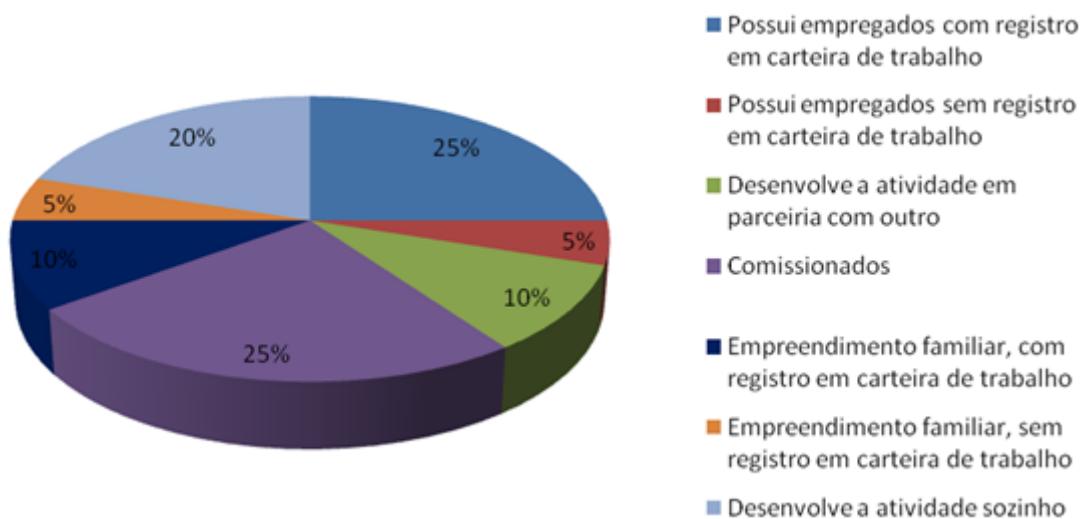
seria necessário um valor bem maior de capital para conseguir iniciar o empreendimento.

Quanto ao local de desenvolvimento de suas atividades, 50% dos microempreendedores responderam pagar aluguel. Já pela utilização dos equipamentos utilizados, nenhum revelou pagar qualquer taxa.

Esclare-se que 80% dos entrevistados possuem alvará de funcionamento para seus estabelecimentos. Esse é um dado bastante interessante, pois demonstra a preocupação da maioria dos entrevistados em obter algum tipo de autorização da prefeitura municipal para exercer suas atividades. É importante frisar que a Casa do Empreendedor de Londrina não exige essa autorização, financiando também empreendimentos sem o alvará.

Observemos agora o Gráfico 6 que mostra características quanto ao desenvolvimento da atividade no que diz respeito a natureza dos envolvidos.

Gráfico 6 – Característica do desenvolvimento da atividade



Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

Apenas 20% dos entrevistados responderam que desenvolvem suas atividades sozinhos. Dessa forma, mais de 80% dos tomadores que foram alvo desta pesquisa precisam de mais pessoas para colocar em prática suas atividades, necessitando contratar pessoal e consequentemente gerando trabalho e renda para esses, mesmo que a relação de trabalho não seja formal.

Assim, 25% dos tomadores responderam que possuem funcionários devidamente registrados em carteira de trabalho. Este dado é significativo no sentido de demonstrar que mesmo microempreendimentos podem contribuir para gerar trabalhos inclusive formalizados. Já 25% dos entrevistados alegaram ter funcionários comissionados, isso é, utilizam o espaço do tomador, em troca de uma taxa por serviço utilizado. Esse número significativo de comissionados se deve sem dúvida a realização de entrevistas com diversos donos de salão de cabeleireiro, em que seus funcionários trabalham no sistema de comissionamento, utilizando o espaço do salão do empreendedor quando quiser, fazendo seu próprio horário, pagando para ele uma taxa pre-fixada ou uma porcentagem dos serviços realizados.

O empreendimento familiar é o modo de operar de 15% dos entrevistados, sendo 10% com carteira assinada e 5% sem esse registro. A parceiria entre dois ou mais sócios é realidade para 10% dos entrevistados. Já a contratação de funcionários sem registro em carteira de trabalho foi alegada por apenas 5% dos microempreendedores.

Apenas 10% dos entrevistados afirmaram que exercem alguma outra atividade para complementar a renda. Mais importante ainda, 75% dos tomadores revelaram que a renda que conseguem com seu empreendimento é a mais importante da casa. Esses dados demonstram a importância que os microempreendimentos tem no sentido de ser fonte de renda e sustentar indivíduos e famílias inteiras, tendo importância crucial para três quartos dos entrevistados, ao ser a principal renda da casa.

Por meio da análise dos dados aqui apresentados, podemos tecer alguns comentários. A quase totalidade dos entrevistados não possui registro em carteira devido, sobretudo, a sua condição de donos de seus próprios negócios; no entanto, poucos foram os que revelaram contribuir de forma autônoma ao INSS ou retirar o pró-labore. Todos já haviam trabalhado, em algum momento de sua vida, com registro em carteira; contudo, a maioria dessas atividades que foram exercidas exigiam baixa escolarização e representavam mão de obra facilmente substituível, ocasionando baixos salários.

Todos os empreendimentos dos entrevistados eram em locais fixos, situados principalmente no setor de serviços, depois comércio e somente alguns casos na indústria. O motivo da escolha por seus empreendimentos moutrou-se

bastante variado, indo desde experiência e gosto pela área até a proximidade de trabalhar próximo aos filhos.

Embora alguns buscaram algum auxílio, nenhum deles seguiu orientação de alguma instituição para iniciar seus negócios. A revelia de orientações pessimistas sobre determinados negócios encontradas nessas instituições, os tomadores iniciaram e vivem de seus negócios.

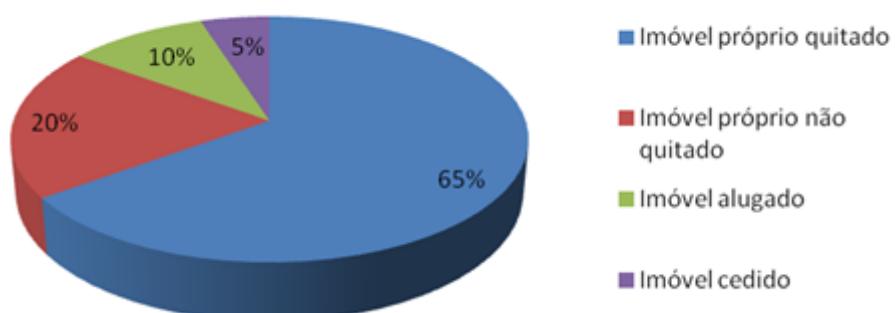
A importância desses microempreendimentos para a geração de trabalho e renda não só para estes empreendedores, mas também para funcionários contratados, é evidenciada nos 80% de entrevistados que afirmaram que não desenvolvem suas atividades sozinhos, ou seja, precisam de mais pessoas para auxiliá-los.

Adentremos, agora, em uma análise com ênfase socioeconômica, sobre a residência dos entrevistados e seu contexto socioespacial.

4.2.3 Caracterização do Contexto Socioeconômico dos Entrevistados¹⁸

No que diz respeito a situação da residência dos entrevistados, quanto a posse, 65% deles afirmaram possuir imóvel próprio quitado, 20% imóvel próprio não quitado, enquanto a opção de aluguel era realidade para apenas 10% deles, e 5% imóvel cedido por parentes (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Situação da residência, quando a posse



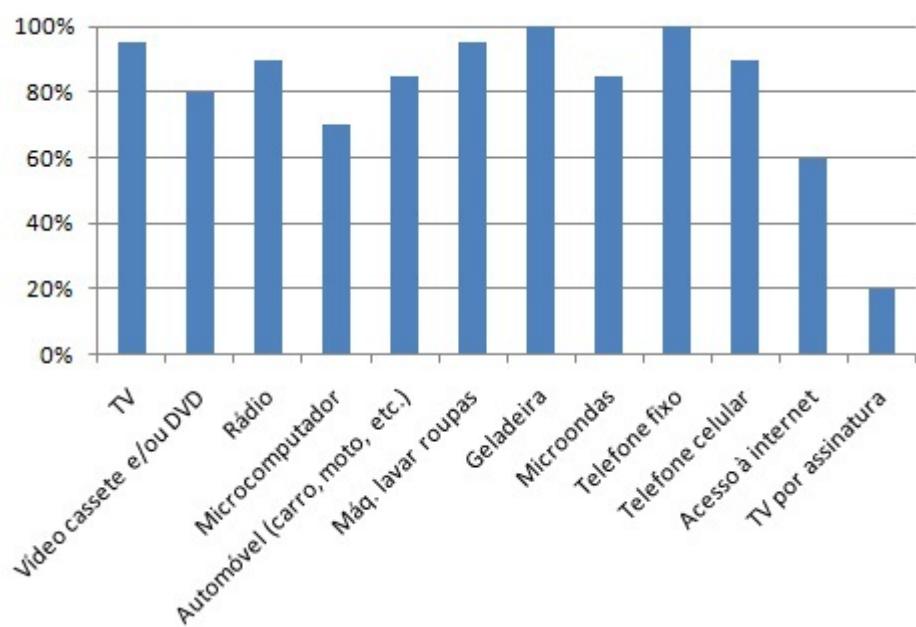
Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

¹⁸ Os dados dessa parte da pesquisa tem como base 20 entrevistados, pois um deles negou-se a responder.

Percebemos então que os imóveis próprios, quitados e não quitados, são realidade para 85% dos entrevistados, predominando a situação daqueles que já quitaram a dívida contraída para obtenção de sua residência.

Questionados sobre diversos itens existentes em suas casas, obtivemos o resultado apresentado no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Itens na casa dos entrevistados

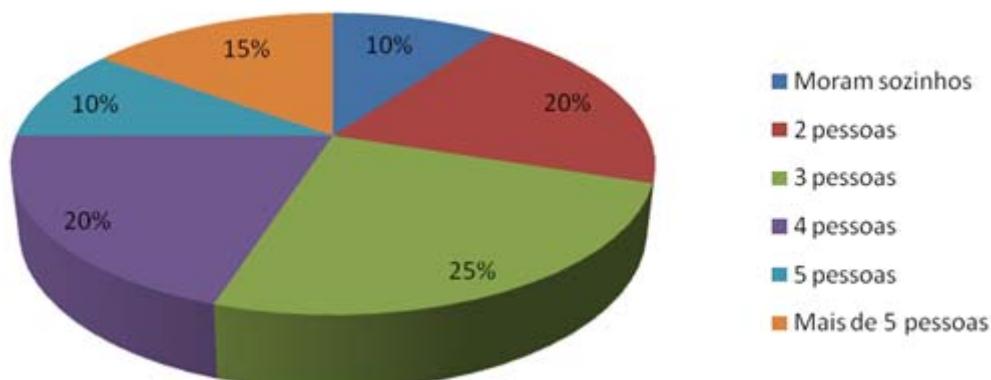


Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

O Gráfico 8 mostra a porcentagem de entrevistados que afirmaram possuir determinados itens. Os itens geladeira e telefone fixo estiveram presentes em todas as residências, televisão e máquina de lavar roupas estão logo abaixo, com 95%, seguidos de perto por rádio e telefone celular, com 90% cada. Chama atenção o significativo número de tomadores que possuem microcomputador, atingindo 70% desses, sendo que 60% do número total de entrevistados possuem acesso a internet em suas casas. Outro dado significativo é os 85% que alegaram possuir algum tipo de automóvel. A televisão por assinatura foi o item que menos apareceu em suas residências, estando presente em apenas 20%.

Quanto ao número de pessoas que moram em suas residências, temos a configuração presente no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Número de moradores em suas residências



Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

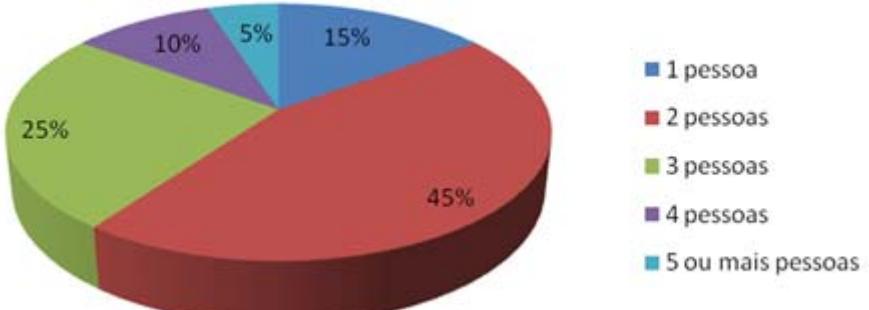
Percebemos então que apenas 10% dos microempreendedores entrevistados moram sozinhos. Isso revela que 90% deles moram em duas ou mais pessoas. Os que afirmaram morar em três pessoas representaram a maior parte dos entrevistados, sendo 25% nessa situação. Em 15% dos casos, moram mais de cinco pessoas na casa dos tomadores. A média fica em 3,45 moradores por residência dos entrevistados.

Mesmo longe da pretensão de buscar qualquer tipo de generalização, não podemos deixar de evidenciar o óbvio: quanto maior o número de integrantes em uma residência, maior seu custo de manutenção. Isso não equivale a dizer, em hipótese alguma, que os tomadores cuja residência more mais pessoas tenham rendas mais elevadas do que aqueles em que suas casas moram menos pessoas; o que queremos frisar é que o atendimento a necessidades como alimentação e higiene, e serviços como energia elétrica e água, terão custos maiores em residências com mais pessoas¹⁹.

A relação da quantidade de pessoas na residência dos tomadores que trabalhavam no período das entrevistas pode ser visualizada no Gráfico 10.

¹⁹ Embora saibamos que as necessidades alimentares e de higiene, tanto quanto a utilização de energia elétrica e de água, possam variar entre as residências de acordo com os costumes de seus moradores (por exemplo, uma família pouco numerosa pode ter uma alimentação mensalmente mais custosa que uma família muito numerosa, dependendo dos produtos e das marcas dos produtos que consumirem; do mesmo modo, a utilização de energia elétrica e de água podem também ser mais dispendiosa em uma família com menos integrantes, mas que consome de maneira elevada esses serviços), estamos nos referindo à utilização diária mínima necessária para manter essas famílias.

Gráfico 10 – Número de pessoas na residência dos entrevistados que possuíam algum trabalho

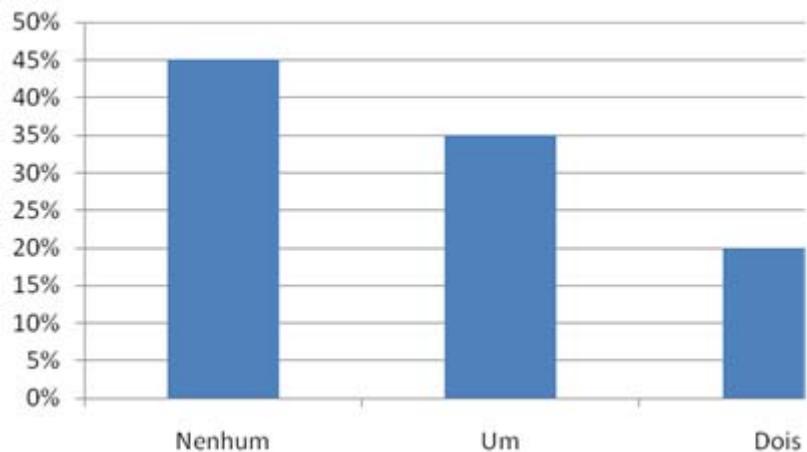


Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

Em 45% dos casos, quase metade das residências dos entrevistados, duas pessoas eram responsáveis pelo rendimento familiar. Em 25% das situações, os tomadores alegaram que três pessoas que moravam em suas residências trabalhavam. Já a situação em que uma única pessoa na residência trabalha (o entrevistado, em seu empreendimento) apareceu em 15% dos casos, demonstrando mais uma vez que os microempreendimentos podem, por vezes, ser responsáveis pelo sustento de famílias inteiras. Os casos com quatro e cinco ou mais pessoas trabalhando também estiveram presentes, mas com menos freqüência, com 10% e 5%, respectivamente. Temos, em média, 2,45 trabalhadores por residência dos entrevistados.

Os dados acima mostram apenas o número de pessoas que trabalhavam por residência dos tomadores, independente de ser com ou sem registro em carteira de trabalho. Vejamos agora, no Gráfico 11, a quantidade de trabalhadores com e sem registro em carteira nessas residências.

Gráfico 11 – Trabalhadores com registro em carteira de trabalho, por residência dos entrevistados

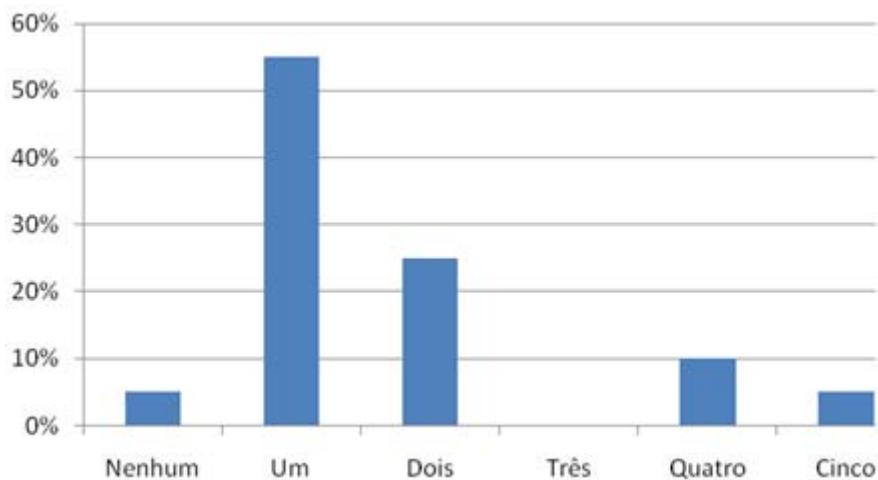


Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

Esse gráfico demonstra um dado muito preocupante: embora a média seja de 3,45 moradores por residência dos entrevistados, e a média de trabalhadores nessas residências seja de 2,45, 45% dos tomadores, quase metade, alegaram que não há nenhum morador em suas residências que trabalhe com registro em carteira de trabalho. Em 35% das moradias, o número foi de um trabalhador registrado. Nenhum dos microempreendedores entrevistados afirmou que em sua residência tinham mais do que dois trabalhadores registrados, sendo que essa situação representa 20% dos casos.

Analizando o Gráfico 12, que mostra o número de trabalhadores sem registro em carteira de trabalho, por residência dos entrevistados, evidencia-se informações igualmente preocupantes.

Gráfico 12 – Trabalhadores sem registro em carteira de trabalho, por residência dos entrevistados

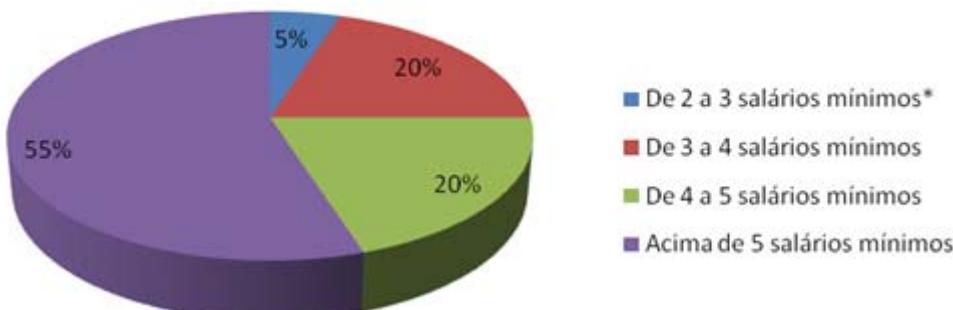


Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

Percebemos então que o número de residências dos entrevistados que não possuem nenhum trabalhador sem registro em carteira de trabalho é muito pequeno, de apenas 5%, representando um único entrevistado, e justamente aquele estranho caso do entrevistado que não possuía qualquer tipo de empreendimento e trabalha como porteiro de um prédio, apresentado no subtópico 4.2.2. De qualquer forma, isso equivale a dizer que em 95% dos casos, as moradias dos microempreendedores têm uma ou mais pessoas que trabalham sem registro formal. Como já frisado anteriormente, 95,24% dos entrevistados afirmaram não possuir registro formal em carteira, dada sua condição de empreendedor dono do próprio negócio; assim, obviamente, eles são os trabalhadores sem registro nas 55% de residências que afirmaram possuir um único trabalhador sem o registro formal de trabalho. Os tomadores entrevistados que afirmaram ter dois trabalhadores sem registro em carteira em suas residências corresponde a 25% do total, sendo que nenhum afirmou ter três moradores nessa condição. No entanto, os que alegaram ter quatro e cinco trabalhadores sem carteira de trabalho assinada que moram em suas residências representam 10% e 5%, respectivamente.

A renda média mensal total da casa (soma da renda de todos os residentes da casa, no mês) dos entrevistados encontra-se estratificada por salários mínimos, a qual pode ser observada no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Renda total mensal, por residência



*Salário mínimo á época: R\$510,00

Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

Observamos então que a renda média mensal total em 55% das residências dos entrevistados é acima de cinco salários mínimos, representando, à época da aplicação do questionário, rendimentos acima de R\$ 2.550,00 mensais. Já os que afirmaram receber entre três a quatro e entre quatro a cinco salários mínimos representaram 20% dos casos cada um. Apenas 5% afirmou ter rendimento total residencial de dois a três salários mínimos. Nenhum dos entrevistados afirmou que os rendimentos de sua casa são inferiores a dois salários mínimos. Trazendo mais uma vez a informação de que 75% dos tomadores afirmaram que os rendimentos conseguidos com o empreendimento é o mais importante da casa, fica clara a importância desses micronegócios para essas famílias.

Os dados apresentados nessa parte deste trabalho são bastante significativos. Observamos que a grande maioria dos entrevistados possui casa própria, sendo que a maioria tem acesso a diversos itens em suas casas, como televisão, rádio, máquina de lavar roupas, microcomputador, acesso a internet de casa, e mesmo algum tipo de automóvel. Vimos que a média de moradores é de 3,45 por residência, tendo essas em média 2,45 pessoas que trabalham. Mesmo com essas médias, é importante frisar que houve casos de pessoas que moravam sozinhas, bem como aquelas moradias que abrigavam mais de cinco pessoas. O mesmo se dá em relação ao número de trabalhadores, apresentando de um a mais de cinco.

Os dados referentes ao registro em carteira são de certa forma preocupantes, tendo em vista que em quase metade das residências dos

microempreendedores, não há nenhum trabalhador com registro formal em carteira de trabalho, e, em 35% dos casos, havia apenas um com registro formalizado. A renda média mensal da casa dos entrevistados surpreendeu, sendo acima de cinco salários mínimos em 55% dos casos.

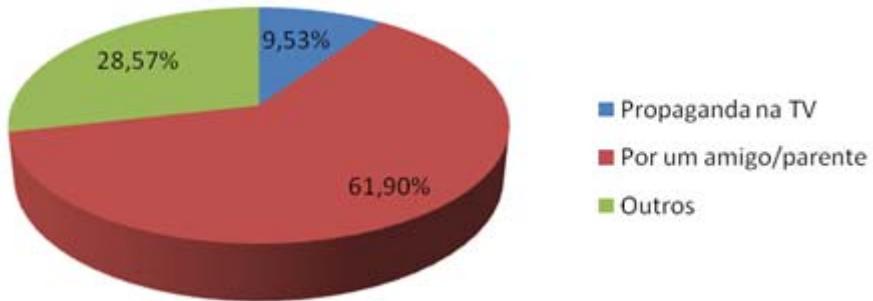
Todos os dados levantados até o presente momento têm o intuito de demonstrar em linhas gerais algumas características dos empreendedores que utilizam os microcréditos propiciados pela Casa do Empreendedor de Londrina, sobre sua identificação, possibilitando estabelecer um perfil dos entrevistados, dados sobre o trabalho atual e outras funções que já desempenharam ao longo de suas vidas, e informações sobre seu contexto residencial. Esses dados nos permitiram certamente conhecer melhor a realidade dessas pessoas, extraindo informações importantes e pertinentes ao presente trabalho, apresentadas ao longo deste capítulo.

Analisaremos então, agora, os dados levantados quanto às transformações socioeconômicas e socioespaciais ocorridas aos microempreendedores a partir do acesso ao crédito na Casa do Empreendedor de Londrina.

4.2.4 Melhorias, Dificuldades e Transformações Socieconômicas e Sociespaciais a partir do Crédito

Diversos são os meios utilizados pela Casa do Empreendedor de Londrina para divulgarem os serviços prestados pela Instituição, como: propagandas na mídia local, em jornais, revistas, rádio, e televisão, panfletagem, visita aos empreendedores em seus próprios negócios, entre outros (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Como ficaram sabendo da Casa do Empreendedor de Londrina



Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

Embora, como já salientado, sejam utilizados diversos meios de divulgação da Casa do Empreendedor de Londrina na mídia local, apenas 9,53% dos entrevistados afirmaram ter ciência da existência dessa Instituição por meio dessa forma de propaganda. A grande maioria dos entrevistados revelou que a indicação de um amigo/parente foi o modo como conheceram a Casa do Empreendedor de Londrina. Esse dado revela que a informação repassada por meio do “boca a boca” vem sendo o meio mais comum e eficaz de fazer os microempreendedores chegarem a este meio de obterem empréstimos. Outros meios de divulgação, como a panfletagem e a visita direta aos empreendimentos foi responsável por 28,57% dos tomadores chegarem a Instituição.

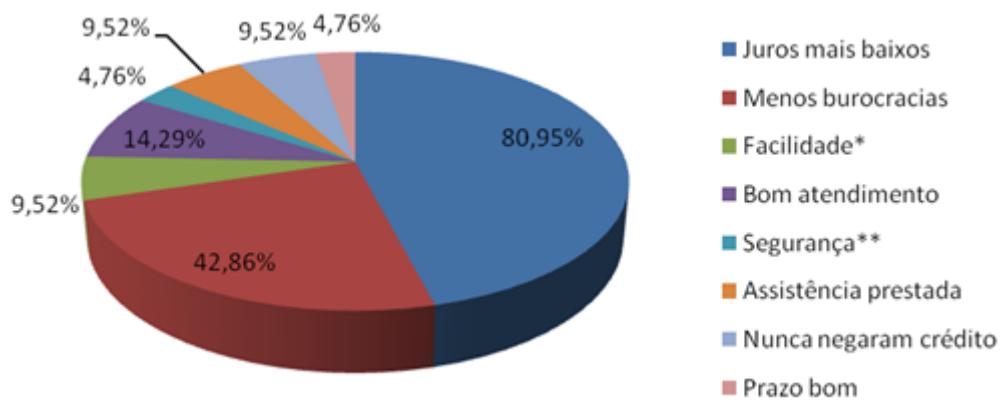
Quando questionados sobre se encontraram alguma dificuldade em obter o crédito na Instituição, a resposta foi afirmativa em 9,53% dos casos. As dificuldades alegadas foram a necessidade de apresentar um avalista, apresentação de pagamento de boletos de lojas diversas e oferecimento de garantia real, nesse caso, um imóvel (nessa situação, tratava-se, portanto, de um crédito acima de R\$ 4.500,00, em que a Instituição exige garantia real, como o imóvel). Embora a apresentação de avalista e de boletos quitados de lojas foram citados como dificuldades por alguns entrevistados, tratam-se de meios alternativos de avaliar o potencial de pagamento do tomador, meios esses menos burocráticos que aqueles muitas vezes encontrados em bancos convencionais. Os outros 90,47% dos entrevistados não afirmaram ter encontrado dificuldade para obter o empréstimo, embora alguns tenham mencionado a burocracia de apresentar um avalista.

Um número significativo de entrevistados, 52,38% afirmou já ter tomado algum crédito em bancos convencionais e/ou financeiras; 28,57% afirmaram

nunca ter tentado obter empréstimos nesses bancos, e 19,05% disseram que já tentaram obter crédito em bancos convencionais, mas não conseguiram. Esses dados mostram que mais da metade dos entrevistados conseguiram vencer os trâmites burocráticos e obter empréstimos em bancos convencionais. Questionados sobre se em algum momento tiveram que recorrer a empréstimos junto a agiotas, a resposta foi afirmativa para 19,05% dos entrevistados, revelando que, na falta de acessibilidade ao crédito em algum banco ou instituição, praticamente um quinto dos entrevistados tiveram que recorrer a usurários, pagando juros abusivos em uma atividade ilegal.

Outro questionamento presente no questionário foi sobre os motivos que levaram os empreendedores a tomar um empréstimo na Casa do Empreendedor de Londrina, e não em bancos convencionais e/ou financeiras. Diversas foram as respostas, sendo que vários entrevistados alegaram mais de um motivo, os quais constam no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Motivo que os levaram a procura a Casa do Empreendedor, e não bancos convencionais ou financeiros



*Visita do agente de crédito ao empreendimento e atendimento por telefone

**Prestações fixas

Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

Como evidencia o Gráfico 15 o motivo mais alegado pelos empreendedores foram os juros reduzidos praticados pela Instituição, representando um fator importante para 80,95% deles. Para 42,86%, o trâmite pouco burocrático foi fator decisivo para optarem por um empréstimo na Casa do Empreendedor de Londrina. O terceiro fator mais citado foi o bom atendimento prestado pelos

funcionários, com 14,29%. Outros motivos, como facilidade (como o fato de este não precisar se locomover até a Instituição, pois os agentes de crédito oferecem atendimento no próprio local de negócio dos tomadores), possibilidade de poder contar com o crédito sem este nunca ter sido negado e a assistência para o empreendimento aparecem como motivo para 9,52% dos entrevistados cada um. Um dado que nos chamou atenção foi o fato de alguns microempreendedores terem citado a assistência dada para seus negócios, pois a Instituição trabalha apenas com o oferecimento de crédito, sem oferecer qualquer outro tipo de assistência direta. No entanto, as entrevistas deixaram claro que essa assistência a que os tomadores se referem são na realidade algumas orientações que os agentes de crédito passam a eles, como a realização de cursos e a procura por Instituições de apoio a pequenos empreendimentos. Outros fatores, como a segurança das parcelas serem fixas e o prazo dos empréstimos apareceram como 4,76% cada um.

Alguns dos empreendedores revelaram que a Casa do Empreendedor de Londrina foi à única Instituição que “abriu as portas” para o oferecimento do crédito a seus negócios. Um dos entrevistados afirmou que, embora ainda utilize nos dias de hoje o crédito da Casa do Empreendedor de Londrina, existem Instituições que oferecem créditos a juros menores.

No sentido da quantia oferecida para empréstimos aos microempreendedores, dois depoimentos nos chamaram atenção. Um dos entrevistados, dono de uma sorveteria, afirmou que tem muitas ideias sobre diversos negócios e que gostaria de investir nelas, mas indicou que a falta de recursos aos empreendedores e as burocracias nas linhas de créditos existentes são grandes empecilhos, citando já ter tentado obter crédito junto ao BNDES. O outro depoimento colhido junto a uma proprietária de fábrica de tintas para serigrafia e uma imobiliária, onde esta afirmou que, no início de seu negócio, tentou crédito em diversos locais e apoio do SEBRAE, mas, além de não conseguir o crédito, achou tudo muito burocrático, sendo a Casa do Empreendedor de Londrina a única Instituição que forneceu crédito. Hoje, com o negócio estabilizado, a empresa possui conta em diversos bancos, tendo acesso a crédito em todos eles. Embora a entrevistada afirme que até hoje utiliza os créditos da Casa do Empreendedor, esta afirma que a quantia que consegue com os empréstimos na Instituição é muito pequena, insuficiente para ampliar seus negócios como gostaria, sendo que ela revelou que faz empréstimos do valor máximo oferecidos pela Instituição, de R\$ 10.000,00, em

cinco nomes diferentes, no dela, no do marido e no de três filhos, ou seja, ela tem acesso a R\$ 50.000,00. Ainda assim, esta afirmou que precisaria de um valor de R\$ 500.000,00 para expandir seus negócios como deseja, mas diz não ter acesso a essa quantia, devido a altos juros e a grande burocracia existente. Nos dois casos, os entrevistados criticaram o governo, lamentando as poucas facilidades oferecidas aos pequenos empreendedores.

Um dado interessante constatado nas entrevistas foi o fato de nenhum dos entrevistados terem recorrido a créditos na Instituição apenas uma vez. Assim, 14,29% revelaram já ter obtido crédito na Casa do Empreendedor de Londrina duas vezes; 28,57%, três vezes; 14,29%, em quatro ocasiões; 19,05%, cinco; e 23,80% mais de cinco vezes. Esses números revelam que os entrevistados recorrem constantemente aos créditos oferecidos pela instituição.

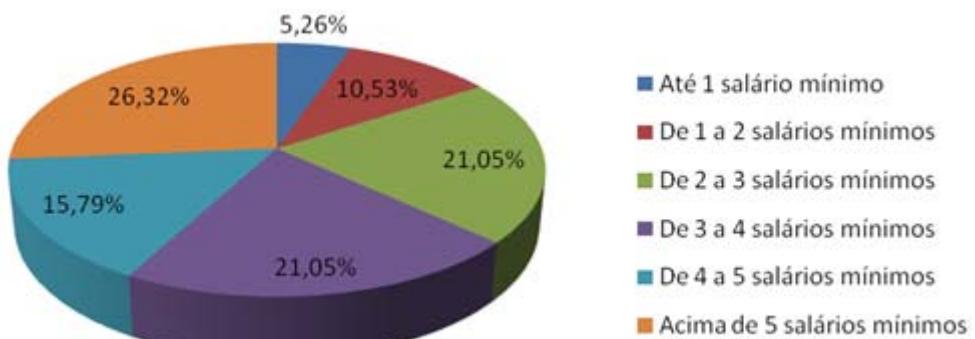
Nenhum dos empreendedores entrevistados afirmou ter mudado de ramo após a tomada dos créditos na Casa do Empreendedor de Londrina, o que evidencia que esses têm conseguido manter seus negócios. No entanto, 33,33% deles responderam que, em algum momento, tiveram dificuldades para pagar as parcelas, por motivos diversos, como diminuição do número de clientes em certas épocas do ano, atrasos no recebimento de serviços prestados, recebimento de cheques sem fundo e situações pessoais como divórcio.

A média dos últimos créditos tomados pelos microempreendedores na Instituição foi de R\$ 4.510,00, sendo o menor de R\$ 1.200,00 e o maior de R\$ 10.000,00. Somente em quatro situações o último crédito tomado foi superior a cinco mil reais (três créditos de R\$ 10.000,00 e um de R\$ 6.000,00); se desconsiderarmos esses casos, que são minoria, a média seria de R\$ 3.387,50. Esses números comprovam que mesmo créditos pequenos podem ajudar pequenos empreendedores a desenvolver suas atividades.

O Gráfico 16 demonstra a renda média mensal²⁰ conseguida com seus empreendimentos:

²⁰ Este dado tem como base 19 entrevistas, pois um dos entrevistados não possui empreendimento, e outro não quis responder essa pergunta.

Gráfico 16 – Renda mensal dos entrevistados conseguida com seus empreendimentos



*Salário mínimo á época: R\$ 510,00

Fonte: Trabalho de Campo (2010/2011).

Podemos observar que encontramos diversos níveis de renda obtida pelos empreendimentos dos entrevistados, tendo desde aqueles que auferem até um salário mínimo, representando 5,26% das respostas, até aqueles que conseguem obter rendimentos superiores a cinco salários mínimos, resposta essa dada por 26,23% dos empreendedores, sendo esse o nível de renda que obteve mais respostas. De qualquer forma, não nos enganemos com os dados, tendo em vista que o único entrevistado que afirmou obter até um salário mínimo mensal com seu empreendimento é um professor universitário aposentado que está executando um negócio abandonado por um parente, e revelou que está na perspectiva de vender o negócio; este dado é importante no sentido de evidenciar que, por possuir uma aposentadoria, este entrevistado possui outro rendimento que não apenas o de seu empreendimento, e, sendo o único a se situar nessa faixa de rendimento conseguida com o empreendimento, nenhum dos entrevistados sobrevive com apenas um salário mínimo. Os que auferem entre um a dois salários mínimos representam 10,53% dos entrevistados, e entre dois e três salários 21,05%. Embora o número de tomadores que afirmou receber mais de cinco salários mínimos seja significativo, é necessário observarmos esse dado com cautela, posto que, se somarmos o número total de entrevistados que revelaram obter até três salários mínimos mensais, estes representam 36,84% dos entrevistados.

As últimas três perguntas do questionário – sobre as condições de trabalho, os rendimentos e condições de vida dos entrevistados – tem certamente um caráter mais subjetivo, sem parâmetros claramente definidos para delimitar

melhorias ou pioras em sua situação. No entanto, essa subjetividade não invalida o caráter analítico dessas questões e está de acordo com o proposto na metodologia da presente pesquisa, que era de ouvir dos próprios entrevistados sobre suas condições após a tomada dos créditos, na qual eles deveriam indicar o que julgavam que havia melhorado ou piorado, sem variáveis pré-estabelecidas pelo entrevistador. Analisaremos agora, então estas últimas questões.

Questionados sobre se o crédito conseguido na Instituição havia ajudado a melhorar suas condições de trabalho, a resposta foi afirmativa para 90,48% dos entrevistados. Os motivos citados desta melhoria foram à compra de equipamentos e a consequente facilidade em exercer o trabalho, melhora da estrutura de seus estabelecimentos, possibilidade de fazer o próprio horário de trabalho, tranquilidade em trabalhar, pois sabe que pode contar com um crédito quando necessário, possibilidade de trabalhar na própria residência, possibilidade de comprar matéria prima à vista com desconto, reformas no estabelecimento, melhorias no ambiente de trabalho e ampliação do espaço físico de seu negócio. Observemos alguns depoimentos.

Um dos entrevistados, dono de um empreendimento familiar de comércio e prestação de serviços para atividades artísticas e de artesanato, afirmou que o crédito foi muito importante para ele. Este tomador relatou que as molduras e telas para pintura são o principal produto do estabelecimento, e que, antes do crédito, não possuía o maquinário necessário para fazer essas molduras, comprando para revender e terceirizando serviços de moldura, tendo assim um lucro próximo de 20% em relação ao preço do produto/serviço. Com o crédito, comprou máquinas que permitiram ele próprio poder fabricar essas molduras e prestar o serviço para emoldurar as pinturas de seus clientes, obtendo assim 100% de lucro, posto que agora não precisava mais comprar os produtos para revender ou terceirizar o serviço. Situação semelhante aconteceu com outros produtos vendidos pelo entrevistado, como a colocação de tecidos em telas de pintura, entre outros.

Outro tomador, que trabalha no ramo de produção de próteses dentárias, afirmou que o crédito permitiu que ele comprasse máquinas específicas, propiciando a ele confeccionar diversos tipos de próteses que não conseguia sem esses aparelhos, alem de melhorar a qualidade do seu trabalho e de seus produtos, permitindo atender um maior número de clientes.

Diversos foram os entrevistados que afirmaram que melhoraram o espaço físico de seus negócios, tornando o ambiente mais agradável para os clientes e para trabalhar, possibilitando mais conforto para realizarem suas tarefas, além de conseguir um maior número de clientes.

Diversos foram também os empreendedores que revelaram que o crédito foi fundamental na estabilização do negócio, pois enfrentavam momentos de dificuldades no empreendimento e a Casa do Empreendedor de Londrina foi a única Instituição que possibilitou o crédito naquele momento.

Outra questão importante feita aos entrevistados era se os créditos conseguidos haviam, de alguma forma, aumentado seus rendimentos mensais, e a resposta foi afirmativa para 71,43%. Os motivos alegados foram maior número de clientes conseguidos com as mudanças proporcionadas pelo crédito, aquisição de novos equipamentos permitindo trabalhar mais intensamente, aquisição de materiais a vista com desconto, atendimento a um maior número de clientes, criação de um diferencial que permitiu atrair mais clientes, melhorias na estrutura que trazem mais conforto ao cliente e, consequentemente, aumento da clientela, e aumento do preço do produto devido ao aumento de sua qualidade. No que tange essa questão, dois depoimentos no chamaram atenção: o primeiro, uma entrevistada, dona de um salão de cabeleireiros, afirmou que com a reforma realizada em seu estabelecimento com o crédito conseguido na Instituição, teve seus lucros aumentados, propiciando o financiamento de um imóvel, pois esta morava com um parente; o segundo depoimento, de uma costureira, no qual esta afirma que com o crédito conseguiu comprar máquinas que permitiram trabalhar mais intensivamente, atendendo um maior número de pessoas, aumentando seu lucro e propiciando a ela fazer uma reserva de dinheiro.

A última pergunta do questionário indaga aos entrevistados se eles consideram que o crédito, de alguma forma, ajudou a melhorar suas condições de vida, e a resposta foi afirmativa para 71,43% dos entrevistados. Questionados sobre o porque achavam que houve melhora, diversos motivos foram citados, tais como: melhoria das condições de vida, tendo em vista a ajuda que o crédito possibilitou para a estabilidade do negócio, possibilidade de maiores lucros devido ao maior giro de mercadorias, possibilidade de tocar o próprio negócio e fazer o próprio horário, deixar a situação de desempregado, possibilidade de trabalhar na residência e assim poder cuidar dos filhos, aquisição de veículos e possibilidade de freqüentar

cursos e voltar a estudar, melhora do ambiente de trabalho, e aumento significativo da renda. Como podemos perceber, diversos foram os motivos alegados. Vários dos entrevistados afirmaram que a melhora do ambiente e das condições de trabalho refletiram no seu cotidiano, melhorando suas condições de vida, inclusive permitindo que auferissem maiores rendas, propiciando melhores condições. Vejamos alguns depoimentos.

Uma entrevistada, dono de um salão de cabeleireiro, afirmou que, com a ajuda do crédito, conseguiu ampliar seu negócio e auferir rendimentos maiores, propiciando a ela a compra de um veículo, o financiamento de uma casa e a possibilidade de poder dar uma condição melhor aos filhos, além de estar pagando e frequentando um curso superior. Assim como essa entrevistada, diversos foram os que afirmaram que conseguiram melhores condições de moradia. Outra tomadora entrevistada revelou que o fato de poder abrir um negócio e este ser em sua própria residência ajudou muito, pois agora pode fazer seu próprio horário de trabalho, ficando mais fácil conciliar este com suas atividades domésticas e com a criação dos filhos. Tivemos também uma entrevista em que o tomador afirmou que não conseguia se manter estável em nenhum emprego, ficando por diversas vezes desempregado, e com o crédito pode estabilizar um pequeno negócio, que permitiu uma melhora em sua situação.

Nas últimas três questões da entrevista – sobre as condições de trabalho, os rendimentos e condições de vida, após a tomada do crédito – os entrevistados puderam afirmar livremente o que achavam que havia melhorado ou piorado, o que da um caráter subjetivo a essas informações, como já frisado anteriormente. Embora os questionamentos visavam vislumbrar a situação de seus negócios após a tomada do crédito na Casa do Empreendedor de Londrina, não queremos afirmar que as situações de melhora ocorreram única e exclusivamente devido ao crédito que os microempreendedores tomaram na Instituição, pois tal afirmativa certamente majora as possibilidades de instituições deste tipo e minimiza outros parâmetros; no entanto, com as entrevistas realizadas, fica claro que os créditos conseguidos podem auxiliar e ter um papel de grande importância no que diz respeito a melhorias das condições dos pequenos empreendedores.

Com base na análise realizada sobre os dados levantados durante as entrevistas aos microempreendedores, julgamos ser pertinente afirmar que o microcrédito, sobretudo no caso específico do contexto da instituição pesquisada, a

Casa do Empreendedor de Londrina, pode contribuir para um melhor desenvolvimento socioespacial, com ganhos de autonomia tanto de maneira direta como indireta.

As entrevistas comprovaram que o crédito ajudou diretamente nos ganhos de autonomia individual de diversos tomadores, propiciando a esses mudar o rumo de sua trajetória de trabalho, permitindo-os abrir, estabilizar e/ou expandir seus empreendimentos, com total liberdade para atuarem da maneira como acharem melhor. Os ganhos em qualidade de vida foram demonstrados de diversas formas, como melhoria nas condições de trabalho e de vida, aumento dos rendimentos, possibilidade de trabalhar por conta própria e fazer o próprio horário, poder trabalhar próximo aos filhos, possibilidades de reformas na casa e aquisição de bens, perspectiva de voltar a estudar e realizar cursos, entre outros.

O conceito de justiça social e autonomia coletiva utilizado por Souza (2010) diz respeito à criação de instituições que possibilitem a igualdade de oportunidade aos indivíduos, garantindo justiça e liberdade. A existência de políticas públicas de microcrédito voltadas a pequenos empreendedores formais e informais e de instituições como a Casa do Empreendedor de Londrina contribuem, indiretamente, para ganhos nesses parâmetros, ao propiciar melhores condições e possibilidades de trabalho a uma parcela significativa de trabalhadores que, em muitos casos, são submetidos aos percalços do processo de precarização do trabalho. A existência de ações do Estado por meio de políticas públicas, como a do microcrédito, que trabalhem no sentido de amenizar as consequências desse processo para parcela da população é, sem dúvida, geradora de maior justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico processo de precarização do trabalho revela-se um problema complexo e de difícil resolução, parecendo-nos uma situação inerente ao atual estágio do sistema econômico capitalista mundial, trazendo diversas consequências nefastas para trabalhadores de todo o globo, como o desemprego e a busca de renda no setor informal da economia, entre outros.

Podemos observar no Brasil, no entanto, algumas iniciativas de políticas públicas que podem contribuir para amenizar as consequências da precarização do trabalho para uma parcela dos trabalhadores, como a política pública do governo federal Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, que pode auxiliar aqueles que se aventuram em atividades empreendedoras próprias. Ao propiciar créditos a pessoas tanto no setor formal quanto informal, de forma menos burocrática e para pessoas que normalmente não tem acesso a créditos em bancos convencionais e financeiras, consideramos que as instituições de microcrédito contribuem para uma maior justiça social.

É preciso deixar claro que as políticas públicas de microcrédito não atuam no sentido de vencer a lógica do sistema capitalista dominante, nem dos processos de precarização do trabalho, o que, contudo, não invalida as possibilidades de tais políticas serem utilizadas para a melhoria da qualidade de vida de seus tomadores. De forma geral, políticas públicas pautadas no desenvolvimento do empreendedorismo, como no caso do PNMPO, não atacam a raiz do problema, ou seja, não contribuem para a superação dos processos que condicionam a existência da precarização do trabalho. No entanto, porque abrir mão de políticas públicas que possam gerar renda e sustento para milhares de famílias? Antes de qualquer tentativa de teorização e abordagens que busquem vencer a lógica injusta do sistema, as pessoas precisam ser capazes de conseguir na prática renda para sobreviverem de alguma forma, e qualquer alternativa que venha contribuir para isso é válida. Não estamos dizendo, entretanto, que não se devem fazer esforços teóricos a fim de chegar a uma prática realmente revolucionária que possa resolver as questões pertinentes ao processo de precarização do trabalho. Estamos dizendo que, enquanto esse esforço necessário e válido não se concretizar, é preciso criar condições para a sobrevivência das pessoas, não perseguindo apenas situações ideais e utópicas, mas trabalhando dentro de quadros possíveis e realistas. Assim,

se buscarmos apenas trabalhar em função do vencimento da lógica do sistema econômico dominante, e não pensarmos em formas de amenizar os resultados desse sistema no *hoje* e no *agora*, corremos o risco de criar graves consequências sociais.

O microcrédito é apenas uma das políticas que podem ser utilizadas para atenuar a questão do desemprego e as consequências causadas pelo processo de precarização do trabalho, devendo fazer parte de um planejamento maior, juntamente com outras políticas públicas para enfrentamento do problema como um todo. Os problemas referentes ao desemprego e ao setor informal da economia não serão resolvidos de forma simples e rápida. Dessa forma, acreditamos ser necessário um planejamento que trabalhe tanto para um maior oferecimento de vagas de emprego no setor formal, quanto políticas que sirvam de auxílio para aqueles que desempenham suas atividades no setor informal. Assim, acreditamos que a existência de políticas públicas que propiciem geração de renda as pessoas dentro da informalidade são importantes e necessárias no curto e médio prazo, devendo estas ser complementadas por políticas concretas de inserção dos trabalhadores no setor formal da economia. Assim, essas duas formas de atuação seriam, ao menos enquanto se mantiver o quadro de ausência de empregos formais para todos, complementares, e não excludentes ou antagônicas.

Por meio de entrevista a tomadores de microcrédito, analisamos a atuação da Casa do Empreendedor de Londrina, Instituição que trabalha com o oferecimento de microcréditos na cidade de Londrina/PR, que foi o recorte analítico-espacial da pesquisa. A Casa do Empreendedor de Londrina trabalha com recursos do programa BNDES Microcrédito, que por sua vez está subordinado ao PNMPO. Essas entrevistas revelaram que a maior parte dos tomadores afirmou que houve melhorias para eles após a tomada do crédito, como maiores rendimentos, melhores condições no/do trabalho, possibilidade de trabalhar por conta própria e fazer o próprio horário, trabalhar perto dos filhos, poder aquisitivo melhorou, entre outros.

A Casa do Empreendedor de Londrina contribuiu, então, em termos de qualidade de vida, parâmetro este ligado a autonomia individual (SOUZA, 2010), para ganhos diretos para os tomadores de microcrédito. Entendemos também que a Instituição cumpre um importante papel no tocante a justiça social, variável atrelada à autonomia coletiva (SOUZA, 2010), ao propiciar a estes a tomada de crédito para investir em seus empreendimentos, crédito esse que muitas vezes não são

conseguidos em bancos convencionais ou financeiras, contribuindo assim para gerar trabalho e renda e amenizando as consequências da precarização do trabalho para parcela da população.

Mesmo acreditando no potencial de políticas públicas de microcrédito como geradora de melhores condições de vida e trabalho para determinado grupo de trabalhadores, a ver, os pequenos empreendedores, não podemos nos abster da análise crítica permitida pelos dados levantados nas entrevistas.

Os dados levantados na pesquisa indicaram que a imensa maioria dos tomadores entrevistados afirmou que houve melhoria em suas condições de trabalho e de vida após a tomada do crédito. No entanto, algumas situações nos pareceram bastante estranhas, posto os objetivos principais do microcrédito. Estamos falando especificamente dos casos apresentados de um porteiro entrevistado que utilizava os créditos para financiamento de veículos e reformas em sua casa, não possuindo qualquer empreendimento, demonstrado no item 4.2.2 da pesquisa, e de uma empreendedora que fazia empréstimos em seu nome e no nome dos filhos, tendo acesso a cerca de R\$ 50.000,00, apresentado no item 4.2.4 do presente trabalho. São necessárias mais entrevistas para poder saber se esses dois casos se tratam de exceções ou se esses créditos estão sendo liberados corriqueiramente para fins que não aqueles designados para as operações de microcrédito. O número relativamente elevado de tomadores que afirmaram já ter tido acesso ao crédito bancário convencional (52,38%) é outro dado que permite questionamentos e análise mais minuciosa, pois grande parte desses tomadores pode ter tido acesso a esse crédito em momentos passados e não terem atualmente; outra situação possível é ter acesso aos dois créditos, tanto da instituição de microcrédito como de bancos convencionais. Os juros relativamente elevados (3,98%) ao mês também podem ser alvo de futura análise, sabendo da existência de bancos convencionais que atuam com o microcrédito e oferecendo juros menores. No entanto, esse crédito oferecido por bancos convencionais é de fácil acesso? Os bancos estimulam a tomada desse crédito? É burocrático? De qualquer forma, esses são apenas alguns apontamentos que podem ser trabalhados em futuras pesquisas.

Sem querer majorar as possibilidades e ciente de que são necessárias inúmeras outras ações em formas de políticas públicas, em prol de um planejamento que vise aumentar os níveis de desenvolvimento, acreditamos então

ser pertinente afirmar que políticas públicas de microcrédito, sobretudo no caso específico e no contexto de Londrina, por meio da Instituição Casa do Empreendedor de Londrina, tem um papel a desempenhar e podem contribuir para um maior e melhor desenvolvimento socioespacial.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ALVES, Giovanni; ANTUNES, Arnaldo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2010.
- ALVES, José Caetano Lavorato; PEREIRA, Almir; SILVA, Roberto Vilela Moura. O programa central de crédito popular – São Paulo confia. In: POCHMANN, Marcio (Org.). **Outra cidade é possível:** alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2003, p. 167-182.
- ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil. **INTERFACEHS**, v. 3, n. 2, p. 01-10, abr/ago 2008. Disponível em: <<http://www.interfacehs.sp.senac.br>>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- ANTUNES, Ricardo. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 55-59, 1999. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpst/v2/v2a08.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2010.
- _____. O Caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 1 n. 2, p. 53-61, 2003. Disponível em <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/>>. Acesso em: 20 set. 2010.
- _____. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Theomai Journal**, Buenos Aires, n. 19, p. 47-57, jan/jun 2009a. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO19/contenido_19.htm>. Acesso em: 25 ago. 2010.
- _____. As formas diferenciadas de reestruturação produtiva e o mundo do trabalho no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 1, n. 21, p. 35-49, jan/jun 2009b. Disponível em: <<http://servicio.cid.uc.edu.ve/multidisciplinarias/relet/index.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BANCO DO POVO PAULISTA. **Linhas de créditos**. Disponível em: <<http://www.bancodopovo.sp.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2010.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. **BNDES**. Disponível em: <http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/bnDES/bnDES_pt>. Acesso em: 25 abr. 2010.
- BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 9-38.

BRASIL. Decreto nº 5.288 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004. Regulamenta a Medida Provisória nº 226, de 29 de novembro de 2004, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de nov. 2004.

BRASIL. Lei nº 9.621, de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e da outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jan. 1998, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 set. 2003, p. 8.

BRASIL. Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 abr. 2005, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 6.607, de 21 de outubro de 2008. Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 5.288, de 29 de novembro de 2004, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. **Diário Oficial da União**, 22 ou. 2008, p. 1.

CASA DO EMPREENDEDOR DE LONDRINA. Disponível em:
<http://www.casadoempreendedor.com/index.ce>. Acesso em: 25 abr. 2009.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. & Alterado pela Resolução nº 2262/96 & Alterado pela Resolução nº 2283/96. Resolução nº 2.099 de 17 de ago. 2004.

CRESER, CRÉDITO SOLIDÁRIO. **A contribuição do microcrédito na agregação de valor aos microempreendimentos e microempreendedores**. Disponível em:
<http://www.importanciadomicrocredito.com.br/trabalho.php>. Acesso em: 25 abr. 2009.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/>> Acesso em: 25 abr. 2010.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araujo. Políticas Públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In: José Paulo Martins Jr.; Humberto Dantas. (Org.). **Introdução à Política Brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

FERRAZ, Maria Lúcia; ORTIGOSA, Sílvia Aparecida. Indicadores de qualidade de vida urbana como instrumento de avaliação do desenvolvimento sócio-espacial no polo tecnológico de São José dos Campos - SP. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente (Org.). **Saberes e fazeres geográficos**. Rio Claro: UNESP/IGCE: AGETEO, 2008, p. 219-235.

FERREIRA, José Maria Carvalho. Novas tecnologias e organização do trabalho. **Organização & Sociedade**, Salvador, v. 7, n. 19, p. 91-108, set/dez 2000.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

FREITAS, Leana Oliveira. Ensaio inicial sobre a pobreza e a desigualdade social: indicações políticas para a política de assistência social. **Políticas Públicas**. Maranhão, v.8, n.2, p. 93-111, jul/dez 2004.

GOMES, Aureo de Toledo. Nation-Building: o que é e para que serve? ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 2, 2008. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page18/files/AureoGomes.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2011.

GORZ, André. Metamorfoses do trabalho. In: _____. **Metamorfoses do trabalho**. Crítica da razão econômica. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2001, p. 21-106.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Desemprego, uma construção social**. São Paulo, Paris, Tóquio, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Theorie des kommunikativen Handelns**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981. v.2.

_____. Discourse Ethics: Notes on Philosophical Justification. In: **Moral Consciousness and Communicative Action**. Cambridge (MA): MIT Press, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 25 abr. 2010.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. 2. ed. **Série Relatórios Metodológicos**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/srmpme_2ed.pdf>. Acesso em 02 dez. 2010.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica a razão informal:** a imaterialidade do salarido. São Paulo: Boitempo; Vitória, EDUFES, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982. v. 1. livro 1.

_____. Processo de trabalho e processo de valorização. In: _____. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura, v. I, 1996, p. 297-315.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. As lutas de classes na França de 1848 a 1859. In: MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas.** São Paulo:Alfa-Omega, v. 1, p.111-286.

MELO, André Marcus. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. RICO, Elizabeth Melo. 6. ed., São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Espaciais, 2009, p. 11-28.

MÉSZÁROS, István. **Beyond capital: towards a theory of transition.** Londres: Merlin Press, 1995.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em:<<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>> Acesso em: 25 abr. 2010

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>> Acesso em: 25 abr. 2010

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. A reestruturação produtiva do capital na agroindústria canavieira paulista e os desdobramentos para o trabalho. In: THOMAZ JÚNIOR (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI.** Presidente Prudente/SP: Centelha, 2004, p. 69-104.

OLIVEIRA, Edílson Luis de. Algumas considerações sobre o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos da economia urbana. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 4 n. 1, p. 54-70, jan/jun 2008.

OLIVEIRA, Francisco. As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicacao/Ced_eplar/IICANOV04FranciscoOliveira.pdf>. Acesso em 12 dez. 2010.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização:** a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

REINKE, J. **Variations in micro:** finance design. Disponível em: <<http://www.soc.titech.ac.jp/icm/govern/mfi-design.html>>, 2000.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **O espaço dividido**. 2. edição, 1. reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2008.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**, n. 1, p. 5-22, 1996. Disponível em:
http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/01_2_souza.pdf. Acesso em: 28 mar. 2011.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, n. 3, p. 13-35, 1997. Disponível em:
http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_3_souza.pdf. Acesso em: 28 mar. 2011.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

STOEF, Ronicley Teury. Microcrédito no Brasil – o trabalho informal na era dos serviços. SEMINÁRIO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NA ERA DOS SERVIÇOS, 2, 2003, UNIOESTE. Disponível em:
<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/II-Seminario/trabalhos.html>. Acesso em: 25 abr. 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Pegada**, Presidente Prudente/SP, v. 5, n. 1 -2, p. 09-30, nov. 2004. Disponível em
<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA5152/v5n1e2nov2004.htm>. Acesso em: 20 de nov. 2009.

TOMELIN, Mario. **O microcrédito no Brasil**. Disponível em
<http://www.saa.unito.it/pdf/alfa/tomelin.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2009.

TONETO JUNIOR, Rudinei; GREMAUD, Amauri Patrick. Microcrédito e o financiamento rural: recomendações de desenho e gestão a partir da experiência mundial. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, n. 25, p. 90-104, jun/dez 2002. Disponível em:
http://desafios2.ipea.gov.br/082/08201006.jsp?ttCD_CHAVE=2074. Acesso em: 25 abr. 2009.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 59-87.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 12. ed., São Paulo: Pioneira, 1997.

WOLFF, Simone. **Informatização do trabalho e reificação:** uma análise à luz dos programas de qualidade total. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2005, p. 169-273.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2008.

ANEXOS

ANEXO 1 – Questionário

QUESTIONÁRIO	
Entrevista com os tomadores de microcrédito na Casa do Empreendedor de Londrina	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	
Sexo:	
Idade:	
Estado civil:	
<input type="checkbox"/> Solteiro(a). <input type="checkbox"/> Casado(a). <input type="checkbox"/> Separado(a). <input type="checkbox"/> Divorciado(a). <input type="checkbox"/> Viúvo(a). <input type="checkbox"/> União Estável. <input type="checkbox"/> Outros.	
Escolaridade:	
Bairro de residência:	
Cidade onde nasceu:	
Quantidade de filhos:	
Possui conta corrente em banco? () Sim () Não	
TRABALHO	
Profissão/atividade:	
Local de exercício da profissão é fixo ou móvel? Indicar o local.	
<input type="checkbox"/> Fixo <input type="checkbox"/> Móvel	
Local:	
Qual é o empreendimento?	
Porque optou por tal empreendimento?	
Realizou algum curso na área do empreendimento? Se sim, onde?	
<input type="checkbox"/> Sim. Onde: <hr/> <input type="checkbox"/> Não.	
Teve apoio de alguma instituição para decidir sobre o empreendimento?	
<input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.	
É pago algum aluguel pelo local e/ou equipamentos utilizados no trabalho?	
<input type="checkbox"/> Sim, apenas pelo local. <input type="checkbox"/> Sim, apenas pelos equipamentos. <input type="checkbox"/> Sim, pelo local e pelos equipamentos. <input type="checkbox"/> Não.	

Trabalha por conta própria ou para outrem? () Conta Própria () Outrem		
No caso de trabalhar por conta própria, existe alvará de funcionamento? () Sim () Não		
Quanto ao desenvolvimento da atividade:		
() Possui empregados com registro em carteira de trabalho.		
() Possui empregados sem registro de carteira em trabalho.		
() Empreendimento familiar, com registro em carteira de trabalho.		
() Empreendimento familiar, sem registro em carteira de trabalho.		
() Desenvolve a atividade sozinho.		
Possui registro em carteira de trabalho atualmente? () Sim () Não		
Já trabalhou com registro em carteira de trabalho? () Sim () Não		
Com o que já trabalhou anteriormente?		
Exerce atualmente outras atividades remuneradas para complementar a renda?		
() Sim. Especificar		
() Não.		
Sua renda é a mais importante da casa? () Sim () Não		
RESIDENCIAL		
Qual é a situação da moradia em que você reside? (Caso seja própria, anotar a data da compra).		
() Imóvel próprio quitado.		
() Imóvel próprio não quitado.		
() Imóvel alugado.		
() Imóvel cedido.		
())	Outros.	Especificiar
Quais dos itens abaixo há em sua casa? (Colocar as quantidades na frente de cada item).		
() TV.		
() Vídeo Cassete e/ou DVD.		
() Rádio.		
() Microcomputador.		
() Automóvel (carro, moto, etc.).		
() Máquina de Lavar Roupas.		
() Geladeira.		
() Microondas.		
() Telefone Fixo.		
() Telefone Celular.		
() Acesso à Internet.		
() TV por assinatura.		
() Outros. Especificar		
Quantas pessoas moram em sua residência?		
Caso morem mais pessoas em sua residência, quantas trabalham?		

Destas, quantas trabalham com registro em carteira de trabalho e quantas trabalham sem esse registro?

Com registro em carteira de trabalho: _____

Sem registro em carteira de trabalho: _____

Qual é a renda média mensal total da casa?

- Até 1 salário mínimo (Até R\$ 510,00)
- De 1 a 2 salários mínimos. (R\$ 510,01 a R\$ 1.020,00)
- De 2 a 3 salários mínimos. (R\$ 1.020,01 a R\$ 1.530,00)
- De 3 a 4 salários mínimos. (R\$ 1.530,01 a R\$ 2.040,00)
- De 4 a 5 salários mínimos. (R\$ 2.040,01 a R\$ 2.550,00)
- Acima de 5 salários mínimos.

CASA DO EMPREENDEDOR DE LONDRINA

Como ficou sabendo que poderia obter empréstimos junto a Casa do Empreendedor?

- Por um amigo/parente.
- Propaganda em jornal.
- Propaganda em revista.
- Propaganda no rádio.
- Propaganda da TV.
- Outros.

Encontrou algum tipo de dificuldade para obter o crédito?

Sim. Especificar:

Não.

Já tentou obter empréstimos em bancos convencionais? Conseguiu?

- Sim, conseguiu.
- Sim, não conseguiu. Especificar:

Nunca tentou.

Já obteve empréstimos junto a usurários (agiota)? Sim Não

Porque optou por pegar um empréstimo junto a Casa do Empreendedor de Londrina e não em outros locais? (Bancos, financeiras, entre outros).

Quantas vezes já pegou crédito na Casa do Empreendedor?

Se mais de uma vez, em relação ao primeiro crédito:

Que ano foi tomado?

Qual seu valor?

O que foi comprado/qual a finalidade?

- Material.
- Equipamentos.

Em relação ao último crédito tomado:

Que ano foi tomado?

Qual seu valor?

O que foi comprado/qual a finalidade?

- Material.
 Equipamentos.

Em algum momento, encontrou dificuldades para pagar as parcelas do empréstimo?

- Sim. Especificar

- Não.

Trabalha atualmente com a atividade que gerou a necessidade e a tomada do crédito junto a Casa do Empreendedor?

- Sim.
 Não. Especificar por que.

Qual é (ou foi) a renda média mensal conseguida com essa atividade?

- Até 1 salário mínimo (Até R\$ 510,00)
 De 1 a 2 salários mínimos. (R\$ 510,01 a R\$ 1.020,00)
 De 2 a 3 salários mínimos. (R\$ 1.020,01 a R\$ 1.530,00)
 De 3 a 4 salários mínimos. (R\$ 1.530,01 a R\$ 2.040,00)
 De 4 a 5 salários mínimos. (R\$ 2.040,01 a R\$ 2.550,00)
 Acima de 5 salários mínimos.

O crédito conseguido ajudou a melhorar suas condições de trabalho?**Por quê?**

- Sim.
 Não.
 Especificar:

O crédito conseguido ajudou a aumentar sua renda mensal? Por quê?

- Sim.
 Não.
 Especificar:

O crédito conseguido ajudou a melhorar suas condições de vida? Por quê?

- Sim.
 Não.
 Especificar: